

Organização  
Raphaella Freitas Petkovic

# QUEBRANDO BARREIRAS

Gênero, Identidade e  
Transformação

Volume 1  
2025

Organização  
Raphaella Freitas Petkovic

# QUEBRANDO BARREIRAS

Gênero, Identidade e  
Transformação

Volume 1  
2025

**2025 – Editora Uniesmero**

[www.uniesmero.com.br](http://www.uniesmero.com.br)

uniesmero@gmail.com

**Organizadora**

Raphaella Freitas Petkovic

**Editor Chefe:** Jader Luís da Silveira

**Editoração e Arte:** Resiane Paula da Silveira

**Imagens, Arte e Capa:** Freepik/Uniesmero

**Revisão:** Respectivos autores dos artigos

**Conselho Editorial**

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Me. Elaine Freitas Fernandes, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Me. Laurinaldo Félix Nascimento, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P491q Petkovic, Raphaella Freitas  
Quebrando Barreiras: Gênero, Identidade e Transformação -  
Volume 1 / Raphaella Freitas Petkovic (organizadora). – Formiga  
(MG): Editora Uniesmero, 2025. 172 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5492-106-0

DOI: 10.5281/zenodo.14676130

1. Identidade de gênero. 2. Homossexualidade. 3. Homofobia. 4.  
Ideologia de gênero. I. Petkovic, Raphaella Freitas. II. Título.

CDD: 305.8

CDU: 305

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam  
responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins  
comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Uniesmero

CNPJ: 35.335.163/0001-00

Telefone: +55 (37) 99855-6001

[www.uniesmero.com.br](http://www.uniesmero.com.br)

[uniesmero@gmail.com](mailto:uniesmero@gmail.com)

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

[https://www.uniesmero.com.br/2025/01/quebrando-  
barreiras-1.html](https://www.uniesmero.com.br/2025/01/quebrando-barreiras-1.html)



## **AUTORES**

**Adara Karyne Carneiro Cortés  
Andressa Dahmer Colbalchini  
Christina de Salles Juchem  
Clodine da Conceição  
Edina da Silva Ferreira  
Emilly Joyce Oliveira Lopes Silva  
Geilson Pereira Silva  
Jorgie Santos Rozsanyi Calháu  
Juliana Costa Vargas  
Lucas de Oliveira Alves  
Monique Cristina Henares Batista  
Rafael Rodrigues Pereira  
Raphaella Freitas Petkovic  
Sally Inkpin  
Silvana Maria Bitencourt  
Sirlene Mota Pinheiro da Silva  
Soraia Araújo  
Sylvia Cristina Toledo Gouveia**

## APRESENTAÇÃO

A compreensão da identidade de gênero e suas interseções com a sociedade tornou-se um dos temas mais relevantes e desafiadores do século XXI. Vivemos em um mundo que, historicamente, construiu e consolidou estruturas normativas rígidas, moldando não apenas a maneira como os indivíduos se percebem, mas também as expectativas que a sociedade impõe sobre eles. Essas normas, frequentemente baseadas em concepções tradicionais de masculinidade e feminilidade, estabelecem limites que impactam diretamente o desenvolvimento pessoal, profissional e social de milhões de pessoas. Em muitos casos, tais fronteiras funcionam como barreiras invisíveis que restringem possibilidades, perpetuam desigualdades e reforçam sistemas excludentes.

Diante desse cenário, torna-se imperativo refletir sobre os mecanismos que sustentam essas imposições, bem como sobre as estratégias necessárias para desconstruí-las. A identidade de gênero é uma construção complexa, que transcende a mera dicotomia entre masculino e feminino. Influenciada por fatores biológicos, psicológicos, culturais e sociais, a percepção que cada indivíduo tem de si mesmo e a forma como expressa sua identidade são resultado de interações dinâmicas e multifacetadas. No entanto, apesar do avanço dos debates sobre diversidade e inclusão, ainda há resistência significativa à aceitação de perspectivas que desafiem o status quo. O medo do desconhecido, somado ao apego a tradições enraizadas, muitas vezes resulta em preconceito, discriminação e marginalização daqueles que não se enquadram nos modelos convencionais.

A quebra dessas barreiras não é apenas um exercício intelectual ou um conceito abstrato. Ela se concretiza na vivência cotidiana de incontáveis pessoas que, em diferentes contextos sociais e culturais, desafiam normas preestabelecidas e reivindicam seu direito à autenticidade. Esse processo de transformação individual e coletiva exige coragem, resiliência e, acima de tudo, conhecimento. O desconhecimento sobre a diversidade de gênero alimenta estereótipos e perpetua a exclusão, ao passo que a informação e o diálogo são ferramentas poderosas para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

É nesse contexto que *Quebrando Barreiras: Gênero, Identidade e Transformação* se apresenta como um convite à reflexão crítica e à ampliação de horizontes. A proposta desta obra é explorar as múltiplas dimensões da identidade de gênero, abordando suas implicações no âmbito social, profissional, familiar e legislativo. A partir de uma

abordagem interdisciplinar, são analisadas as narrativas que sustentam tanto a discriminação quanto a resistência, os desafios e as conquistas daqueles que ousam romper com os limites impostos, bem como os impactos dessas transformações na sociedade como um todo.

Para além de uma discussão teórica, este livro busca dar voz às experiências individuais e coletivas, oferecendo um panorama amplo sobre a diversidade de gênero e os caminhos para uma convivência mais inclusiva. É fundamental compreender que a aceitação da diversidade não deve ser encarada como uma concessão, mas como um imperativo ético e humanitário. Em um mundo cada vez mais interconectado, onde as lutas por direitos e reconhecimento ganham força e visibilidade, ignorar ou minimizar essa questão não é mais uma opção viável. A construção de uma sociedade verdadeiramente democrática passa, necessariamente, pelo respeito à pluralidade de identidades e pelo combate às desigualdades que historicamente marcaram determinados grupos.

Assim, que esta leitura sirva como um instrumento de aprendizado e transformação. Que cada página desperte questionamentos, incentive o pensamento crítico e, sobretudo, inspire mudanças concretas. Afinal, quebrar barreiras não é apenas um ato de resistência contra as imposições normativas; é, acima de tudo, um compromisso com a liberdade, a dignidade e a possibilidade de um futuro em que cada indivíduo possa existir plenamente, sem medo, sem repressão, sem limitações impostas por padrões alheios à sua própria essência.

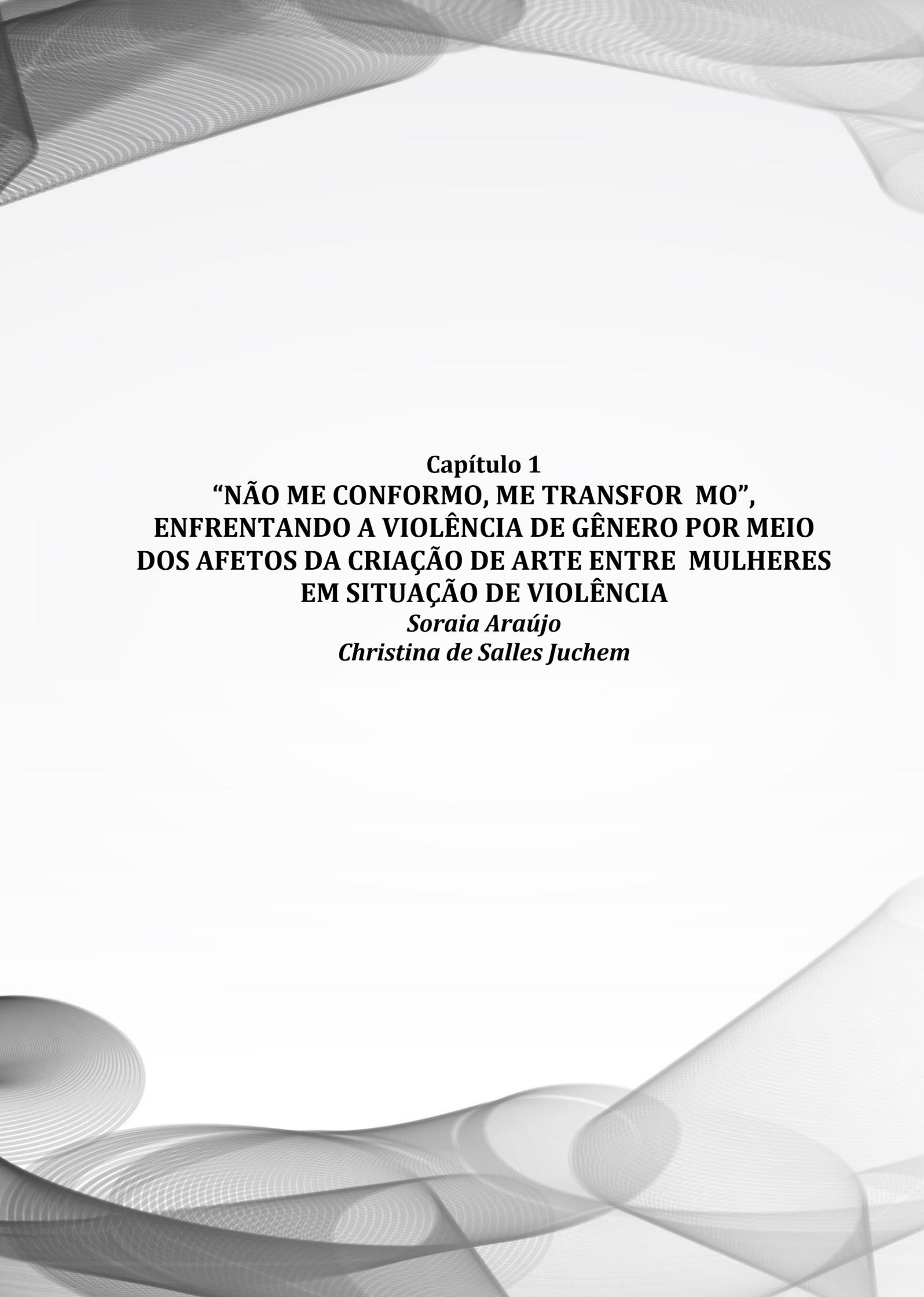
Esperamos que esta obra seja, portanto, um farol para aqueles que buscam compreender e construir um mundo onde a diversidade não seja vista como ameaça, mas como um dos pilares fundamentais da humanidade.

*Boa leitura!*

## SUMÁRIO

Capítulo 1 <b>“NÃO ME CONFORMO, ME TRANSFORMO”, ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO POR MEIO DOS AFETOS DA CRIAÇÃO DE ARTE ENTRE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA</b> <i>Soraia Araújo; Christina de Salles Juchem</i>	<b>10</b>
Capítulo 2 <b>“HASHTAG # VOLTAGLS”: DISCURSOS ANTI TRANS E LETRAMENTO DIGITAL SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE EM UMA REDE SOCIAL</b> <i>Geilson Pereira Silva; Sirlene Mota Pinheiro da Silva</i>	<b>23</b>
Capítulo 3 <b>A ESCRITA FEMININA: SOBRE MODOS NÃO HEGEMÔNICOS DE CONHECER E SUBJETIVAR</b> <i>Andressa Dahmer Colbalchini; Monique Cristina Henares Batista; Lucas de Oliveira Alves</i>	<b>39</b>
Capítulo 4 <b>“NÃO É CRIME, MAS PECADO”: REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE ALTERIDADE NA COBERTURA JORNALÍSTICA DAS DECLARAÇÕES DO PAPA FRANCISCO SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE</b> <i>Rafael Rodrigues Pereira</i>	<b>52</b>
Capítulo 5 <b>CNV D E DADOS DE FEMINICÍDIOS NO RIO DE JANEIRO: UM SISTEMA DE INFORMAÇÕES A SERVIÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS</b> <i>Juliana Costa Vargas</i>	<b>67</b>
Capítulo 6 <b>OS CASOS VERÔNICA BOLINA E MARIANNA LIVELY: ANÁLISE DE ENUNCIADOS DA FOLHA DE S. PAULO SOBRE IDENTIDADES TRANS E O CONSUMO DE SUAS IMAGENS NAS MÍDIAS DIGITAIS</b> <i>Raphaella Freitas Petkovic</i>	<b>81</b>
Capítulo 7 <b>MULHERES NEGRAS E A LEI DE DROGAS: A PROBLEMÁTICA DE AUSÊNCIA DE MENÇÃO À RAÇA E GÊNERO NA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ E A MANUTENÇÃO DO RACISMO INSTITUCIONAL</b> <i>Adara Karyne Carneiro Cortés</i>	<b>98</b>
Capítulo 8 <b>“ESSE CORPO QUE NÃO QUER NADA, COMO O MASCULINO QUE TIRA A BLUSA PORQUE SIM”</b> <i>Sylvia Cristina Toledo Gouveia; Jorgie Santos Rozsanyi Calháu</i>	<b>111</b>
Capítulo 9 <b>MULHERES CIENTISTAS EM FORMAÇÃO E SUAS PERSPECTIVAS COM RELAÇÃO AO “CENTRO-PERIFERIA” DO CONHECIMENTO</b> <i>Edina da Silva Ferreira; Silvana Maria Bitencourt</i>	<b>125</b>

Capítulo 10		
<b>CONSTRUINDO IDENTIDADES: O IMPACTO DOS PROJETOS EXTRACURRICULARES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES</b>		<b>137</b>
<i>Clodine da Conceição; Sally Inkpin</i>		
<hr/>		
Capítulo 11		
<b>CARTAS EM JORNAIS E A DISCUSSÃO SOBRE O ABORTO NO BRASIL DURANTE A CONSTITUINTE (1987-1988)</b>		<b>150</b>
<i>Emily Joyce Oliveira Lopes Silva</i>		
<hr/>		
<b>AUTORES</b>		<b>169</b>



**Capítulo 1**  
**“NÃO ME CONFORMO, ME TRANSFORMO”,**  
**ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO POR MEIO**  
**DOS AFETOS DA CRIAÇÃO DE ARTE ENTRE MULHERES**  
**EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA**

*Soraia Araújo*  
*Christina de Salles Juchem*

**“NÃO ME CONFORMO, ME TRANSFORMO”, ENFRENTANDO A  
VIOLÊNCIA DE GÊNERO POR MEIO DOS AFETOS DA CRIAÇÃO DE ARTE  
ENTRE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA**

***Soraia Araújo***

*Mestre em Serviço Social, psicóloga do Centro de Referência de Atendimento de Mulheres  
em situação de violência-CREMV/Prefeitura Municipal de Florianópolis,  
socidaaraujo@gmail.com*

***Christina de Salles Juchem***

*psicóloga clínica, graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e  
especialista em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS, Psichristina@gmail.com*

**RESUMO**

O presente estudo objetiva compartilhar e refletir sobre a experiência de mulheres em situação de violência na elaboração de duas criações artísticas: o Evento “Não me conformo, me transformo” e a Instalação/Exposição artística de mesmo nome produzido e realizado pelo Coletivo de Mulheres Marielle Franco. O coletivo origina-se do grupo reflexivo do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência-CREMV da Assistência Social de Florianópolis que tem como objetivo fomentar processos de autonomia/emancipação de suas usuárias, tendo em vista o enfrentamento à violência de gênero, o desenvolvimento da potência existencial e o exercício do bem-viver por meio de espaços comunitários de afeto, de integração e fortalecimento de vínculos. As atividades desenvolvidas partiram da perspectiva de bons e maus encontros de Spinoza (2011, 2015) em *Ética dos Afetos*, Sartre (2014) e do humanismo radical (FANON, 2008; LORDE, 2009, LUGONES, 2020, MANOEL, 2020).

**Palavras-chave:** violência de gênero; violência contra mulher, ativismo; arte; letramento de gênero.

**ABSTRACT**

The present study aims to share and reflect on the experiences of women in situations of violence in the creation of two artistic works: the event "I Will Not Conform, I Will Transform" and the artistic

installation/exhibition of the same name produced and carried out by the Marielle Franco Women's Collective. The collective originated from the reflective group of the Women's Reference Center for Assistance to Women in Situations of Violence (CREMV) of the Social Assistance in Florianópolis, which aims to promote processes of autonomy/emancipation for its users, focusing on confronting gender violence, developing existential potential, and exercising well-being through community spaces of affection, integration, and strengthening of bonds. The activities developed were based on the perspective of good and bad encounters from Spinoza (2011, 2015) in Ethics of Affections, Sartre (2017), and radical humanism (FANON, 2008; LORDE, 2009; LUGONES, 2020; MANOEL, 2020).

**Keywords:** gender violence; violence against women; activism; art; gender literacy.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva compartilhar, refletir sobre a experiência das criações artísticas do Coletivo de Mulheres Marielle Franco, referentes a dois lados de um mesmo movimento: o Evento “Não me conformo, me transformo” e a Instalação/Exposição artística de mesmo nome. O coletivo forma-se através de grupos reflexivos do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CREMV) da Assistência Social de Florianópolis, com a proposta de fomentar processos de autonomia/emancipação de suas usuárias, tendo como horizonte o enfrentamento à violência de gênero, o desenvolvimento da potência existencial e o exercício do bem-viver por meio de espaços comunitários de afeto, de integração e fortalecimento de vínculos. As atividades desenvolvidas partiram de oficinas ministradas pelas próprias participantes conforme suas vontades, habilidades e capacidades, como passeios, atividades artísticas, informativas e culturais. Dessa forma, constituíram-se criações coletivas alinhadas às temáticas da condição de “ser mulher”, aos processos de subjetivação gendrados (PALMA, RICHWIN & ZANELLO, 2021), ao letramento de gênero e à articulação com a Rede de Serviços. Entre os anos de 2023 e 2024 em que foram realizados 55 encontros quinzenais.

Dentro das atividades, destacam-se a realização de duas rodas de conversa uma na OAB Cidadã da capital e a outra na Livraria Latinas com a participação do Coletivo, em que houve a apresentação e discussão do jogo “Emancipação: jogando contra o machismo”, de autoria das professoras Valeska Zanello e Lígia Feitosa. Assim como dois eventos produzidos pelo coletivo, o evento: “Não me conformo, me transformo” que aconteceu no

CREMV em março de 2023 e “Instalação/ Exposição artística de mesmo nome apresentada no Evento da Luta Antimanicomial coordenado pela equipe do CAPS II Ponta do Coral. Sendo as duas últimas atividades o centro de nosso estudo propõe-se refletir sobre as experiências dos eventos elaborados a partir das vivências dos próprios processos de construção do coletivo e das mulheres que o integram, diante o enfrentamento da violência contra mulher, e o letramento de gênero e seu processo intrínseco de identificação/desnaturalização da violência.

## **DESENVOLVIMENTO**

Tendo como ponto de partida os Centros de Referência que atendem mulheres em situação de violência é preciso se ater a dois conceitos: encontro e a experiência. Aqui interessa o conceito de Spinoza (2011) do bom e o mau encontro nas relações, o primeiro refere-se ao aumento na potência de ser, associada a alegria e o segundo, diminui, associada a tristeza, gera a decomposição de um, do outro ou de ambos envolvidos na interação relacional. E é no plano da experiência, do exercício da vivência que os encontros se constituem como bons ou maus. Nessa forma de pensar o mundo, a humanidade a centralidade é a construção de uma vida ética em que corpo e mente constituem uma integralidade, em que não há uma hierarquia entre o cognitivo e o emocional, a atenção está voltada para os afetos experimentados no encontro que aumentam a potência de existir, valoriza-se a experiência das mulheres e as formas de subjetivação constituídas pela cultura, sistema social, econômico.

A ética dos afetos em Spinoza (2011) mostra-se uma perspectiva valiosa para cartografar os movimentos onde a vida flui e estanca, para mapear fatores de risco e proteção no enfrentamento do sofrimento psíquico, da opressão vivenciada. Nessa concepção, o que se objetiva é aprender a lidar com os afetos e não controlá-los (SPINOZA, 2015), desse modo, sofrimento e a dor são consequências cotidianas de um mau encontro, ou como vemos aqui, de uma relação tóxica, e esse é um dos motivos que faz a mulher em situação de violência se mover para espaços como o CREMV que pode se constituir num poderoso afeto impulsionador da transformação desta realidade (RUTER, 2015, TEIXEIRA, 2022).

A partir disso, é crucial que a escuta clínica não seja um tamponar do sofrimento, da dor, mas um espaço em que elas se expressam, porque não se trata de mero sintoma, e

sim de um lugar expressivo em que é possível criar perspectivas frutíferas positivando o conflito gerado, viabilizando estratégias de afirmação da vida, voltando-se para o bem-viver que prioriza a potencialidade do existir e de análise crítica sobre si mesma, sobre o mundo, de pensar o quanto sua vida tem sido subordinada nesta relação abusiva, o quanto se tem sido a pior versão de si mesma.

Escutar a dor neste contexto, significa afinar a audição para ouvir aquilo que faz a potência aumentar e abrandar a fala ruminante, monótona e repetitiva que a cada palavra reativa a dor (RUTER, 2015, TEIXEIRA, 2022). É importante situar que uma pessoa em situação de violência não é vítima: ela foi vitimizada; que sua dor, seu sofrimento se conecta a uma relação, isto é, esta dor/sofrimento é relacional, isso exige uma ampliação do olhar, deslocá-lo do corpo que sofre e situá-lo em seus contextos de produção (CURIEL, 2017). E se dar conta de que a violência contra as mulheres é a ponta de iceberg, de que a violência é parte dos processos de socialização, das relações sociais que estabelecemos, constituem subjetividades, a cultura, a economia, a política, o direitos.

Visto que a violência é estrutural na sociedade brasileira marcada pelo sexismo, racismo, classismo - onde há uma hierarquia muito bem definida de vidas, em que o homem, branco, heterossexual, rico está no topo do topo e mulheres, crianças pobres e negras estão na base da base -, enfrentar a violência de gênero é parte importante da luta por uma sociedade justa, não violenta, no entanto insuficiente, há de combater todas as formas de opressão, ou mesmo, compreender as interseccionalidades que constituem os marcadores sociais, uma vez que o horizonte da luta por direitos é de um novo projeto societário.

Para desconstruir essa lógica capitalista que hierarquiza vidas, faz-se necessário um projeto coletivo, porque não se trata de mudar algumas mulheres, mas de constituir um senso de coletividade e de sociedade que vá contra o sistema patriarcal. Um espaço coletivo que objetive politizar o sentimento, criar consciência feminista, experimentar ser no coletivo, situar que do que se sofre, a violência que se viveu: não é algo que está ligado apenas com a biografia, é algo estrutural, permeia a nossa cultura, constitui nossas relações sociais. Por isso não adianta tratar esta questão de forma individual, é preciso combater coletivamente por meio de políticas públicas, de ações coletivas que promovam, sensibilize para esta realidade opressiva sendo o Letramento de gênero um dos recursos, pois coloca em evidência a violência estrutural, a sua naturalização, os caminhos privilegiados da subjetivação das mulheres subalternizados, ao mesmo tempo para

possibilidade de superá-la por meio do pensamento crítico, de sua desnaturalização, desconstrução.

O letramento de gênero pode se dar de muitas formas: na leitura, na produção artística, na participação de um grupo de mulheres mediado, na psicoterapia permeada pela crítica de gênero, nas criações de propaganda, de materiais didáticos que explorem a temática de forma ética, entre outros. Ou seja, quaisquer atividades ou materiais voltados a ações pedagógicas com intersecção de gênero que atuem como uma mediação para que a mulher consiga pensar a vida dela através de outras possibilidades, no uso de metodologias ativas, participativas, interseccionais e no desenvolvimento da capacidade desta de alterar a sua realidade, combatendo formas discursivas de mitos do gênero, raça, de classe, ideologias que se constituem como uma inferiorização de si.

Com base nisso, o Grupo Marielle Franco pensou e desenvolveu as produções artísticas de letramento de gênero e alinhadas à perspectiva do essencialismo tático, como uma luta imediata, partindo de um objetivo maior que é uma sociedade em que os marcadores sociais não sejam determinantes para definir quem deve ou não participar do mundo, é mais ou menos humano, sendo o horizonte um humanismo radical (FANON, 2008; LORDE, 2009, LUGONES, 2020, MANOEL, 2020). A seguir, descreve-se a produção, montagem e execução das produções artísticas, as quais foram divididas em cenas ordenadas, como modo de pontuar momentos e lugares representativos de relações abusivas, e seus respectivos resultados.

### **“Não me conformo, me transformo” : o ato de se descolonizar, de enfrentar a violência se recriando na arte**

O evento não me conformo me transformo, surge como resposta a um momento do coletivo de mulheres Marielle Franco que vinha pensando alternativas para ampliar suas falas para que fossem escutadas por outras mulheres e com isso ressignificar suas experiências de potência de vida. Aceitar a convocatória de abrir a casa CREMV e mostrar tudo que acontece ali é um desafio, pois são muitas transformações e absolutamente singulares, então conseguir transformar experiências em uma linguagem artística que afetasse outras pessoas, que as convidasse a fazer uma conexão não só com o que estava sendo apresentado, mas com as suas vivências enquanto mulher foi o mote para esta construção feita a muitas mãos.

O objetivo do evento foi compartilhar a experiência do Coletivo Marielle Franco no enfrentamento e superação de situações de violências tendo a arte como recurso humano potente, mobilizador para compreender, sentir, ressignificar processos subalternos, opressivos a partir de lugares criativos e autênticos do ser mulher. A arte de ser no coletivo (experiência coletiva arte e o afeto como transformador).

O evento contou com três instalações artísticas produzidas pelas próprias mulheres nos espaços físicos do CREMV, e foi realizado em março vinculado ao Dia internacional da mulher. Foram utilizadas duas salas e a área externa do CREMV. A sala 01 contemplaria a primeira cena nomeada de *Casulo*, a sala 02 a segunda cena intitulada de *Borboletas* e a cena três seria na área externa nomeada de *Abra suas asas*. Três espaços diferentes, preparados conforme cada temática, onde cada cena remete ao processo de vivência, reflexões e transformações no enfrentamento da violência, na sua identificação/desnaturalização, na potência de ser no coletivo e no exercício infinito de se descolonizar.

### **Cena I: Casulo**

Na cena se buscou uma experiência sensorial que explorasse sensações táteis, auditivas e visuais, a sensação de se ver presa a uma teia de aranha, sendo envolvida num casulo. Para isso, na entrada da sala foi colocada uma cortina de tiras com cores sombrias, o espaço foi decorado com teias de aranha artificiais, havia um monitor passando vídeo com imagens de uma aranha capturando uma presa sendo envelopada em uma casulo ao som da missa fúnebre Réquiem de Mozart. O exercício foi conectar a cena à situação da violência experienciada pelas mulheres no momento de crise, da dor de se perceber numa relação abusiva.

O casulo mira as violências psicológicas das relações tóxicas, tão centrais, tão invisibilizadas, sentenciadas nos dizeres internalizados por muitas mulheres que foram fixadas na parede da sala: *a culpa é sua; você é louca; ninguém vai te querer*. Ao momento da crise que pode ter como efeito paralisar/congelar ou buscar ajuda, traçar novas linhas de fugas. Aqui a arte imita a vida, o caminhar artístico se mostra espelho da realidade escolhida por cada uma mulher do coletivo a esta questão existencial e tão humanamente necessária, no momento da crise o Coletivo não escolheu um casulo onde se é uma presa a espera de ser devorada, mas por um casulo onde lagartas se transformam em

borboletas. O viver a dor fez mover, impulsionou a romper com o casulo/caixão, contrapondo a passividade de se ver como vitimizadas.

## **Cena II: Borboletas**

A cena aconteceu na sala de grupo onde o coletivo realiza seus encontros, preparada de forma acolhedora. Origamis de borboletas enfeitavam a sala, sobre a uma grande mesa há canetas coloridas colada um marcador de livro com seguinte frase: *mulher voe alto, a caneta que escreve a sua história está em suas mãos* que foram presenteadas as participantes que assinaram seus nomes na lista de frequência.

Momento dedicado ao compartilhar das vivências no Coletivo Marielle Franco, o relato de histórias do grupo. A vivência no coletivo como um lugar possível de transformar a experiência de ser mulher, da forma vulnerável de amar marcada pela dor, pela violência expressada na Cena I em aprendizado, em crescimento, em raiva criativa, em inconformismo, de se alimentar da potência de ser mulher, de ser no coletivo com outras na solidariedade, do desejo de lutar por justiça, no combate a todas as formas de opressão esteja onde estiver inclusive no próprio Estado (delegacia, CREMV, Juizado). Do se dar conta que romper com a violência individual é uma parte importante, mas para se combater a violência contra as mulheres que nos oprime todos os dias na sociedade brasileira machista é preciso uma revolução, é preciso mudar o país, o mundo, é preciso combater todas as formas de opressão estejam onde estiver. Como uma maneira de facilitar a narrativa foi editado um vídeo com falas selecionadas de Marielle Franco, Talíria Perone e de Janice falando em nome do Coletivo Marielle situando a história, o olhar coletivo sobre si, sobre o mundo, desejos. Perspectiva coletiva será explorada mais adiante no entrelaçamento entre práxis no Coletivo e a fundamentação teórica que subsidiaram cada canto das criações artísticas.

## **Cena III: Abra suas asas**

A última cena aconteceu na área externa do CREMV, onde também são realizados os encontros do Coletivo, local gramado, arborizado. Preparamos de maneira acolhedora, alegre. Aqui o contexto já é de uma roda de conversa voltada para o diálogo das vivências e escuta das experimentações das cenas: I e II. As participantes foram convidadas as se

expressarem por meio da arte para isso tinha: pinceis e tintas, material para colagem, cartolina para escrever, frases e poesias feministas, canetas, tesouras, um imenso painel de papel pardo com o objetivo de uma produção coletiva. Após a produção artística coletiva, se encerrou o Evento com uma performance do Coletivo Marielle Franco. Esta se iniciava com um casulo que continha a estudante psicologia que aos poucos o rompia e com o auxílio do Coletivo foi se metamorfoseando de lagarta em borboleta, “criando asas” ao som da música “Abra suas asas” cantadas pelas Frenéticas.

No total, foram trinta e cinco participantes presentes, todas mulheres e seus filhos(as) advindas da Casa de passagens, do Grupo Maré da Faculdade do CESUSC, do grupo de mulheres do CRAS e as respectivas técnicas destes serviços, assim como outras usuárias convidadas do CREMV.

### **Instalação/ Exposição artística "Não me conformo, me transformo"**

Em maio de 2024, resultado da repercussão do Evento “Não me conformo, me transformo”, o Coletivo Marielle Franco foi convidado pela equipe do CAPS II Ponta do Coral de Florianópolis a participar do Ato da Luta Antimanicomial. A forma de participação escolhida foi por fazer uma Instalação/ Exposição artística de mesmo nome do evento de março: “Não me conformo, me transformo”. Esta foi dividida em duas cenas/espços contínuas e complementares: Casulo e Borboletas.

A primeira cena segue os mesmos moldes feitos no evento de março, uma instalação artística utilizando um pequeno corredor no CAPS cortina de tiras com cores sombrias na porta, teia de aranha artificial por todo o espaço, caixa de som e monitor. Já a cena II Borboletas utilizou-se uma sala em que foram expostos todas as criações artísticas produzidas no evento de março, painéis com a arte de Carol Rosseti que o Coletivo fez e expôs em outro momento. Além disso, houve a instalação de um cantinho que retratasse um pouco das vivências de arte com afeto como linguagens que regam os encontros do Coletivo em uma das áreas da sala, num exercício de levar o cantinho do Coletivo Mariele Franco existente no CREMV para CAPS.

Para isso, neste ambiente colocou-se o tapete grande de chita que é usado nos encontros, se recriou a oficina que foi feita sobre Gal Costa a partir de músicas selecionadas, onde foram desenvolvidas atividades como coral, coreografia, ato de recitar,

dublagem e que na Instalação/Exposição artística transformadas numa capa de LP com trilha sonora com as letras das músicas usadas na oficina.

## **RESULTADOS**

As cenas funcionam como intercessores (DELEUZE, 1992)<sup>1</sup> do processo de enfrentamento à situação de violência. Em Casulo, vemos o primeiro estágio em que a pessoa ainda está (re)vivendo o contexto abusivo e tóxico da relação, sem perspectivas de afastamento ou distanciamento, as vozes da violência verbal, psicológica e física as toma a ponto de transfigurá-las no próprio casulo, isto é, nas características do abuso, em que os afetos negativos são a única realidade. Já na cena II Borboletas, é apresentado o encontro com o diferente, com outras possibilidades, entre elas, de afetos positivos (SPINOZA, 2011), em uma sala de reuniões onde se dá a história de um coletivo de mulheres, a mulher que sofre violência é convidada a visão de que não está sozinha, que existem outras que já passaram pela mesma situação, e assim, enxergar outras possibilidades e modos de viver.

A performance final simboliza a libertação em sua forma mais impetuosa, pulsante e despreocupada, um horizonte em que as amarras de relações de co-dependência e subjugação não existem mais. As participantes foram convidadas a dançar compartilhando dessa movimentação que além de subjetiva traz o corpo para jogo, o encantamento da leveza de tornar-se e do poder vir a ser o que quiser, uma janela de devir (STERN, 2007, p. 29). Na performance, o corpo é deslocado da posição de instrumento para ocupar o lugar de objeto da arte, diferentemente das instalações que geram um produto exterior ao corpo, a arte da performance toma o corpo como centro do processo artístico. Isso que a faz tão transformadora, pois promove a desnaturalização do corpo, convertendo-o em um ritual de desconstrução, dos hábitos, das crenças, das utilidades e da organização corporal (VEIGA, 2022).

A participação da comunidade externa concretiza a potência DO EVENTO/DAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS, pode-se observar o tamanho do impacto que as cenas tiveram em cada pessoa que as experimentou a partir de seus relatos que passaram pela descrição de sentimentos e sensações, a partilha de suas vivências, sonhos e perspectivas futuras.

---

<sup>1</sup> O intercessor diz respeito às interferências que um domínio pode produzir sobre outro, no caso, as interferências das artes das instalações e da performance sobre o processo de enfrentamento a violência.

Os diálogos estabelecidos inclusive resultaram no projeto de se fazer oficinas, rodas de conversas itinerantes em espaços da política pública como CRAS e CREAS.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pensar o mundo da práxis no CREMV a partir da perspectiva spinozista nos coloca no campo da invenção, da criação, de descobrir lugares para além da dinâmica cíclica da dor, da violência. Torna a práxis um infinito movimento de buscar estratégias criativas, caminhos possíveis que acesse, compreenda, acolha a dor, o sofrimento das mulheres em situação de violência resultado de uma experiência escravizante e a transforme num processo crítico de si, do mundo, fazer da crise um momento transformador, de virada de mesa desta realidade.

Exercitar um bom encontro entre a equipe do Serviço e a mulher atendida tendo como substrato esta mesma dor, mas ao invés de se ater ao corpo vitimizado que leva crença determinista de que seu destino é sofrer, viver violências, se ater ao protagonismo deste mesmo corpo, inverter a lógica abusiva que faz a vitimizada acreditar que é um corpo passivo ao se questionar sartrianamente: o que eu estou fazendo que contribui para a produção da realidade da qual eu me queixo? (o que fazer com o que estão fazendo comigo?) (SARTRE, 2014). Trata-se de uma implicação subjetiva, o que se explora é uma subjetividade ativa bem diferente de culpabilizar a vítima, responsabilizá-la pela violência que sofre, significa a própria pessoa se implicar no seu processo emancipatório, catalisar o movimento de potência de vida. Neste estudo, o que se explora é como o espaço da arte, do coletivo com afeto num movimento político do Artivismo pode ser fértil em estratégias criativas no enfrentamento da violência, na promoção de saúde mental e no protagonismo das mulheres (GOMES, 2017).

## **REFERÊNCIAS**

- DELEUZE, Gilles. Os Intercessores. In: *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 151-168.
- DONINI, Angela. Processos escavatórios para habitar o corpo. In: ARAÚJO, Inés (Org). **Indícios**. Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Artes, 2016.
- FANON, Frantz. Concerning violence. London: Penguin, 2008.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

LEAL, Maria Lucia.; SCHNEIDER ALCURE, A.; BACELAR, C. B.; AZEVEDO, M. T. Pedagogias feministas e de(s)coloniais nas artes da vida. *ouvirOUver*, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 24-39, 2017. DOI: 10.14393/OUV20-v13n1a2017-2. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/ouvirouver/article/view/36982>. Acesso em: 4 set. 2024.

LORDE, Audre. Textos escolhidos de Audre Lorde. 2009. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/171382/AUDRE%20LORDE%20COLETANEA-bklt.pdf>. Acessos em: 20 jan. 2016.

LUGONES, María. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais / organização e apresentação Heloisa Buarque de Hollanda; autoras Adriana Varejão ... [et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LEAL, Maria Lucia.; SCHNEIDER ALCURE, A.; BACELAR, C. B.; AZEVEDO, M. T. Pedagogias feministas e de(s)coloniais nas artes da vida. *ouvirOUver*, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 24-39, 2017. DOI: 10.14393/OUV20-v13n1a2017-2. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/ouvirouver/article/view/36982>. Acesso em: 4 set. 2024.

MANOEL, Jones; LANDI, Gabriel. **Revolução Africana: uma antologia do pensamento marxista**. Autonomia Literária, 2020.

\_\_\_\_\_. **O humanismo radical de Frantz Fanon**. 19min 02s Produção Jones Manoel. 09 de jul. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hp1xEaKnuU8&list=PLw71pNVZxYa19NifSP4YITE7Aiks0aQJh&index=30&t=24s> Acesso em 22 de abr. 2023.

RAUTER, Cristina. Clínica transdisciplinar: afirmação da multiplicidade em Deleuze/Spinoza. **Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/tragica/article/view/26802>. Acesso em: 12 out. 2020.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SPINOZA, Baruch de. **Tratado político**. Trad. Diogo Pires Aurélio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

STERN, Daniel. Explorando o momento presente. In: \_\_\_\_\_. O momento presente na psicoterapia e na vida cotidiana. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 25-76.

TEIXEIRA, A. L. Spinoza e práticas clínicas em psicologia: algumas considerações. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 34, p. Publicado em 02/06/2022, 2 jun. 2022.

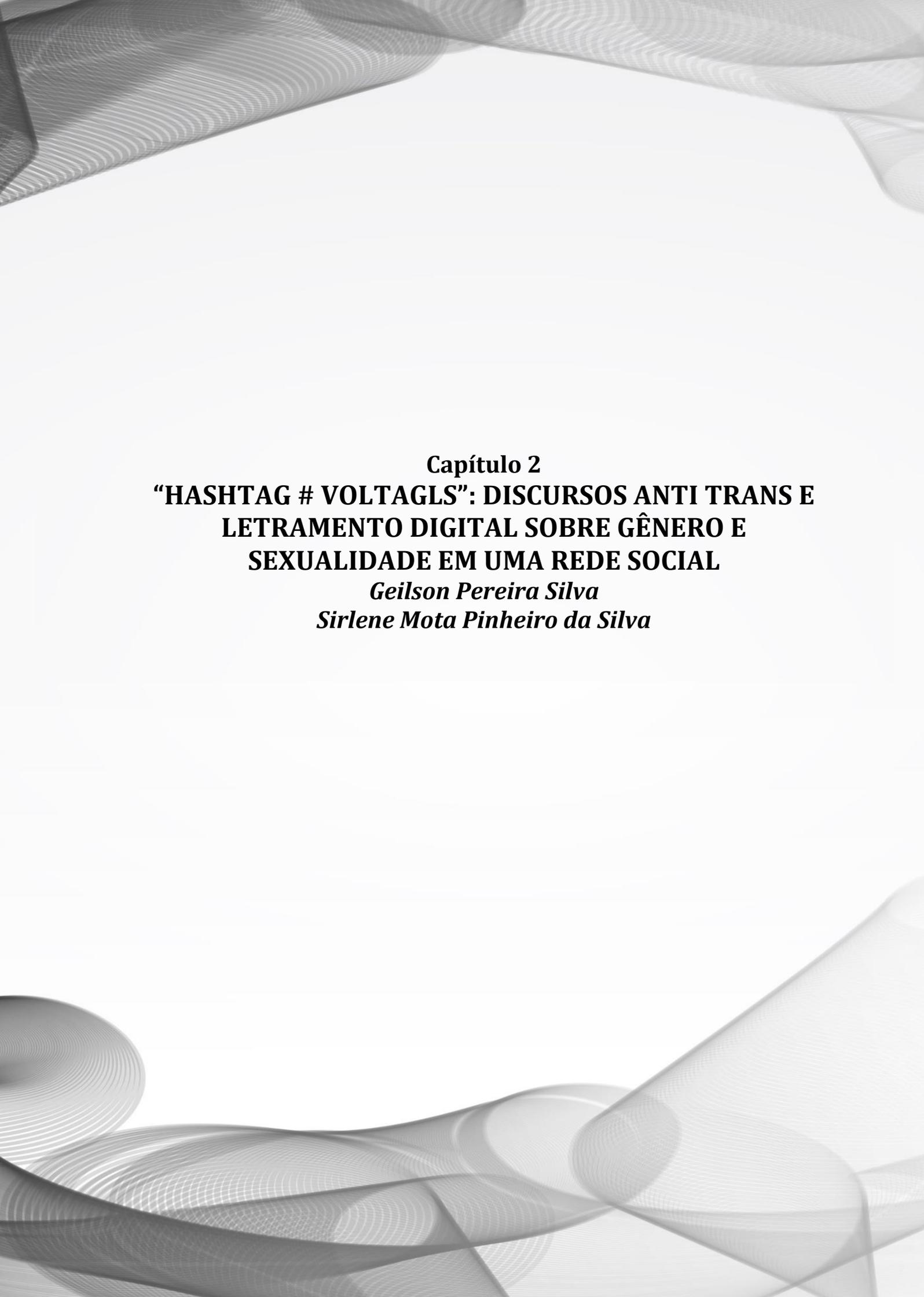
TEIXEIRA, A. B.; SILVA, A. M.; FIGUEIREDO, A. Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA: entrevista com Och Curiel. **Cadernos de Gênero e Diversidade**. v. 3, n. 4, p.106-120, 2017. Disponível em:

<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/24674/15431>. Acesso em: 12 jun. 2019.

VEIGA, Lucas. Clínica do impossível: Linhas de fuga e de cura. Telha, 2022.

\_\_\_\_\_. **Ética**. Trad. Thomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

ZANELLO, Valeska, FIUZA, Gabriela. e COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal : Revista de Psicologia** [online]. 2015, v. 27, n. 3, pp. 238-246. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-0292/1483>>. Acesso em: 10 jan. 2022.



**Capítulo 2**  
**“HASHTAG # VOLTAGLS”: DISCURSOS ANTI TRANS E**  
**LETRAMENTO DIGITAL SOBRE GÊNERO E**  
**SEXUALIDADE EM UMA REDE SOCIAL**

*Geilson Pereira Silva*  
*Sirlene Mota Pinheiro da Silva*

# **“HASHTAG # VOLTAGLS”: DISCURSOS ANTI TRANS E LETRAMENTO DIGITAL SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE EM UMA REDE SOCIAL<sup>2</sup>**

***Geilson Pereira Silva<sup>3</sup>***

*Mestrando do Programa de Pós Graduação em Educação*

*(PPGE/UFMA).geilsonpsilva@gmail.com.*

***Sirlene Mota Pinheiro da Silva<sup>4</sup>***

*Docente do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE/UFMA). Doutora em*

*Educação (USP). sirlene.mota@ufma.br.*

## **RESUMO**

As redes sociais como resultado do avanço tecnológico e lugar de sociabilidade torna-se uma ferramenta para construção de novos significados, assim como concepções já cristalizadas nas ciências tomem novos sentidos diante dos discursos e discussões que se fazem presentes no chamado ciberespaço. Assim, este artigo objetiva entender como os discursos sobre gênero, sexualidades e identidades trans\* se constituem a partir da análise de publicações feitas por um grupo de internautas que reclamam a constituição de um movimento político que exclui transexuais e travestis. A partir da análise do discurso de Michel Foucault (2012), percebeu-se que nos *posts* há a impregnação de um entendimento biologizante e falocêntrico que forma uma rede de sustentação para discursos de ódio e preconceitos contra pessoas transexuais, assim como formas de negacionismo aos avanços dos estudos de gênero nas ciências sociais e humanas acerca dessas temáticas. Como forma de discutir as construções sobre gênero,

---

<sup>2</sup> Utilizaremos o termo **trans\*** como termo englobador ou "guarda-chuva", mas não limitador, para identidades transexuais, travestis, transgênero e transmasculinos, ou que não se conformam na dicotomia estabelecida pela cisgeneridade quanto uma relação direta de sexo=gênero, assim como quaisquer pessoas que se entenda fora desses determinismos possa se identificar com este termo mais geral. Optamos também por não colocar o símbolo (#) para que os algoritmos não vinculassem o trabalho ao movimento de forma a não endossar ou engajar seus objetivos e discursos. Em outro momento optamos por utilizar a simbologia e com um distanciamento do restante do assunto a ela indexado com o mesmo objetivo de não endossamento.

<sup>3</sup> Mestrando do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE/UFMA).geilsonpsilva@gmail.com.

<sup>4</sup> Docente do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE/UFMA). Doutora em Educação (USP). sirlene.mota@ufma.br.

sexualidade e identidades trans\*, buscou-se aporte em autoras como Letícia Nascimento (2021), Viviane Vergueiro (2016), Guacira Louro (2000), Judith Butler (2000) e Berenice Bento (2004). Assim, notou-se que as redes sociais são campos em que os discursos podem ser sustentados não só pela textualidade, mas por outros mecanismos como vídeos e memes que acabam ensinando discursos transexcludentes que acionam violências e discriminações sobre as identidades que fogem da cisheteronormatividade.

**Palavras chaves:** Discursos anti trans. Letramentos Digital. Gênero e Sexualidade.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho se debruça nas interfaces entre as redes e mídias sociais, que se constituem na relação com os outros e percebidas como veículo de letramento dos discursos anti trans\* e anti gênero por meio de uma lógica da "pós-verdade", na qual se acredita que no anonimato tudo é possível. Mas também se revela como autor discursivo na criação de uma rede comunitária que corrobora com tais pensamentos. Essa participação colaborativa de engajamento nas redes sociais se dá pela curtida, pelo compartilhamento e pelos comentários que são realizados em determinada publicação, formas como os internautas aceitam e legitimam (ou não) as ideias postas.

O contato, até então desconhecido, com um movimento que alimenta o discurso de ódio contra identidades transexuais e travestis em uma rede social, nos levou a querer entender como que se constituem esses discursos sobre gênero e sexualidade em uma perspectiva de letramento, ou seja, esses discursos também ensinam e estabelecem um outro marco sobre o que é gênero, o que é sexualidade e o que são as identidades trans\*, principalmente num momento político em que vivenciamos uma envergadura do discurso conservador, a criação da chamada "ideologia de gênero"<sup>5</sup> e o avanço de propositivas legislativas anti trans\* que somam ao menos 69 projetos nas esferas federal, estadual e municipal desde o início do ano de 2023, conforme analisou Marina Lopes (2023).

Por meio da análise de postagens na rede social X (antigo twitter) vinculados a "#(hashtag)voltaGLS" objetivamos discutir as textualidades e sentidos desses discursos

---

<sup>5</sup> A "ideologia de gênero" é um termo que emergiu nos discursos da igreja Católica no âmbito de uma formulação retórica reacionária antifeminista. Argumenta que os debates sobre gênero e sexualidade comprometem a formação das famílias heterossexuais, pois colocariam em xeque os papéis claros entre feminino e masculino, assim como desestabilizar a integridade social e moral (Maria das Dores Machado, 2018).

na formação do letramento digital-discursivo a partir da análise do discurso (Michel Foucault, 2012) e as interlocuções com os estudos de gênero, sexualidade e identidades trans\* (Letícia Nascimento, 2021; Viviane Vergueiro, 2016; Guacira Louro, 2000; Judith Butler, 2000; Berenice Bento, 2004), dentre outros.

Por fim, entendemos que este estudo pode nos ajudar a compreender como a referida rede social pode ser um local de formação de entendimentos que acabam sendo excludentes de identidades que fogem à cisheteronorma<sup>6</sup> e podem ampliar o discurso de ódio, principalmente quando os maiores consumidores das redes sociais são adolescentes e jovens que ao terem contato com essas formações discursivas, acabam levando para outros espaços, principalmente a escola, e assim sendo veículo de preconceitos e discriminações.

## **RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS NAS REDES SOCIAIS E LETRAMENTO DIGITAL-DISCURSIVO**

Na antiguidade, a *ágora*<sup>7</sup> Grega, era o local da cidade onde as pessoas se reuniam para as principais decisões que influenciariam todo o povo, era uma espécie de praça pública na qual a vida política tomava forma. Na modernidade, vemos que esses lugares não deixaram de existir, mas sim tomaram novas significações, havendo um deslocamento dessa rede de interação e discussão com o advento da era das revoluções, principalmente industrial, que iniciou o movimento de desenvolvimento científico tecnológico. Os computadores, os celulares, a internet e as redes sociais são exemplos desse avanço e deslocamento da praça pública na qual a vida pública e privada (em um mundo que não há limites e diferença entre privado e público) estão em discussão contínua, muitas vezes distantes dos olhares institucionais e protegidos pelo anonimato.

Essa ruptura da sociabilidade que acontece com as Tecnologias da Informação na Comunicação (TIC) nos faz concordar com Manuel Castells (1999) com o que ele designa como “sociedade em rede”. Pierre Lévy (1998) reitera que essa mediação digital remodela

---

<sup>6</sup> A cisheteronorma, baseada na lógica do sexo-gênero-desejo, pressupõe uma naturalização e normatização de uma forma específica de relacionar afetivo-sexualmente, assim como a compreensão do gênero a partir do sexo anatômico, que centralizadas na heterossexualidade torna-se a possibilidade única, fundamental, pré-determinado e imutável dentro da sociedade (Eli Bruno Rosa, 2020).

<sup>7</sup> A *ágora* era o espaço das cidades-estados, muito parecida com uma praça, na qual se discutiam os eventos do dia, entendida também como reunião de pessoas e o local berço da democracia em vista das discussões políticas que deram origem ao conceito. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/trans/pt/1-512/agora/>.

as atividades cognitivas fundamentais, na qual envolvem a linguagem, a sensibilidade, o conhecimento e a imaginação inventiva que ultrapassa o universo da virtualização, que impulsiona sentimentos, emoções, sensações, valores e práticas sociais, ou seja, alcançam os modos de agir, de ser e estar no mundo.

É inegável não perceber a inserção da complexa dinâmica da vida social que se estabelece nas redes sociais, sendo estas constituídas de atores (indivíduos), grupos, conexões (interações ou laços sociais) e instituições, que proporcionam interações dialógicas, posturas e discursos que são formulados entre os indivíduos no espaço virtual (Rachel Recuero, 2009). Assim, formam uma cibercultura<sup>8</sup> (Pierre Lévy, 1999) que estabelece esses valores, atitudes, práticas que favorecem a produção, comunicação e socialização entre perfis não lineares e cada vez mais multidimensionais. Na percepção de André Lemos (2002) as sociabilidades grupais que constituem vínculos associativos e comunitários pela rede de relacionamento que se forma no ciberespaço, agregam os interesses definidos por ligações orgânicas, efêmeras e simbólicas. Assim, o indivíduo é deposto de valores individualistas da modernidade e configuram-se em comunidades emocionais na qual há uma emoção coletiva e que são encontrados sob diversas modulações e experiências sociais (Michel Maffesoli, 2006).

A partir do entendimento de descentralização das informações e do poder de comunicar, percebemos esse movimento da sociabilidade das redes sociais em que se aglutina essa arena discursiva. Esse poder de comunicação que temos e vemos nas redes sociais muitas vezes pode ser confundido com democratização do discurso. Norman Fairclough (2001) entende que a democratização do discurso perpassa a retirada das desigualdades e assimetrias que existem no prestígio discursivo e linguístico de determinados grupos, assim ele argumenta que para de fato existir uma democratização dos discursos é necessário reduzir essa assimetria entre pessoas com poder institucional desigual.

Para além do acesso, o que está posto no entorno desta questão é que embora se tenha uma abertura para falar de maneira mais generalizada, o alcance ou repercussão do que é dito, deixa evidente a impossibilidade da democratização discursiva. Uma reflexão é válida aqui, pois para além desses atores com poderes institucionais (de limitação,

---

<sup>8</sup> Cibercultura é entendido por Lévy (1999) como o conjunto de técnicas, materiais e intelectuais, de práticas, atitudes, modos de se comportar e pensar que se desenvolvem com o crescimento do ciberespaço. Para ele, o ciberespaço é esse novo local de comunicação que surge na interconexão mundial das redes de computadores.

monitoramento e de repercussão viral), há também os atores que não tendo esses poderes concentram o potencial discursivo de mobilizar e fazer repercutir questões que encontram aceitabilidade das massas mediante o contexto sociopolítico na qual eles são levantados.

Compreender que as redes sociais não propiciem uma democratização do discurso na perspectiva de Fairclough (2001), não retira dela um outro aspecto que é um lugar na qual se forma uma prática pedagógica dos discursos, que é o que chamaremos de “letramentos digital-discursivo”. Ao tratar sobre o direito ao discurso Foucault (2012), se questiona: “mas, o que há, enfim de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (p. 8). Nas redes sociais, há essa possibilidade de vozes de grupos em situação de dominação ou minorizadas terem suas vozes acessadas e articularem uma potencial mudança social das redes e fora dela, mas ao mesmo tempo é inegável que, principalmente nas últimas décadas, ela se tornou também espaço de discursos de ódio, de ameaças e da negação da existência do outro.

Quando falamos do letramento digital-discursivo, nos embasamos nos estudos de Luiz Moita Lopes (2002; 2005) em que o letramento são ações sociais em que os participantes operam na construção de significados e das compreensões que constroem nossas identidades sociais, em resumo, quaisquer práticas de construção de sentido. Assim, na internet essa construção de sentido acontece por meio do discurso escrito ou conversa escrita que são permeados por imagens, *emojis*, dentre outros.

Os letramentos digitais se localizam na possibilidade da participação colaborativa do público das redes sociais, partindo do pressuposto de que o computador e suas ferramentas deixam de ser locais em que se busca informação e passam a ser um lugar de disputa, de construção e contestação de significados, ou seja se torna um lugar que operam e agem na possibilidade teórica de compreensão dos novos letramentos digitais como locais de ativismo político e também de transgressão de significados cristalizados, aumentando assim os modos de atuação sociopolítica da vida social (Lopes, 2010). É nessa possibilidade de construção de significados que o discurso, reportando ao conceito de Foucault (2012), como uma rede de significados, se conecta a outros discursos, forma um sistema aberto que produz, reproduz e estabelece valores de uma sociedade e perpetua-os. Logo, o discurso tem por finalidade estruturar qualquer que seja o imaginário social, e

este ultrapassa os limites da construção lógica de frases ou palavras que buscam um significado em si.

Com a velocidade algorítmica da repercussão desses significados, que ultrapassam os limites das palavras, há um movimento de letramento desses discursos na ação social do indivíduo, o que acaba por endossar, não generalizando, práticas de reprodução de desigualdades e violências, especialmente para grupos minorizados. É a partir dessa articulação que analisaremos a articulação de um movimento e dos discursos antitrans.

### **O MOVIMENTO #voltaGLS E SUAS DEMARCAÇÕES NO DISCURSO ANTI TRANS\***

As *hashtags* são recursos utilizados nas redes sociais para colocar em destaque algum assunto, muitas vezes são acionados diante de eventos marcados por grande comoção ou apelo social. A função das *hashtag* é categorizar esses assuntos a um mesmo tópico, e aglutinar todas as publicações que utilizaram esse mecanismo, ao mesmo tempo que quanto mais pessoas utilizam, mais aquele assunto é visto e entra nos *trend topics*, ou seja, no assunto mais comentado daquela rede social.

No percurso metodológico do trabalho, realizou-se análise de uma *hashtag* que é utilizada na rede social X, em publicações que demarcam discursos e publicações acerca de gênero e sexualidade, na qual tais discursos se constituem numa perspectiva de letramentos sobre essa temática, principalmente quando o próprio movimento e internautas utilizam uma *hashtag* que exclui identidades trans\*.

Nosso método de recuperação dessas publicações foi utilizando a busca avançada da rede social utilizando os seguintes descritores: “#voltaGLS” e “”. Importante explicar que os internautas que demandam e estão dentro dessa comunidade que advogam esses discursos utilizam em seus *nicknames*<sup>9</sup> esse *emoji* de duas espadas cruzadas para demarcar, através dessa simbologia, que as relações homossexuais masculinas só podem acontecer com homens que tenham pênis.

Durante a pesquisa observamos algumas características que são importantes quanto ao perfil e identidade desses internautas, na qual foi possível chegar à conclusão que a maioria são pertencentes à comunidade LGB (lésbicas, gays e bissexuais) um dado

---

<sup>9</sup> Nickname, segundo o Infopédia, é um nome curto ou apelido pelo qual a pessoa utiliza para identificá-la em uma rede social ou em jogos online. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/nickname>.

que para nós é alarmante e incompreensível na perspectiva de que gays, lésbicas, bissexuais e transexuais e travestis e outras identidades de gênero e orientação sexual são as principais vítimas de ódio na internet e do CISTema<sup>10</sup> heteronormativo, e ao mesmo tempo reproduzem discursos que são alimentados por indivíduos que são totalmente contrários a todo avanço da conquista de direitos e entendimentos cristalizados acerca dos estudos de gênero e da sexualidade.

Dessa forma, iniciamos a nossa análise com uma publicação que utilizou como recurso a memetização<sup>11</sup> para demarcar o discurso biologizante de identidades trans\*, na qual se mobilizou um quantitativo de 6 repostagens, 19 curtidas e visto por 468 contas:

Figura 1 – Memetização biologizante



**Fonte:** Dados da pesquisa em publicação da rede social X (2023)

Na imagem observa-se a utilização de um livro de biologia como recurso que afugenta as concepções das transidentidades, como se estas não suportassem o poder da “verdade” biológica na construção das suas existências. Essa imagem é acompanhada por um texto que diz: *“Quando uma ‘identidade’ é baseada em fantasias e negacionismos, afirmar a realidade te torna fóbico’. E quando tais fantasias geram lucro para vários*

<sup>10</sup> Letícia Nascimento (2021) fundamenta o conceito de cistema a partir da própria ideia de cisgeneridade (Viviane Vergueiro, 2016) como simetria entre sexo-gênero, enfatizando assim a supremacia que se estabelece na compreensão do gênero como unicamente binário (pênis/homem ou vagina/mulher). No mesmo sentido, esse sistema se coloca como uma suposta verdade biológica imposta e isso produz uma interação estrutural com efeitos políticos e legais, classificando corpos trans\* como patológicos, desviantes e perversos, ao mesmo tempo que hierarquiza os corpos que devem viver.

<sup>11</sup> Segundo Vieira Junior e Pelúcio (2020) o meme era adotado anteriormente como um conceito vindo da sociobiologia e posteriormente como todo viral que se propaga pela rede web. Ou seja, aquilo que adota uma linguagem verbo-visual e se repete (espalha) na internet em forma de vídeos, frases e fotos adquire uma estratégia discursiva com o intuito de ridicularizar e é acionado pela retórica reducionista e simplificadora de algo ou alguém. Logo, a memetização é a simplificação de uma realidade em algo cômico, mas que aciona um papel discursivo.

*setores, podem estimular homofobia, elas são abraçadas e defendidas por mais gente, de 'divulgadores científicos' à grande mídia".* Para o internauta, as identidades trans\* são fantasias que negam a realidade da morfologia do corpo.

Letícia Nascimento (2021) entende a existência da circulação de discursos biologizantes que buscam condicionar o gênero aos aspectos anatômicos de diferenciação sexual e recorre aos estudos de Rubin Gayle (1993) e Simone de Beauvoir (1970) para reafirmar o caráter construcionista da categoria gênero como processo cultural, e no mesmo sentido aciona o que Linda Nicholson (2000) caracteriza como “determinismo biológico” para essa compressão que se tem sobre o gênero como uma consequência inevitável da natureza biológica do corpo.

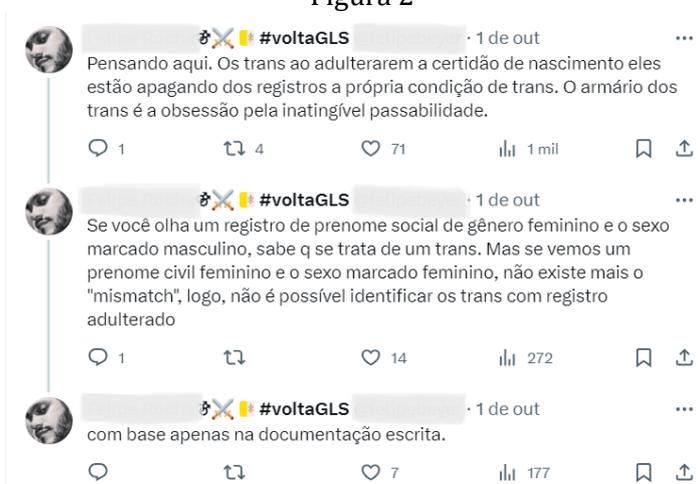
Essa determinação biológica deve ser abandonada pois olha para o ser humano como diferenciado apenas pelo seu corpo materializado e generificado, quando na realidade há um processo de construção da historicidade e subjetividade em contextos específicos. Há, portanto, uma necessidade de romper com essas narrativas que carnavalizam as fronteiras entre o biológico e cultural, quando se entende que os corpos são produzidos e que ninguém nasceu “fato”, uma vez que as relações sociais e de poder desestabilizam a materialidade do ser, a partir do que argumenta Guacira Louro (2001): “os corpos são significados pela cultura e continuamente por ela alterados”.

Para além disso, a própria cisgeneridade (Viviane Vergueiro, 2016) joga com essas dicotomias de verdade e ficção quando tratamos sobre o reconhecimento de identidade de gênero-falhas. A concepção analítica da cisgeneridade são suportados por discursos “biológicos” e “científicos” que ignora as percepções e fundamentos de corpos e identidades de gênero construídos em distintos contextos socioculturais e históricos. Ora, há uma necessidade CISTêmica, dentro da genealogia que Viviane Vergueiro (2016) argumenta sobre a construção desse conceito, de defender a categoria sexo como uma categoria que defende a “naturalidade”, a “materialidade” verificável e indiscutível da pré-discursividade da cisgeneridade.

A problematização desses discursos é um exercício de questionamento dessas hierarquias de autenticidade e inteligibilidade que faz parte de um projeto colonial de sustentação de referenciais para homens e mulheres atribuídos pelo sexo como verdade supostamente natural. Logo, o traço cisnormativo é a colonização de pessoas, corpos e gêneros por meio do saber-poder que atribuem demarcações oficiais sobre sexo e gênero.

Em outra publicação novamente a identidade trans\* é posta em descredibilidade de sua existência, quando o internauta diz:

Figura 2



Fonte: Dados da pesquisa em publicação da rede social X (2023)

Nesse recorte o autor desta publicação coloca em questão o nome que pessoas trans\* buscam ser reconhecidas/os mediante sua identidade de gênero, logo argumenta que mudanças em seus registros coloca-as/os em uma condição de adulteração, e novamente aciona o dispositivo biologizante de uma verdade anterior ao sujeito. Ao que ficou claro à nossa análise quando diz que “*apagando os registros a própria condição de trans*”, é que para ser trans\* (na concepção do internauta) o sujeito precisa se autoflagelar permitindo a existência de um nome, que constitui também nossas identidades, e que não condiz com o que este sujeito constrói sobre si.

A cisgeneridade e a heteronormatividade também estabelecem um critério de nomeação para toda pessoa nascida, e que desde o ventre são confabuladas as identidades e comportamentos que essa criança deve ter. Essa nomeação parte de um processo sistêmico de determinismo: o sexo como garantidor do gênero, e o gênero tutelador de um nome. Para Luma Andrade (2012) ao passo que a genital entra em significação de um gênero, e assim o nome e pronome são escolhidos, a criança é citada e situada na dinâmica social. Nessa lógica, o nome define papéis, expectativas e comportamentos que devem ser exercidos socialmente, tão somente que é a partir dele que se ganha um caráter oficial de existência.

Na realidade de pessoas trans\* o nome escolhido para si, a partir desse autorreconhecimento de construção subjetiva de um corpo e uma identidade que não se

determina nessa prática colonizadora, não confere apenas inteligibilidade, mas possibilita um afastamento normativo que o nome de registro atua:

Esse nome de registro pode até induzir seus nomeados a viver uma história definida e previsível, porém estes são singulares, não uma réplica de outro, podem ter outros sonhos, outros desejos, trilhar um novo caminho, uma nova história. A travesti [e outras pessoas trans\*] é uma vítima desta normatização, pois o nome pelo qual foi nomeada (na certidão de nascimento) a apresenta de uma “forma falsa” quando comparada com o gênero (feminino ao invés de masculino). Isso promove autonegação e conseqüentemente constrangimentos por se apresentar socialmente como mulher, mas nomeada como homem em seus documentos oficiais (Luma Andrade, 2012, p. 193).

Essa tentativa de demarcar quem deve ser trans\* e quem não é parte ainda de um discurso patologizante que retoma a ideia de que o corpo não pode ter sua existência senão em consonância com sua genitália, nesse sentido Judith Butler (2001) afirma que as normas regulatórias do “sexo” trabalham de forma performativa no intuito de constituir a materialidade dos corpos e para materializar o sexo do corpo, a diferença sexual afim de consolidar o imperativo heterossexual.

Na mesma publicação o internauta continua: *“Se você olha um registro de prenome social de gênero feminino e o sexo marcado masculino, sabe que se trata de um trans. Mas se vemos um prenome civil feminino e o sexo marcado feminino, não existe mais o ‘mismatch’, logo, não é possível identificar os trans com base apenas na documentação escrita”*. Vemos um exemplo do acionamento de duas questões: a elaboração de uma transexualidade verdadeira e uma falsa e o enquadramento à cisgeneridade. Ou seja, neste discurso se define a ordem compulsória do sexo-gênero-desejo que aqui inclui a reafirmação pelo registro.

Assim, a produção de uma transexualidade verdadeira implica aos sujeitos de uma exotização das/dos que não se enquadram a essa concepção de “normalidade” que é demandada pela cisgeneridade, que na construção dessa categoria significa a ênfase a uma pessoa cuja identidade e presentificação corporal deem *match* com a morfologia física, uma espécie de correspondência, ou seja não só pessoas que são transgêneros não são consideradas cisgêneras, mas todos aqueles que não tem essa correspondência.

Quando falamos dessa materialidade, um exemplo recente dessa produção é a incerteza do novo Registro de Identidade conter apenas o nome social e sem a demarcação do sexo do cidadão, algo que foi solicitado e firmado acordo com o Ministério dos Direitos Humanos pelas associações e movimentos sociais dos direitos transexuais e travestis e

que sofreu diversas investida do governo ao voltar com o registro anterior que agora deve constar o nome civil, o nome social e o sexo, dessa forma deixando a existência das/os transexuais ainda mais vulnerável. Berenice Bento (2004) nos diz que não existe um processo específico para constituição das identidades de gênero para transexuais, e o gênero só existe na prática, na sua experiência e sua realização se dá mediante reiterações.

Por fim, reunimos algumas outras publicações que tratam da sexualidade e como a vivência desta é também condicionada a um aspecto essencialista:

Figura 3



Fonte: Dados da pesquisa em publicação da rede social X (2023)

Figura 4



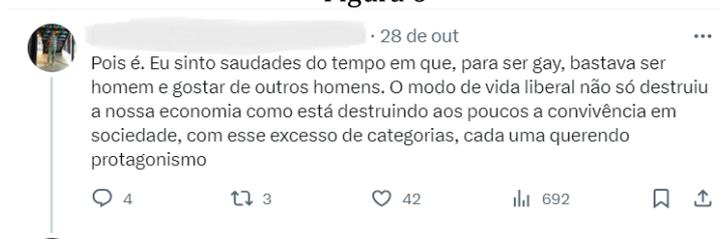
Fonte: Dados da pesquisa em publicação da rede social X (2023)

Figura 5



Fonte: Dados da pesquisa em publicação da rede social X (2023)

Figura 6



**Fonte:** Dados da pesquisa em publicação da rede social X (2023)

Podemos observar que em todas as publicações o caráter falocêntrico e biologizante é o demarcador da sexualidade dos sujeitos, rejeitando assim outras possibilidades e identidades. Ora, para eles um homem cisgênero não pode ter relações com um homem trans em vista do seu órgão sexual, pois nesse caso não seria mais um relacionamento gay, e sim heterossexual, a mesma coisa ocorreria com uma mulher cisgênera e uma mulher trans, ou até mesmo entre um homem cisgênero e uma mulher trans, ou seja, as validações acerca da sexualidade e da vivência sexual toma um caráter inscrito na concepção heteronormativa que adentra também nas vivências homossexuais, lésbicas e bissexuais. Nesse sentido, Berenice Bento (2011) afirma que existindo uma margem de autonomia, o corpo pode dizer não para os padrões sociais-sexuais hegemônicos e que o corpo não é natural como se pensa, mas forjado pela cultura, pela sociedade em que nasce.

Esses discursos que acabamos de analisar acabam corroborando para uma prática excludente das vivências da sexualidade trans\*, advogando a existência de uma sexualidade correta para gays, lésbicas e bissexuais, como se houvesse uma casta de sexualidade e como estas devem ser vividas.

O movimento *queer* defende em suas lutas a vivência da sexualidade e a liberação sexual das identidades “desviantes” do sistema cisheteronormativo justamente porque não cabemos em caixinhas fixas de prazer e de vivência, transgride as lógicas falocêntricas porque o prazer não se restringe a um órgão, mas que pode ser vivida e experimentada de várias formas.

Quando esses discursos são atenuados eles colocam limites aos sujeitos em vivenciar seus desejos e colocam às identidades trans\* uma espécie de não conformidade com uma lógica de um enquadramento de gênero/orientação sexual. Portanto, defendemos que a sexualidade de cada sujeito deva ser vivida sem enquadramentos impostos a partir de uma lógica biologizante e falocêntrica, e que por exemplo, um homem cisgênero ao se relacionar com um homem trans este formam um casal gay, ou que uma

mulher cisgênera ao relacionar-se com uma mulher trans formará um casal lésbicas, e assim tantas outras possibilidades para que transidentidades possam vivenciar sua sexualidade sem estar ligada a uma conformidade de orientação sexual.

Portanto, percebemos nessas publicações uma marca biológica dos discursos sobre as identidades trans\*, colocando ainda num lugar de invalidação e inconformidade de suas vivências a uma verdade preexistente. Entendemos que esses discursos ao operarem num espaço de mídia como as redes sociais contribuem ainda mais para que discursos de ódio e violência sejam praticados, colocando as transidentidades em locais de vulnerabilidade, estigmatização e de morte, pois esses discursos ensinam, reafirmam “verdades” construídas pelos outros sobre alguém e ultrapassam as telas e chegam nas ruas, nas escolas, e nas instituições sociais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nos parece importante reafirmar como as redes sociais têm, para além de seu aspecto da sociabilidade que toma uma outra forma no ciberespaço, um aspecto de mobilização dos discursos e fazer chegar as pessoas que corroboram com o que é tematizado, mas ao mesmo tempo tem o potencial de ensinar ou até mesmo de argumentar em relação a algum assunto e ajudar a formar opiniões.

Percebemos durante este estudo o quanto ainda é marcante o discurso biologizante, falocêntrico e negacionista sobre as identidades trans\* e sobre os estudos de gênero, e ainda assim, a existência de um movimento nas redes sociais que debate sobre as questões de gênero e sexualidade, que advoga uma exclusão das transidentidades do movimento político que constituem as orientações sexuais e identidades de gênero, ou seja, para eles as/os transexuais e as travestis e outras orientações sexuais, ou como dizem, traços de personalidade, não deveriam estar agregados na reconhecida sigla LGBTQIA+. Para além de não estar na sigla é evidente que este pequeno grupo provoca um discurso atenuante de ódio contra as transidentidades, defendendo projetos legislativos que restringe ainda mais a participação política e cidadã destas pessoas.

Logo, este artigo teve o objetivo de trazer ao conhecimento, a partir das análises dos discursos que esse movimento faz nas redes sociais e demonstrar ainda a permanente insistência de argumentos biologizantes para tratar do gênero e da sexualidade ao se

referir a pessoas trans\*, em contrariedade ao que já se avançou nestes entendimentos a partir dos estudos de gênero, da sexualidade e também no avanço epistemológico do transfeminismo.

## **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa**. 2012. 279f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012.

BEAUVOIR, Simone. (1970). **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Millet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2016.

BENTO, Berenice. Da transexualidade oficial às transexualidades. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (org.). **Sexualidades e Saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, v. 11, n. 2. CFH/COE/UFSC, maio-agosto, 2011.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1987.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura**. Roneide Venâncio Majer (trad.). v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 22ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

LE MOS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LÉVY, Pierre. **A máquina universo**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Carlos Irineu da Costa (trad.). Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. Os novos letramentos digitais como lugares de construção de ativismo político sobre sexualidade e gênero. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 49, n. 2, p. 393–417, jul. 2010.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Identidades fragmentadas**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. A construção do gênero e do letramento na escola: como um tipo de conhecimento gera outro. **Investigações Literárias e Linguísticas**, v. 17, n. 2, p. 47-68, 2005.

LOPES, Marina. Somente em 2023, 69 projetos de lei antitrans foram apresentadas no Brasil. **Notícia Preta**. 21 mar. 2023. Disponível em:

<https://noticiapreta.com.br/projetos-lei-antitrans/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MACHADO, Maria das Dores C. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 2, p. e47463, 2018.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Maria de Lourdes Menezes (trad.). 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2006.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

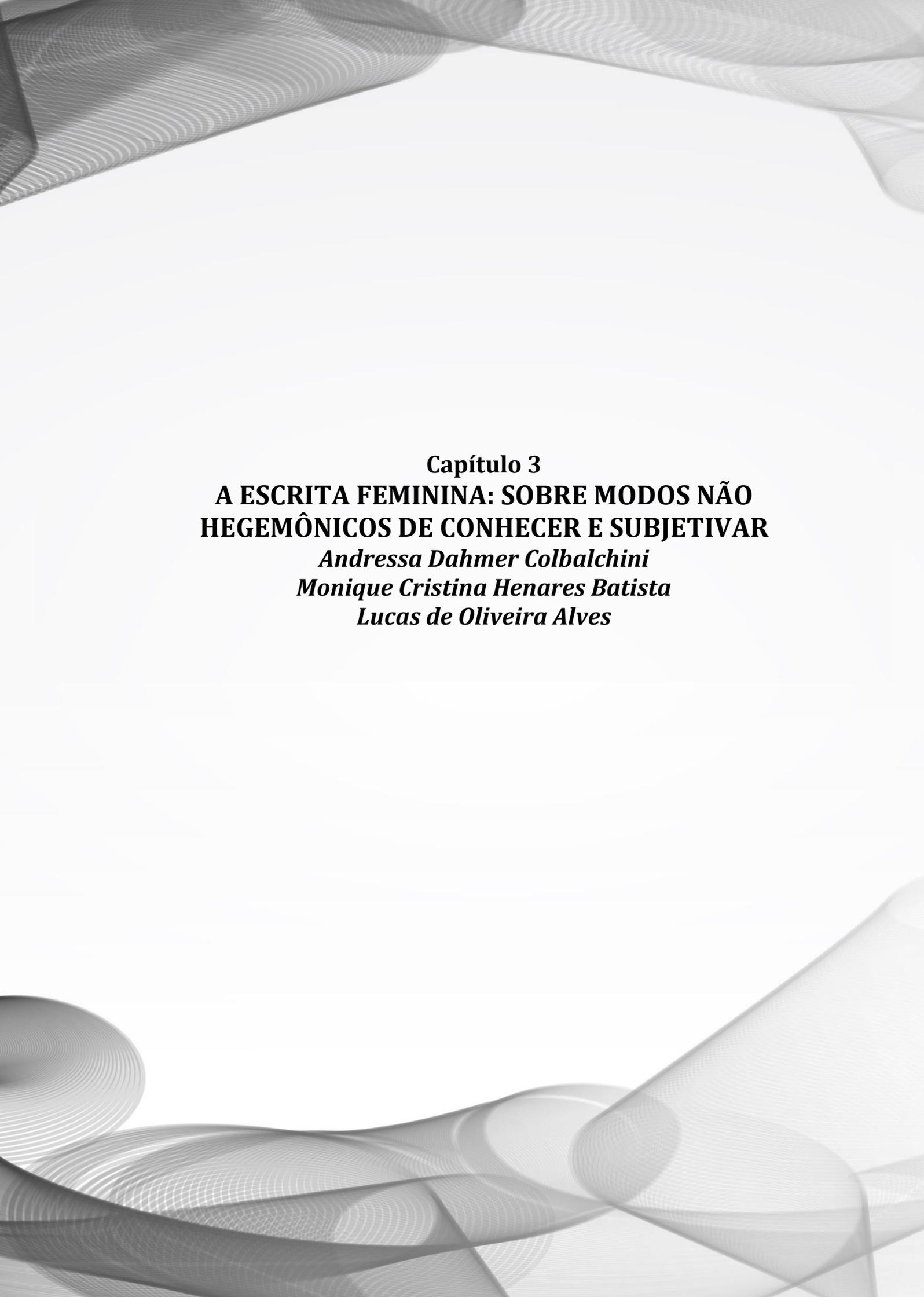
RECUERO, Rachel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROSA, Eli Bruno Prado Rocha. Cisheteronormatividade como instituição total. **Cadernos PET-Filosofia**, v. 18, n. 2, 2020.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise etnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2016. 244f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2016.

VIEIRA JUNIOR, Luiz Augusto Mugnai; PELÚCIO, Larissa. Memes, fake news e pós verdade ou como a teoria de gênero vira uma “ideologia perigosa”. **Estudos de Sociologia**, v. 25, n. 48, 2020.



**Capítulo 3**  
**A ESCRITA FEMININA: SOBRE MODOS NÃO  
HEGEMÔNICOS DE CONHECER E SUBJETIVAR**

*Andressa Dahmer Colbalchini*  
*Monique Cristina Henares Batista*  
*Lucas de Oliveira Alves*

## **A ESCRITA FEMININA: SOBRE MODOS NÃO HEGEMÔNICOS DE CONHECER E SUBJETIVAR**

***Andressa Dahmer Colbalchini***

*Psicóloga. Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: andressacolbalchini@gmail.com.*

***Monique Cristina Henares Batista***

*Psicóloga. Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: moniquehenares@gmail.com.*

***Lucas de Oliveira Alves***

*Psicólogo. Psicanalista. Doutorando em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: lukass.oliveira@hotmail.com.*

### **RESUMO**

Os modos de produzir conhecimento hegemônicos, bem como os de subjetivar, se ancoram em uma longa tradição falo-logo-cêntrica, pautada na razão lógico-causal, na linearidade e na continuidade, apoiada em um sujeito cognoscente suposto neutro (Souza, 2011). A escrita que veicula esse conhecimento reflete os pressupostos falo-logo-cêntricos, obliterando o singular, o paradoxo e a contradição, pautando-se na busca do sentido último e unívoco. Neste trabalho, desdobramos, a partir do método psicanalítico, o significante “escrita feminina”, conforme utilizado pela psicanalista Lúcia Castello Branco (1991) e pela filósofa Hélène Cixous (1975/2022), com o objetivo de situar outras possibilidades de escrita para além da legitimada pelas estruturas hegemônicas de produção de conhecimento. Somamos à discussão, ponderações da psicanalista Maria Rita Kehl (2016) acerca das diferentes construções do feminino na cultura e na psicanálise. Observamos que a escrita feminina aponta para um lugar não substantivado, refratário às ontologias fixas e às estagnações identitárias. Abrindo caminhos para a vulnerabilidade e o desamparo implicados no ato de deslocar-se da hegemonia, a escrita feminina pode

ajudar a construir, com palavras moventes, um contorno para o não-lugar. Por fim, ressaltamos sua potência enquanto produção de saberes ao criar aberturas para a diferença e à indeterminação, afirmando uma ética, uma estética e uma política do desejo, em sua alteridade radical.

**Palavras-chave:** Feminino. Escrita. Psicanálise. Conhecimento. Subjetivação.

#### **ABSTRACT**

The hegemonic ways of producing knowledge, as well as those of subjectivizing, are anchored in a long phallo-logo-centric tradition, based on logical-causal reason, linearity and continuity, supported by a supposedly neutral knowing subject (Souza, 2011). The writing that conveys this knowledge reflects phallo-logo-centric assumptions, obliterating the singular, paradox and contradiction, guided by the search for the ultimate and univocal meaning. In this work, we unfold, based on the psychoanalytic method, the signifier “feminine writing”, as used by the psychoanalyst Lúcia Castello Branco (1991) and the philosopher Hélène Cixous (1975/2022), with the aim of situating other possibilities of writing beyond legitimized by hegemonic structures of knowledge production. We add to the discussion considerations by psychoanalyst Maria Rita Kehl (2016) about the different constructions of the feminine in culture and psychoanalysis. We observed that female writing points to a non-substantiated place, refractory to fixed ontologies and identity stagnations. Opening paths to the vulnerability and helplessness implied in the act of moving away from hegemony, feminine writing can help to construct, with moving words, a contour for the non-place. Finally, we highlight its power as a production of knowledge by creating openings for difference and indetermination, affirming an ethics, an aesthetics and a politics of desire, in its radical alterity.

**Keywords:** Feminine. Writing. Psychoanalysis. Knowledge. Subjectivation.

## **INTRODUÇÃO**

“Escrever” é um daqueles verbos que, na língua portuguesa, situa em devir uma multiplicidade de caminhos. Como verbo transitivo direto, escreve-se algo. Há aí um sujeito indefinido – como o sujeito do inconsciente – e há um objeto. Um lembrete, uma receita de bolo, um diário. Como verbo transitivo indireto, escreve-se a alguém. Há aí um objeto de endereçamento, para o qual o texto se oferecerá em liame, ponte ou litoral entre leitor e autor. Resgatando o objeto direto da oração, temos o escrever como verbo bitransitivo – escreve-se algo a alguém. Uma mensagem, uma carta de amor, uma pesquisa acadêmica. Temos ainda o escrever como verbo intransitivo: Escreve-se. E só.

Cada uma dessas transitividades e intransitividades compreende suas incertezas, por mais delimitados que sejam seus sujeitos e objetos. Afinal, quem escreve, parte de onde? Na composição do texto, qual posição delimita os enunciados? Que sujeito é esse que escreve? Mesmo a atribuição verbal intransitiva, que por definição gramática não deixaria restos, guarda a marca da incerteza. Escreve-se: por quê? Escrever é, de alguma forma, assumir a tarefa de dar contornos a todas essas indagações. Contorná-las não é o mesmo que respondê-las, já que nos defrontamos com uma impossibilidade que podemos chamar de estrutural. Ao reconhecermos a hipótese do inconsciente, estamos diante de uma cisão impossível de suturar, que fatura a relação entre saber e verdade. Consideramos que, porque há linguagem, há o universal. Mas porque há o inconsciente, há também o singular, a marca da diferença que impossibilita uma apreensão plena do sentido e de suas contingências.

A aceção do singular, todavia, nem sempre encontra morada quando concebemos a escrita como produção de conhecimento – seja sobre um objeto de estudo como na universidade, ou sobre si como modo de subjetivação. Isso porque, como herança de muitos séculos, os modos de conhecer e subjetivar hegemônicos se ancoram em uma tradição logocêntrica, cujo domínio se assenta no racismo e sexismo epistêmicos fundados no epistemicídio de saberes não eurocentrados (Grosfoguel, 2016). Com o nascimento da modernidade, instituiu-se um modo de conhecer validado como legítimo, pautado na razão lógico-causal, na linearidade e na continuidade, e ancorado em um sujeito cognoscente suposto neutro e capaz de recobrir a verdade com o sentido (Souza, 2011).

A escrita que reflete essa organização é a que predomina nas universidades ocidentalizadas, voltada a transmitir o conhecimento técnico-científico sem restos e descontinuidades. Mas ela também pode ser observada nas autobiografias e relatos memorialísticos que pressupõem um retrato fidedigno da realidade dos fatos e acontecimentos, ratificando um Eu que detém um saber pleno sobre si.

Esta escrita comumente se pretende linear, racional, explanatória e comunicativa. Rechaça a existência de uma outridade radical operadora de condensações, deslocamentos, anacronismos, lapsos, invenções, torções e derivas. Escrita que pretende elidir, total ou parcialmente, as marcas de sua autoria, por situar-se como “ponto zero” – um ponto de vista que não assume a si mesmo como incluso no processo (Grosfoguel, 2016). Podemos chamá-la de falocêntrica, agenciadora de uma captura da linguagem

pela representação e que oblitera a pluralidade de sentidos, o paradoxo, a contradição e o indeterminado (Souza & Langaro, 2011). Essa estrutura fálica e logocentrada mantém-se hegemônica em virtude de uma hierarquia fundamentada na oposição entre masculino e feminino, todo e não-todo, respectivamente. O feminino, nesse contexto, recai em um lugar de passividade, ausência, vazio – aspectos que desorientam os pressupostos da verdade e da universalidade, e que por isso relegam o feminino a um estatuto de resto.

Neste ensaio, buscamos situar outras possibilidades de escrita para além da legitimada pelas estruturas hegemônicas de produção de conhecimento. Desdobramos o termo “escrita feminina”, conforme utilizado pela psicanalista Lúcia Castello Branco (1991) e pela filósofa Hélène Cixous (1975/2022). Somamos à discussão, ponderações da psicanalista Maria Rita Kehl (2016) acerca das diferentes construções do feminino na cultura e na teoria psicanalítica. Nesse percurso, que em si mesmo apresentará seus tropeços e ambiguidades, claudicaremos inicialmente em torno da escrita como modo de subjetivação, como cifra do inapreensível e suas relações com o feminino. E, por compreendermos que os modos de subjetivar estão em relação estreita com os modos de conhecer, incitaremos aberturas para pensar nas possibilidades e impossibilidades de uma escrita feminina na universidade. Na vastidão de um território sem mapas, avançaremos para esboçar o lugar do não-lugar, e as repercussões de um texto que percute, que tem ritmo e que quer se fazer ouvir.

## **EU SOU A MEDUSA QUE VOS ESCREVE**

Em “Eu sou o monstro que vos fala”, Paul Preciado (2022) tece críticas ao modelo colonial-patriarcal de produção do conhecimento e argumenta a respeito da convergência desse modelo nos pressupostos psicanalíticos. Para o filósofo, a identidade assentada na retórica da diferença sexual produz violência sobre os corpos e retifica limitações sobre as maneiras de existir e produzir conhecimento sobre o mundo e sobre si. A identidade separa os sujeitos “naturais” e “adequados” em contraste aos sujeitos inconformes, disformes, monstruosos, cuja complexidade é reduzida a uma taxonomia patologizante e assujeitada ao poder médico, psicanalítico e jurídico. Narrando sua experiência de ter nascido em um corpo designado como pertencente ao sexo feminino e sua posterior transição de gênero, Preciado enfatiza que sua resistência ao cárcere do gênero não partiu

da psicanálise ou da psicologia, mas que é devida “aos livros feministas, punks, antirracistas e lésbicos” (Preciado, 2022, p. 19).

Livros dissidentes, liames entre corpos que transbordam as margens da normatividade patriarcal, eurocêntrica, cristã, moderna e colonialista. Escritos que oferecem outras palavras, para além das palavras de ordem: é da desordem e do caos que algo ali se escreve, se bordejia, se constrói e se inventa. Sejam teóricos ou ficcionais, são os livros os alicerces que, de alguma forma, forneceram ancoragem ao desconhecido e não nomeado de um existir “fora da ordem”. Preciado (2022, p. 19) cita uma frase de Monique Wittig como lembrança desse encontro com a Outra escrita: “o corpo lésbico a cipreste a secreção a saliva o muco o suor as lágrimas a cera dos ouvidos a urina as nádegas os excrementos o sangue a linfa a gelatina a água...”. Monstruosamente, essa escrita nos aponta para um outro lugar.

Este lugar vasto e não mapeado foi nomeado de escrita feminina (Castello Branco, 1991; Cixous, 1975/2022). De perspectivas teóricas distintas, embora aliadas em torno da hipótese do inconsciente, Lúcia Castello Branco (psicanalista) e Hélène Cixous (filósofa pós-estruturalista) fizeram uso do termo para designar uma escrita não-fálica, não-toda, às voltas com a impossibilidade de uma representação totalizante de uma suposta verdade universal. Enquanto a escrita hegemônica, racional e lógico-causal trabalharia na direção do discernível, do situável, do sentido unívoco, a escrita feminina colocaria em causa o vazio que sustenta a representação, sem a intenção de tamponá-lo. Embora o termo “feminino” responda a uma lógica binária, aparentemente em oposição ao “masculino”, ela não se refere à escrita redigida pela mulher, não estando vinculada a categorias de sexo ou de gênero de sua autoria. Trata-se de uma escrita dissidente que, assim como os transfeminismos, não diz respeito apenas às mulheres em conformação à lógica de adequação entre sexo e gênero, mas a todos os corpos considerados monstruosos pela hegemonia patriarcal e colonial.

Em “O riso da medusa”, Cixous (1975/2022) aponta para a impossibilidade de definição e caracterização de uma escrita feminina, e encontra no monstro da mitologia grega uma imagem paradigmática desse impossível: uma cabeça repleta de múltiplas línguas. De acordo com a autora: “Bastava, reza a lenda, que Medusa mostrasse todas as suas línguas para que os homens saíssem correndo: eles confundiam essas línguas com serpentes” (Cixous, 1975/2022, p. 27). A escrita feminina assusta porque excede, porque está calcada em algo que não se oferece à compressão da lógica, mas ao ímpeto e ao

rompante arfar de um corpo. Essa escrita múltipla, de difícil conceituação, não se restringe aos temas considerados femininos pela sociedade - o lar, a maternidade, a autobiografia diarística - mas relacionam-se com a sua forma, a inflexão da voz, sua textura ritmada que privilegia mais o som do que o sentido (Castello Branco, 1991).

Cabe destacar, contudo, que historicamente a escrita desses corpos designados pelo significante mulher foi relegada ao silêncio, assim como a escrita dos outros corpos dissidentes à oposição binária também o é, ainda. A vergonha relatada por Preciado (2022) ao comprar o livro de Wittig na livraria reflete a constrição social desses outros textos, que por muito tempo tiveram de ser elididos do olhar do público. Assim, se os “temas femininos” não caracterizam a escrita feminina, ao menos a influenciaram fortemente em virtude desse silenciamento imposto. Se a mulher, por muito tempo, foi sentenciada ao contexto privado do lar, e se seus escritos não eram publicáveis em um mundo editorial regulado por homens, a escrita autobiográfica poderia surgir como uma possibilidade de escrever-se, de colocar em palavras esse corpo em ocaso. A escrita feminina marca a transição de um corpo escrito exclusivamente pelo outro patriarcal - vide as diversas “musas” inspiradoras presentes na literatura e nas artes - para um corpo que se escreve na respiração ofegante de um texto não-todo.

Maria Rita Kehl (2016) aponta que no período vitoriano, entre meados do século XIX e início do século XX, as cartas, os diários e os romances confessionais eram caminhos possíveis para que mulheres, tanto burguesas quanto proletárias, vivessem suas fantasias, desejos, decepções e ambições em silêncio, apartadas da esfera pública. Neste período histórico, tornou-se prática comum entre leitoras e escritoras (as poucas publicizadas e reconhecidas) a troca de correspondências, promovendo uma rede de identificações na qual as leitoras/escritoras “puderam se reconhecer, assim como reconhecer suas diferenças em relação aos ideais de feminilidade produzidos a partir do suposto saber masculino” (Kehl, 2016, p. 81). Imbuídas nos ideais de emancipação de uma Europa pós-Iluminista, estas mulheres precisavam lidar com uma cultura patriarcal que resistia aos avanços emancipatórios daquelas que divergiam da norma masculina, cis, heteronormativa, branca e eurocentrada. Cultura que tinha como estratégia de manutenção do status quo, o cerceamento dos desejos, anseios e formas singulares de expressão, tanto das mulheres europeias quanto das que viviam nas colônias e ex-colônias fora do velho continente.

Kehl aponta que um grupo restrito destas mulheres (via de regra, burguesas judias da Áustria e da Alemanha) chegaram aos consultórios psicanalíticos padecendo de histeria, quadro clínico que muitos e muitas, precedidos por Freud, puderam ler não apenas como sintoma de um corpo, mas como uma patologia do social, a expressão de um conflito imanente à sociedade patriarcal falo-logo-centrada. Os surrealistas, amplamente influenciados pela teoria psicanalítica, chegaram a afirmar que a histeria foi a salvação das mulheres, já que permitiu a descontinuidade de uma cultura onde seus corpos eram falados/escritos por homens, abrindo espaço para uma cultura mais porosa às expressões femininas. Do corpo que padece de silêncios ao corpo que produz uma escrita de si, a psicanálise contribuiu, não sem controvérsias, para que a escrita feminina emergisse como estilo e, ao mesmo tempo, como modo de resistência ao saber totalizante do homem (Kehl, 2016).

Para Castello Branco e Cixous, a escrita feminina implica o corpo da autoria em seu escrito, de forma distinta à neutralidade que pauta as obras falocêntricas como enunciadoras do Sentido e da Verdade universais. É de uma singularidade ficcional que partem esses textos, por não esconderem suas lacunas, seu silêncio e suas rasuras: “a escrita feminina consiste exatamente nesse discurso construído a partir da perda (como todo discurso, aliás), mas que não nega a perda, antes a exhibe, fazendo dela seu objeto, sua matéria” (Castello Branco, 1991, p. 37). Para Cixous (1975/2022, p. 41), a escrita feminina trata de um “mundo de busca, de elaboração de um saber, a partir de uma experimentação sistemática do funcionamento do corpo, de uma interrogação precisa e apaixonada de sua erogeneidade”. Essa escrita que traz em si o sopro da autoria, seja teórica, literária ou política, é marcada por um discurso que “não é jamais simples ou linear, ou ‘objetivado’ generalizado: ela traz na história a sua história” (Cixous, 1975/2022, p. 53).

Observamos que algum teor autobiográfico, presente na escrita feminina, se coloca em diferença ao gênero autobiográfico propriamente dito. Colocar algo de si no texto não significa falar de si: é a materialidade da palavra, seus intervalos e fulgurações, que dá notícias da existência de um corpo entre-linhas. Ademais, o gênero autobiográfico não necessariamente presentifica uma escrita não-toda, podendo estruturar-se na linearidade cronológica e racional, firmando um compromisso de “fidelidade” aos “fatos”. Castello Branco (1991) exemplifica essa distinção com o livro memorialístico de Simone de Beauvoir, “Memórias de uma moça bem comportada”, o qual narra o vivido em sequência cronológica e factual, oferecendo ao leitor “a ilusão de que ali está a verdade,

de que ali está o passado tal e qual foi vivido pelo sujeito e - o que é ainda mais sedutor - de que ali está o próprio sujeito tal qual ele é” (p. 37). A psicanalista propõe, então, que uma escrita autobiográfica feminina se assenta na desmemória:

Urdida no esquecimento (como toda narrativa de memória) e admitindo ser o esquecimento sua urdidura, a narrativa de desmemória não apresentará um sujeito pleno, não acreditará no resgate do original, não procurará seduzir o leitor a propósito da veracidade de seu relato, não buscará o Sentido maiúsculo da vida e do texto, mas se perderá na multiplicação dos vários e minúsculos sentidos do corpo e da escrita (e de uma escrita do corpo) (CASTELLO BRANCO, 1991, p. 40).

Em consonância com o argumento de Castello Branco (1991), o filósofo judaico-alemão Walter Benjamin já nos alertara para a tessitura comum entre esquecimento e memória. Para o autor, qualquer projeto historiográfico ou autobiográfico - projetos por excelência de construção de memória, seja ele individual ou coletiva - seria incompleto, marcado por miríades de ramificações e descontinuidades. Articulados a imagens do presente que, retroativamente, transformam o passado. Ao narrar sua infância em Berlim, Benjamin (1987) não descreve fatos cronológicos em busca da veracidade, mas traz à tona imagens que, de algum modo, marcaram passagens de sua vida, ensejando e mesclando sentidos singulares e verdades compartilhadas.

Essa escrita, que podemos caracterizar como feminina, aponta para um lugar não substantivado, avesso às ontologias e estagnações identitárias. Abre caminhos para a vulnerabilidade e o desamparo implicados nesse ato e, ao mesmo tempo, constrói com palavras moventes um contorno para o não-lugar - com línguas múltiplas, tal como a medusa. Por isso os respiros dessa escrita são associados à materialidade do corpo como algo que, advertido da impossibilidade da representação, brinca com o gozo da própria linguagem: “privilegia mais o significante que o significado, mais o som que o sentido, mais a enunciação que o enunciado, mais o dizer que o dito” (Castello Branco, 1991, pp. 50-51). Monstros, medusas, carnes inconformes: dizendo de si, para aquém e além dos limites da hegemonia falocêntrica.

## **A ESCRITA DO IMPOSSÍVEL NA UNIVERSIDADE: MARGENS, ENTRE-LUGARES E TRAVESSIAS**

As produções teóricas do conhecimento delineiam estratégias para compreender, explicar e analisar os sentidos concernentes ao mundo e ao sujeito (Naves e Souza, 2012).

Essas produções teóricas consolidaram-se, a partir da modernidade, nos pressupostos da representação, da lógica causal e linear e da identidade substantivada. Pressupõem um sujeito cognoscente capaz de controlar a natureza, o ser humano e a cultura, garantindo sua inteligibilidade e previsibilidade. A hegemonia e pregnância desse modelo, calcado nos pressupostos cartesianos, foi reforçada pelo processo de colonização, pelo qual ganhou abrangência intercontinental e inseriu-se como padrão-ouro da produção científica nas universidades.

Ramón Grosfoguel (2016) sublinha que essa inserção assentou-se às custas de quatro genocídios/epistemicídios: contra muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus, contra povos nativos na conquista das Américas, contra povos africanos na conquista da África e a escravização dos mesmos nas Américas, e contra as mulheres europeias queimadas vivas acusadas de bruxaria. A partir da progressiva destruição dos modos de conhecer e subjetivar desses sujeitos, instalou-se um cânone epistêmico, ainda hegemônico na contemporaneidade, baseado nas produções de homens ocidentais de cinco países: França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Itália. De acordo com o autor, “a pretensão é que o conhecimento produzido por homens desses cinco países tenha o mágico efeito de apresentar uma capacidade universal: suas teorias são supostamente suficientes para explicar as realidades sócio-históricas do restante do mundo” (Grosfoguel, 2016, p. 27).

Tem-se, de um lado, uma superioridade epistêmica que coaduna com o saber eurocêntrico e masculino, e de outro uma inferioridade do conhecimento produzido pelo Sul global e pelas mulheres, sejam elas ocidentais ou não (Grosfoguel, 2016). Acrescentaríamos também a invalidação do conhecimento produzido por outros corpos, relegados ao estatuto de resto pela hegemonia cisheteronormativa. Assim, ao tempo em que a Universidade concentra um aglutinado de saberes e pessoas desejosas pelo conhecimento científico, delimita fronteiras à validação do que é o saber, metodologias para acessá-lo e para produzi-lo. Consideramos que as universidades, em seu papel de representação da verdade delineada pela Modernidade, têm o poder de reiterar narrativas centrais com estatuto de verdade produzidas ao longo da História.

Esse processo, que atribui ao conhecimento sua legitimidade ou ilegitimidade, reflete-se também na escrita, uma vez que esta se apresenta como uma das principais formas de transmissão e validação do conhecimento produzido em ambiente acadêmico. Para ascender ao título de graduado, mestre ou doutor, faz-se necessária a produção de

monografias, dissertações ou teses, além de artigos científicos que levarão o conhecimento para além dos espaços universitários. Se a episteme hegemônica é assentada em pressupostos teórico-metodológicos que enfatizam a lógica formal, a causalidade, a linearidade e o universal, consideramos que a escrita também reflete esses pressupostos, frequentemente obliterando o singular, o paradoxo e a contradição. Como destaca Cixous (1975/2022, p. 49):

Quase toda a história da escrita se confunde com a história da razão, da qual ela é ao mesmo tempo o efeito, o suporte, e um dos álibis privilegiados. Ela coincidiu com a razão falocêntrica. Ela é, aliás, o falocentrismo que se olha, que se satisfaz de si mesmo e que se felicita.

Escrever algo a alguém, pressupõe que a ciência e a produção de conhecimento acontecem também pela reunião de corpos desejanter e interlocutores, que fazem com que um movimento individual de voltar-se ao estudo de um fenômeno seja partilhado, um coletivo que movimenta o fazer-ciência. O desejo de saber e a produção de conhecimento encontram-se nesse espaço nomeado Universidade, que, por sua condição de reunir discursos e sujeitos plurais, concentra também uma potência subversiva que propicia a criação de linhas de fuga aos modelos hegemônicos e cimentados. É no encontro e na sustentação das diferenças, que se torna possível o aparecimento do singular. Podemos pensar que a escrita feminina e o reconhecimento do singular implicam numa aposta que se lança à abertura de fissuras à uma ciência-cimentada. E também numa aposta de que essa interlocução encontre pares, para que o movimento de fazer ciência possa transitar entre o singular-universal.

Nesse aspecto, endossamos a reflexão de Castello Branco (1991) de que a escrita feminina, mesmo singular, não cessa de interpelar o universal, podendo constituir-se em um trânsito entre o pulsar do corpo que escreve e a produção de conhecimento a ser testemunhada e validada nos espaços da universidade. Se a escrita pode advir como possibilidade de “forjar para si uma arma antilogos”, como enuncia Cixous (1975/2022, p. 52), nos referimos aqui à dureza de um logos único, que tem como sinônimo de rigor a lógica linear, causal e supostamente neutra. Defendemos que a escrita feminina na universidade, que presentifica os sinais do corpo-em-obra no feitio de uma pesquisa, não se contrapõe ao refinamento teórico demandado pela produção de conhecimento institucionalizada. O que ela põe em questão é justamente o emparelhamento entre rigor

e neutralidade, presentificando outras possibilidades de produção de conhecimento em que possa ser colocado em causa o saber do singular.

Versar sobre a sustentação de uma escrita feminina neste espaço vai ao encontro de maior porosidade à uma ciência-cimentada homogênea, à necessária abertura de fissuras ante aos saberes universais falologocentricos. Cixous (1975/2022, p. 49) já apontava a força política da escrita dissidente, observando que “é justamente a escrita a própria possibilidade de mudança, o espaço do qual pode se lançar um pensamento subversivo, o movimento precursor de uma transformação das estruturas sociais e culturais”.

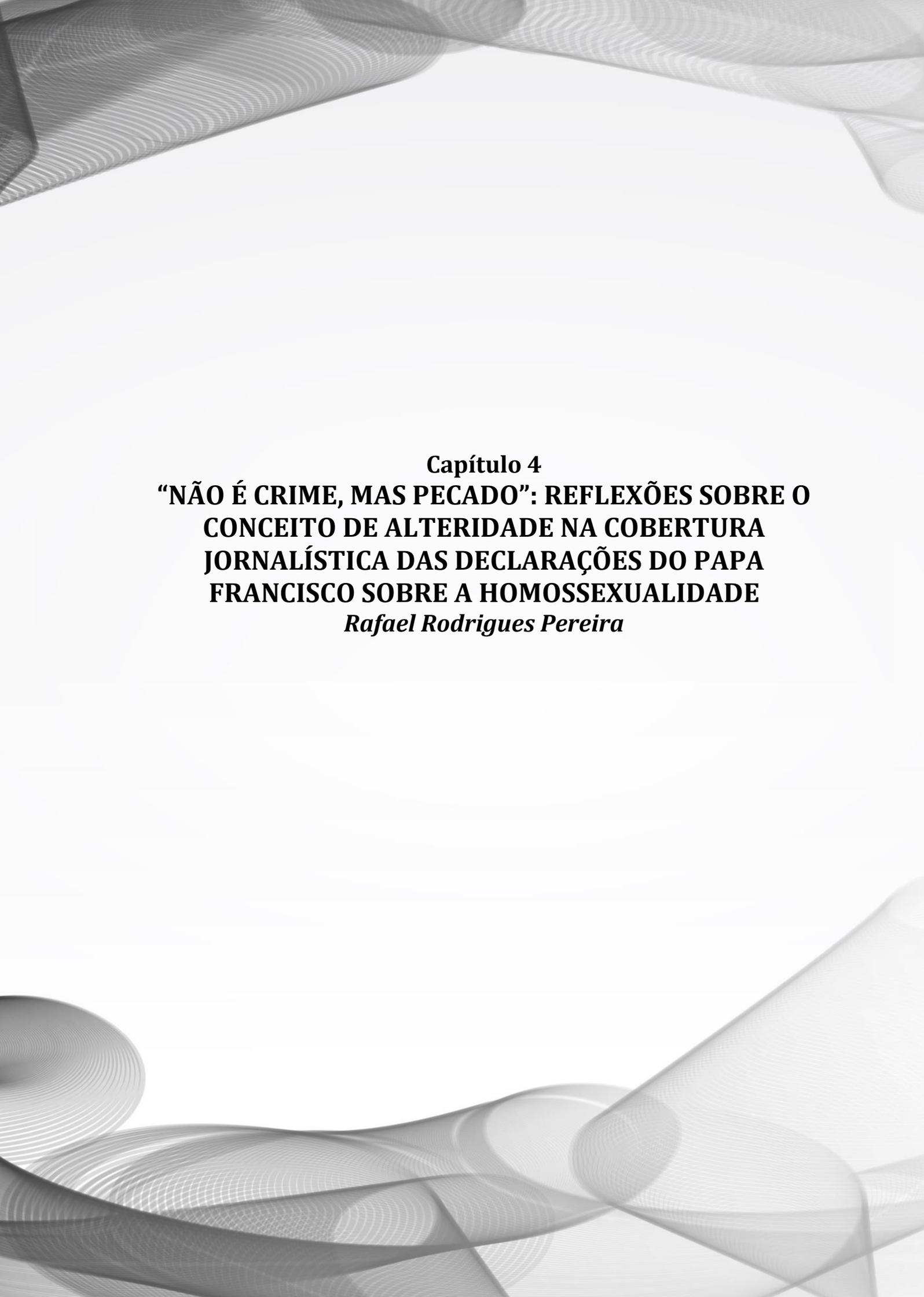
Apresenta, portanto, um convite ao encontro de uma produção que não seja nem tão singular que seja incompreensível à coletividade, nem estéril e asséptica que elida da pesquisa o sujeito que a escreve. Permeia um entre-lugar, nas margens e fronteiras entre o singular e o universal, uma travessia que pode nos levar para Outros lugares, menos hegemônicos e homogeneizantes, e que contribua para a multiplicidade de caminhos que levem à reflexões sobre os fenômenos e também sobre as ciências.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao encontro destas considerações, buscamos sustentar neste ensaio que a escrita feminina, ainda que sustentada em um binarismo linguístico entre masculino e feminino, busca salientar, em diálogo com o que historicamente se configurou como norma na cultura: o saber e a verdade construídos por homens, uma contraposição a um tipo de produção de conhecimento que abre vias para a diferença e à indeterminação. Diferença que hoje vemos materializadas nos escritos de gays, lésbicas, transexuais, negros e negras, mulheres indígenas, brancas, pardas, pretas. Ainda que falar em escrita feminina possa ser problemático, posto que se mantém na lógica binária, consideramos que nomeá-la desta forma pode ser um caminho para implodir binarismos enrijecidos, constituindo limiares, um lugar e um tempo indeterminados (Gagnebin, 2014). Escrita que propicia a produção contínua de diferenças e, porventura, fazendo do não-binarismo, não um suposto terceiro gênero, ao lado do masculino e do feminino, mas um campo indeterminado e produtivo de realidades e vivências corporais, afetivas e desejantes constituintes do comum.

## REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. Infância Berlinense por volta de 1900. In: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas II - Rua de mão única**. São Paulo: Editora brasiliense, 1987. p. 71-142.
- BRANCO, Lúcia Castello. **O que é escrita feminina?** São Paulo: Editora brasiliense, 1991.
- CIXOUS, Hélène. **O riso da Medusa**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022. (Trabalho originalmente publicado em 1975)
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração**. São Paulo: Editora 34, 2014.
- GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan. 2016.
- KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade**. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.
- NAVES, José Otávio Vascellos; SOUZA, Mériti de. Causalidade, descontínuo, dor: caminhos da bala perdida e da mega-sena. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 24, n. 2, p. 367-384, maio 2012.
- PRECIADO, Paul. **Eu sou o monstro que vos fala** (Trad. Carla Rodrigues). Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- SOUZA, Mériti de. Vazio, feminino e restos. In: SOUZA, Mériti de; MARTINS, Francisco; ARAUJO, José Newton Garcia (Orgs). **Dimensões da violência: conhecimento, subjetividade, sofrimento psíquico**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p. 73-92.
- SOUZA, Mériti de; LANGARO, Fabíola. Desconstruir para problematizar matrizes identitárias. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 31, n. 3, p. 568-581, 2011. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/sWLkYnbsz7BDKQPm8ZQ5JRR/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 8 jul. 2024.



**Capítulo 4**  
**“NÃO É CRIME, MAS PECADO”: REFLEXÕES SOBRE O  
CONCEITO DE ALTERIDADE NA COBERTURA  
JORNALÍSTICA DAS DECLARAÇÕES DO PAPA  
FRANCISCO SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE**

*Rafael Rodrigues Pereira*

# **“NÃO É CRIME, MAS PECADO”: REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE ALTERIDADE NA COBERTURA JORNALÍSTICA DAS DECLARAÇÕES DO PAPA FRANCISCO SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE**

***Rafael Rodrigues Pereira***

*Professor de Língua Portuguesa e redação. Mestre em Ciências da Comunicação pela UFP - Universidade Fernando Pessoa - Portugal, especialista em Produção e Práticas Jornalísticas na Contemporaneidade pela Faculdade Cásper Líbero, graduado em jornalismo pela Universidade Cruzeiro do Sul e em Letras pela FFLCH - Universidade de São Paulo. E-mail: rarpereira@gmail.com*

## **RESUMO**

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a cobertura jornalística recente das declarações do Papa Francisco sobre a homossexualidade. Utilizando a metodologia de Análise do Discurso de linha francesa, com foco nas marcas linguístico-discursivas de representação, o estudo busca compreender como os meios de comunicação tradicionais constroem e difundem discursos sobre questões de sexualidade em textos informativos e opinativos. A metodologia do presente estudo delimita um recorte temporal que abrange os anos de 2023 e 2024, com o objetivo de investigar a cobertura jornalística das declarações do Papa Francisco sobre a homossexualidade em cinco veículos de comunicação brasileiros: Veja, Estadão, Folha de S. Paulo, CNN Brasil e O Globo. Para uma análise mais robusta, foram selecionadas dez matérias, divididas em cinco do gênero informativo e cinco artigos de opinião. A investigação abordou a construção de sentidos, a desconstrução de estereótipos no que tange à sexualidade e uma análise das estratégias discursivas empregadas pelos veículos enquanto produtores de uma comunicação que deve ser humanizada e contra hegemônica. As matérias analisadas sobre as declarações do Papa Francisco em relação à homossexualidade evidenciam uma complexa interseção entre alteridade, violência simbólica, ideologia e poder. A cobertura jornalística oscila entre a humanização do Papa como um líder progressista e a reafirmação de valores tradicionais da Igreja, criando uma tensão discursiva que reflete a resistência à normatividade e a tentativa de modernização institucional.

**Palavras-chave:** alteridade; discurso; religião; homossexualidade; jornalismo.

#### **ABSTRACT**

This research aims to analyze recent journalistic coverage of Pope Francis' statements about homosexuality. Using the French Discourse Analysis methodology, focusing on linguistic-discursive marks of representation, the study seeks to understand how traditional media construct and disseminate discourses on sexuality issues in informative and opinionated texts. The methodology of the present study delimits a time frame that covers the years 2023 and 2024, with the objective of investigating the journalistic coverage of Pope Francis' statements about homosexuality in five Brazilian media outlets: Veja, Estadão, Folha de S. Paulo, CNN Brasil and O Globo. For a more robust analysis, ten subjects were selected, divided into five in the informative genre and five opinion articles. The investigation focused on the construction of meanings, the deconstruction of stereotypes that do not relate to sexuality and an analysis of the discursive strategies used by media outlets as producers of communication that must be humanized and counter-hegemonic. The material evidence regarding Pope Francis' statements regarding homosexuality highlights a complex intersection between otherness, symbolic violence, ideology and power. Journalistic coverage oscillates between the humanization of the Pope as a progressive leader and the reaffirmation of traditional Church values, creating a discursive tension that reflects resistance to normativity and the attempt at institutional modernization.

**Keywords:** alterity; speech; religion; homosexuality; journalism.

## **INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos, as declarações do Papa Francisco sobre temas relacionados à homossexualidade têm gerado amplas discussões na mídia. Em 2023, o Papa voltou a se pronunciar sobre o tema, provocando uma nova onda de cobertura jornalística. Este artigo pretende analisar como a imprensa brasileira cobriu essas falas, considerando os princípios de alteridade e diversidade, e a forma como os discursos jornalísticos contribuem para a construção social da identidade homossexual.

Os objetivos dessa pesquisa consistem em identificar os principais veículos de comunicação que cobriram as falas do Papa e a abordagem utilizada por cada um, além de analisar as narrativas construídas em torno das declarações do Papa sobre a homossexualidade feitas no ano de 2023 e primeiro semestre de 2024, como, por

exemplo, acerca da benção da Igreja sobre as uniões homoafetivas, a homossexualidade ser considerada crime ou a presença de homossexuais em seminários.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender como os meios de comunicação tratam questões de sexualidade, especialmente quando envolvem figuras de autoridade e influência global como o Papa. Além disso, a análise crítica do discurso jornalístico permite identificar possíveis vieses e preconceitos que podem afetar a percepção pública sobre a homossexualidade e a comunidade LGBTQIA+. Assim, o problema de pesquisa consiste em responder: como a imprensa brasileira, ao cobrir as declarações do Papa Francisco sobre a homossexualidade em 2023 e 2024, representa pela perspectiva da alteridade, e de que forma essas narrativas jornalísticas contribuem para a construção social da identidade homossexual?

As declarações do Papa, que muitas vezes tensionam os dogmas tradicionais da Igreja Católica, oferecem um terreno fértil para examinar como a mídia negocia e articula temas sensíveis como a homossexualidade. A análise se concentrará em como os veículos jornalísticos retratam estas falas, revelando as nuances e complexidades envolvidas. A análise da cobertura jornalística das falas do Papa é essencial para entender como a mídia molda as narrativas em torno de temas sensíveis e polarizadores. Além disso, é crucial avaliar se essa cobertura contribui para a promoção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa ou se reforça estigmas e preconceitos existentes.

O jornalismo tem o poder de influenciar as percepções sociais e políticas, e sua abordagem em relação a temas como esse pode ter impactos profundos. Portanto, é necessário um exame crítico das práticas jornalísticas para promover uma comunicação mais sensível e não violenta. Este artigo se propõe a contribuir para esse debate, oferecendo uma análise detalhada e reflexiva da cobertura das falas do Papa sobre a homossexualidade.

Ademais, a cobertura da mídia sobre as declarações do Papa Francisco serve como um reflexo das dinâmicas sociais e políticas em jogo no Brasil contemporâneo, especialmente em um momento em que questões de gênero e sexualidade estão no centro do debate público. A polarização em torno de temas LGBTQIA + é evidenciada nas reações das diversas esferas da sociedade, incluindo grupos conservadores, movimentos progressistas e a própria hierarquia católica. Assim, é fundamental explorar como os diferentes veículos de comunicação interpretam e divulgam essas declarações, considerando seu potencial para desafiar ou reforçar normas sociais estabelecidas. Essa

análise crítica permitirá compreender melhor a função da mídia não apenas como um canal de informação, mas como um agente ativo na construção de narrativas sociais.

O artigo está estruturado em três partes principais: uma revisão teórica sobre o jornalismo pelo prisma da alteridade e da diversidade, problematizando esses dois conceitos. No segundo momento, uma breve apresentação de como se desenhou a metodologia da Análise do Discurso e o corpus e, por fim, uma discussão dos resultados obtidos a partir das matérias selecionadas, explorando as implicações dessas representações para a sociedade contemporânea.

### **Fundamentação teórica - aspectos conceituais sobre alteridade e representação**

A cobertura jornalística das declarações do Papa Francisco sobre homossexualidade, especialmente no contexto das suas falas de 2023 e do primeiro semestre de 2024, oferece uma rica oportunidade para analisar a prática jornalística sob os prismas da alteridade e diversidade. O conceito de alteridade, conforme planejado por Emmanuel Lévinas (1988), implica respeito e respeito pelo outro como diferente de si, sem tentar assimilá-lo ou julgá-lo pelos próprios padrões. Para Lévinas, “a ética é a primeira filosofia” (LÉVINAS, 1988, p. 9), enfatizando que a relação com o outro deve ser fundamentada na responsabilidade e na abertura ao que é diferente. No jornalismo, isso se traduz na obrigação ética de representar as diversas vozes e experiências de maneira justa e respeitosa, sem estimular estigmas ou preconceitos. A prática do jornalismo deve, portanto, comprometer-se com a construção de narrativas que consideram a complexidade das identidades e das experiências humanas.

A alteridade no jornalismo não apenas desafia os profissionais a transcender seus próprios preconceitos e perspectivas limitadas, mas também a promover uma comunicação que valorize a diversidade e o diálogo. Conforme Sousa (2018), “a cobertura midiática deve ser inclusiva e plural, representando vozes diferentes e experiências, especialmente em temas controversos como a homossexualidade” (SOUSA, 2018, p. 24). Essa abordagem inclusiva não apenas enriquece a narrativa jornalística, mas também desempenha um papel crucial na formação de um espaço público onde todas as identidades podem ser reconhecidas e respeitadas. Isso se torna ainda mais pertinente em um contexto de polarização social, onde as vozes LGBTQIA+ frequentemente enfrentam silenciamento ou coincidência.

Outro ponto importante na discussão sobre alteridade no jornalismo, Boaventura de Sousa Santos (2007) propõe uma ideia de “epistemologias do Sul”, ou seja, uma valorização de saberes e perspectivas marginalizadas no discurso hegemônico. Ele sugere que o jornalismo pode ser um espaço para a criação de visibilidade e valorização dessas epistemologias, promovendo uma narrativa mais inclusiva e diversa. No caso das declarações do Papa Francisco sobre a homossexualidade, a aplicação das “epistemologias do Sul” permitiria uma cobertura que fosse além da simples polarização moral, abrindo espaço para vozes que muitas vezes são marginalizadas na mídia tradicional.

Ademais, é relevante citar Muniz Sodré (2018), que discute a relação entre mídia, poder e identidade cultural. Segundo Sodré, “a mídia não reflete apenas a realidade, mas participa ativamente na sua produção e reprodução, influenciando a construção das identidades sociais” (SODRÉ, 2018, p. 35). Esta perspectiva é crucial ao examinar como as narrativas jornalísticas moldam as percepções públicas sobre temas sensíveis como a homossexualidade, destacando a importância da análise crítica das práticas midiáticas para entender seus impactos na sociedade contemporânea. Ao abordar as declarações papais, a cobertura da mídia não pode ser vista como um simples reflexo das falas, mas como uma construção que pode fortalecer ou desafiar as normas sociais vigentes.

Em complemento, Sodré (2018) enfatiza que “o jornalismo, ao abordar questões de alteridade, deve buscar representar as vozes marginalizadas de forma ética e responsável, promovendo uma comunicação inclusiva e respeitosa” (SODRÉ, 2018, p. 40). Nesse contexto, a cobertura das declarações papais pela imprensa brasileira pode ser examinada à luz desses princípios, explorando como diferentes veículos se articulam e negociam significados em torno da homossexualidade. Esse exame revela não apenas a forma como as vozes LGBTQIA+ são representadas, mas também a maneira como essas representações influenciam a percepção pública sobre o tema.

A diversidade no jornalismo, por outro lado, envolve a representação equitativa e inclusiva de diferentes grupos sociais. Nesse sentido, Stuart Hall (1997) argumenta que a mídia desempenha um papel crucial na construção de identidades sociais ao selecionar e moldar quais histórias são contadas e como. Hall afirma que “a representação não é um reflexo neutro da realidade; ela é uma construção que reflete valores sociais, relações de poder e ideologias” (HALL, 1997, p. 60). No caso das declarações do Papa Francisco, a forma como a mídia brasileira cobre esses eventos pode tanto promover uma compreensão mais inclusiva da homossexualidade quanto a perpetuar estereótipos e

preconceitos. A análise crítica dessa cobertura permite identificar as estratégias discursivas utilizadas e os efeitos dessas narrativas na construção social das identidades homossexuais.

No campo dos estudos sobre sexualidade, Michel Foucault desempenha um papel fundamental ao abordar as relações entre poder e discurso, em sua obra *História da Sexualidade: A Vontade de Saber* (1976), oferece uma perspectiva fundamental para compreender como os discursos sobre a sexualidade são regulados pelas instituições sociais. Ele destaca como, ao longo da história, o poder foi exercido sobre os corpos e os comportamentos sexuais através de mecanismos disciplinares, como a medicina, a religião e o direito. Nesse sentido, a imprensa pode ser vista como uma dessas instituições que participam na regulação dos discursos sobre a sexualidade, moldando as percepções públicas sobre temas como a homossexualidade. A análise das falas do Papa sobre a homossexualidade à luz da teoria foucaultiana nos permite observar como esses discursos não apenas refletem o poder, mas também atuam como uma ferramenta para sua manutenção e disseminação (Foucault, 1976, p. 98).

Seguindo essa linha de pensamento, é relevante também considerar as contribuições de Gayle Rubin, cuja obra "Pensando Sexo: Notas para uma Teoria Radical da Política de Sexualidade" oferece uma análise da forma como a sexualidade é categorizada e hierarquizada socialmente. Rubin (1984) enfatiza que as sociedades ocidentais tendem a organizar a sexualidade em um sistema de valor moral que distingue comportamentos aceitáveis de inaceitáveis, colocando a heterossexualidade normativa no topo da posição. Assim como Foucault, Rubin aponta que a sexualidade é regulada por normas sociais e políticas, e suas observações são particularmente úteis para analisar como a imprensa reproduz essas posições. Ao examinar a cobertura da mídia sobre as declarações do Papa, pode-se perceber como certos discursos reforçam essas posições de poder, marginalizando ou patologizando a homossexualidade, e contribuindo para a construção de uma identidade homossexual subalterna (Rubin, 1984, p. 25).

Outro ponto essencial da teoria de Rubin é sua crítica ao que ela chama de "pensamento binário sobre a sexualidade". Rubin (1984) argumenta que o sistema social ocidental cria oposições binárias, como normal/desviante ou moral/imoral, que limitam a compreensão da diversidade sexual. Essa perspectiva pode ser aplicada à análise do tratamento que a imprensa dá às falas do Papa sobre a homossexualidade, muitas vezes retratando o tema dentro dessas dicotomias. A mídia, ao reproduzir esses binarismos,

pode contribuir para o fortalecimento de estigmas e preconceitos, ao invés de promover uma discussão mais inclusiva e pluralista sobre a sexualidade. Portanto, a contribuição de Rubin é crucial para entender como os discursos midiáticos sobre a homossexualidade, influenciados por figuras de autoridade como o Papa, podem perpetuar estruturas de exclusão (Rubin, 1984, p. 31).

A reflexão sobre a alteridade no jornalismo, especialmente ao abordar questões de sexualidade, revela a necessidade urgente de uma prática jornalística que transcenda visões hegemônicas e promova a inclusão de vozes historicamente marginalizadas. A cobertura das declarações do Papa Francisco serve como um exemplo de como o jornalismo pode, ou não, contribuir para a construção de narrativas que respeitam e reconhecem a diversidade. Assim, é essencial que os profissionais da mídia se comprometam com uma abordagem que favoreça a pluralidade, evitando reducionismos que reforçam estigmas e preconceitos. O jornalismo deve agir como um agente de mudança, desafiando as normas sociais que perpetuam a exclusão e promovendo um diálogo respeitoso sobre a complexidade das identidades e experiências LGBTQIA+.

Em tese, a alteridade no jornalismo não é apenas uma questão ética, mas também uma responsabilidade social. A maneira como as histórias são contadas pode ter um impacto profundo na percepção pública e na formação de identidades sociais. Uma prática jornalística que valoriza a alteridade não só enriquece a narrativa, mas também abre espaço para a construção de um espaço público mais justo e inclusivo. Através da análise crítica das narrativas midiáticas, é possível identificar não apenas a representação das vozes LGBTQIA+, mas também o papel do jornalismo na promoção de uma cultura de respeito e entendimento, fundamentais em tempos de polarização e conflitos sociais.

### **O percurso metodológico e o corpus**

A pesquisa foi conduzida por meio de uma análise do discurso. Para alcançar os objetivos propostos, será utilizada a metodologia de Análise do Discurso (AD), que se mostra adequada para investigar como os textos jornalísticos constroem significados e reproduzem ideologias. A AD permite examinar as estruturas linguísticas e o contexto sociocultural. A metodologia adotada neste estudo é a análise do discurso de linha francesa, conforme desenvolvida por autores como Michel Pêcheux (1990) e Dominique Maingueneau (2008). Este enfoque teórico-metodológico é particularmente adequado

para examinar as marcas linguístico-discursivas presentes nos textos jornalísticos, permitindo uma análise crítica das representações sociais.

Michel Pêcheux (1990) e Dominique Maingueneau (2008) oferecem uma base teórica sólida para a análise do discurso jornalístico. Pêcheux introduziu a ideia de que os discursos são atravessados por ideologias que refletem e reforçam relações de poder na sociedade. Maingueneau, por sua vez, destacou a importância do contexto sociocultural na interpretação dos textos. Aplicar essa abordagem à cobertura das falas do Papa sobre homossexualidade nos permite desvelar as camadas de significado subjacentes e as implicações ideológicas presentes nas matérias jornalísticas. Essa análise pode revelar, por exemplo, se a mídia tende a adotar uma postura mais conservadora ou progressista ao tratar de questões LGBTQIA+.

A metodologia do presente estudo delimita um recorte temporal que abrange os anos de 2023 e 2024, com o objetivo de investigar a cobertura jornalística das declarações do Papa Francisco sobre a homossexualidade em cinco veículos de comunicação brasileiros: Veja, Estadão, Folha de S. Paulo, CNN Brasil e O Globo. Para uma análise mais robusta, foram selecionadas dez matérias, divididas em cinco do gênero informativo e cinco artigos de opinião. As palavras-chave que foram utilizadas no campo de busca do acervo digital são "Papa Francisco", "homossexualidade", "casamento homoafetivo" e "LGBTQIA+", permitindo uma abordagem direcionada aos temas que permeiam as discussões contemporâneas sobre sexualidade e identidade.

A primeira etapa do processo metodológico foi a identificação e categorização dos temas recorrentes nas matérias selecionadas. Essa etapa é fundamental para compreender quais aspectos das declarações do Papa estão sendo mais abordados e como eles se articulam dentro do contexto sociopolítico brasileiro. A categorização permitiu não apenas um mapeamento das principais questões levantadas, mas também facilitou a identificação de possíveis lacunas ou silêncios nos discursos presentes na mídia. A partir dessa análise inicial, foram estabelecidos critérios para a coleta do corpus, garantindo uma amostragem representativa das diferentes abordagens dos veículos escolhidos.

Alguns dos temas encontrados:

Figura 1 - Papa diz não temer cisma após bênção a casais LGBTQIA+



**Fonte:** Folha de S. Paulo

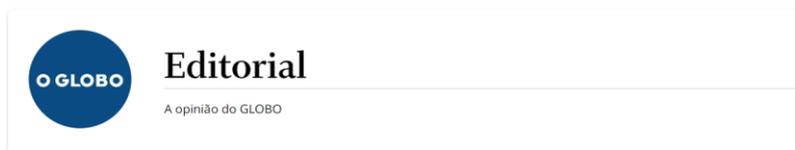
Figura 2 - Nos seminários já “tem muita viadagem”, teria dito papa Francisco



**Fonte:** Veja

Figura 3 - Bênção a gays e divorciados reforça humanização do papado de Francisco

Opinião / Editorial



## Bênção a gays e divorciados reforça humanização do papado de Francisco

Com decisão histórica, pontífice tenta modernizar visão da Igreja sobre a sociedade contemporânea

**Fonte:** Grupo O Globo

Figura 4 - Papa Francisco: “Ser homossexual não é crime, mas é pecado”



**Fonte:** Estadão

Após a coleta das matérias, procedeu-se à análise discursiva, utilizando as teorias de Michel Pêcheux (1990) e Dominique Maingueneau (2008) como referência. A análise do discurso de linha francesa possibilitou investigar as estratégias linguísticas e discursivas que moldam as narrativas sobre a homossexualidade e o casamento homoafetivo, por exemplo. Esse tipo de análise considera não apenas o conteúdo das matérias, mas também a forma como a linguagem é utilizada para construir significados e relações de poder. Foi essencial examinar como os discursos sobre o Papa Francisco e sua posição em relação à comunidade LGBTQIA+ são elaborados, destacando tanto as convergências quanto as divergências nas abordagens dos diferentes veículos.

A interpretação dos dados coletados foi realizada à luz do conceito de alteridade no Jornalismo, que se propõe a refletir sobre como as vozes e experiências das minorias são representadas nos discursos jornalísticos. Essa abordagem permitiu analisar se a cobertura contribui para a construção de uma identidade homossexual inclusiva ou se, ao contrário, perpetua estigmas e marginalizações. É fundamental compreender como as declarações do Papa Francisco são processadas para a esfera pública, bem como seu impacto nas narrativas sobre a comunidade LGBTQIA+.

Por fim, a metodologia adotada não apenas buscou mapear as representações acerca da homossexualidade na mídia, mas também fornecer uma análise crítica que permita refletir sobre as implicações sociais e culturais dessas representações. Através dessa pesquisa, esperamos contribuir para o entendimento das dinâmicas de inclusão e exclusão presentes no discurso midiático, evidenciando a importância de se considerar a alteridade como um princípio fundamental no Jornalismo contemporâneo. Assim, esta metodologia será adotada traz uma abordagem crítica e essencial para revelar as implicações ideológicas dentro de um contexto de crescente ódio, violência e movimentos anti-direitos.

### **Principais conclusões e discussão**

A análise das matérias e artigos sobre as declarações do Papa Francisco revela uma complexa rede de formações discursivas e ideológicas que refletem uma Igreja Católica em transformação. Essas formações oscilam entre a reafirmação dos valores tradicionais da instituição e a tentativa de humanizá-la, buscando uma abertura progressiva às demandas sociais contemporâneas. A ideologia predominante nos textos analisados

sugere uma dualidade, expressando a tensão entre a atualização da Igreja e a manutenção das suas tradições eclesiais. Essa dualidade se manifesta em discursos que, por um lado, favorecem a inclusão e a aceitação de casais homossexuais e, por outro, reafirmam limites doutrinários.

Os efeitos de sentido observados nas matérias variam entre a humanização e o conservadorismo. Em publicações como "O Globo" e "Veja", o discurso do Papa é interpretado como um sinal de progresso e uma tentativa de reconciliar a Igreja com a sociedade moderna, criando uma imagem positiva de inclusão. Contudo, outras publicações, como "Estadão" e "CNN Brasil", ressaltam que essas mudanças são limitadas e não alteram a postura fundamental da Igreja sobre a moralidade sexual, reforçando uma visão crítica sobre a real extensão das mudanças propostas.

A interdiscursividade é um elemento crucial na análise, incluindo influências das doutrinas religiosas, da matriz heteronormativa e da visão social sobre direitos e inclusão. A interdiscursividade religiosa se torna evidente na maneira como o discurso do Papa é analisado à luz dos princípios católicos, gerando debates sobre como suas declarações se alinham ou divergem das tradições da Igreja. A interdiscursividade heteronormativa se manifesta nas discussões sobre a aceitação da homossexualidade e seu impacto nas normas tradicionais sobre casamento e sexualidade. Por sua vez, a interdiscursividade social coloca as declarações do Papa no contexto das mudanças sociais e políticas mais amplas, refletindo a influência de fatores externos sobre as discussões acerca da sexualidade.

A posição enunciativa adotada nos textos varia significativamente. Enquanto alguns artigos manifestam apoio às ações do Papa, apresentando-o como um líder progressista que busca a reconciliação da Igreja com valores contemporâneos, outros adotam uma postura crítica, questionando se essas ações representam mudanças significativas ou se são estratégias de comunicação para suavizar críticas internas e externas.

As marcas de ausência de alteridade no discurso são igualmente notáveis. O reconhecimento da diversidade é frequentemente limitado, apresentando narrativas dicotômicas que simplificam questões complexas e dificultam uma verdadeira valorização das diferenças. A inclusão de discussões sobre a "viadagem" nos seminários e a rejeição de seminaristas gays sinaliza uma resistência às normas estabelecidas e uma necessidade

de repensar estruturas de poder dentro da Igreja, o que pode ser interpretado como uma expressão de alteridade.

A humanização da sexualidade não hegemônica é uma abordagem que valoriza a dignidade e os direitos humanos das pessoas LGBTQIA+, refletida na narrativa que humaniza o Papa e suas decisões, como a concessão de bênçãos a casais do mesmo sexo. No entanto, a falta de voz e perspectiva das dissidências é uma marca significativa na cobertura. As matérias geralmente centralizam a visão da Igreja ou do Papa, negligenciando as vozes das comunidades LGBTQIA+ afetadas por essas declarações. Essa exclusão de sujeitos historicamente marginalizados impede o jornalismo de promover uma verdadeira alteridade.

O enfoque na instituição em detrimento do indivíduo torna-se evidente, uma vez que as matérias tendem a priorizar as dinâmicas internas da Igreja e a figura do Papa, relegando as realidades vividas pelos indivíduos dissidentes a um segundo plano. Essa abordagem institucional desconsidera a alteridade, ao não valorizar as experiências e subjetividades dos sujeitos diretamente impactados pelas políticas e declarações eclesásticas.

Entende-se que um dos principais impedimentos para uma representação mais fiel à alteridade no jornalismo é uma predominância de narrativas simplificadas que favorecem estereótipos e generalizações. Muitas vezes, os assuntos tendem a construir uma imagem monolítica das comunidades LGBTQIA+, desconsiderando a diversidade interna e as complexidades das experiências vividas por indivíduos dentro desses grupos. Essa abordagem não apenas empobrece o debate, mas também perpetua a marginalização, uma vez que as vozes e vivências de diferentes segmentos da população LGBTQIA+ são silenciadas em favor de narrativas mais palatáveis e alinhadas às expectativas sociais. O uso de jargões ou termos pejorativos, por exemplo, pode fortalecer preconceitos e limitar a compreensão da diversidade sexual e de gênero.

Outro fator relevante diz respeito à falta de um jornalismo engajado com a questão da diversidade. A formação e a sensibilidade dos jornalistas que cobrem temas relacionados à sexualidade e à identidade de gênero têm um impacto direto na qualidade da representação. Muitas vezes, a falta de uma compreensão aprofundada sobre questões LGBTQIA+ pode levar a abordagens superficiais, onde a cobertura se limita a reproduzir discursos dominantes sem questionar as estruturas de poder que os sustentam. Isso resulta em uma cobertura que, embora possa parecer neutra ou objetiva, na realidade,

contribui para a manutenção de narrativas que excluem as experiências de grupos historicamente marginalizados.

Além disso, a pressão comercial e as demandas de audiência influenciam as decisões editoriais, muitas vezes priorizando conteúdos que geram retorno em detrimento de uma cobertura que busca realmente representar questões com alteridade. Os assuntos que se concentram em polêmicas ou em questões morais tendem a atrair mais atenção, enquanto as abordagens que buscam um diálogo profundo e respeitoso sobre as experiências ou direitos LGBTQIA+ podem ser consideradas menos relevantes do ponto de vista comercial. Essa dinâmica reforça a necessidade de uma transformação no paradigma jornalístico, em que a diversidade não seja apenas um tema de interesse ocasional, mas uma parte integrante do compromisso com a justiça social e a equidade na cobertura.

### **Considerações finais**

Utilizando-se a lente da alteridade e diversidade, o estudo buscou revelar como diferentes veículos se articulam e negociam significados em torno desse tema sensível e polarizador. A ideia foi explorar a presença de opiniões e estereótipos na cobertura, enfatizando a importância de um jornalismo ético e empático, que possa promover um diálogo dentro da sociedade contemporânea. Com o intuito de explorar as estratégias discursivas utilizadas pela mídia hegemônica, esta pesquisa contribuiu para uma compreensão mais profunda de como o jornalismo pode impactar positivamente na promoção de uma cultura de respeito à outridade.

As matérias analisadas sobre as declarações do Papa Francisco em relação à homossexualidade evidenciam uma complexa interseção entre alteridade, violência simbólica, ideologia e poder. A cobertura jornalística oscila entre a humanização do Papa como um líder progressista e a reafirmação de valores tradicionais da Igreja, criando uma tensão discursiva que reflete a resistência à normatividade e a tentativa de modernização institucional. No entanto, a ausência de vozes e outras perspectivas nas narrativas revela uma limitação significativa no reconhecimento da alteridade, perpetuando uma violência simbólica que desconsidera a perspectiva dos sujeitos historicamente marginalizados. Esse enfoque centrado na instituição, em detrimento das experiências individuais, evidencia a manutenção de estruturas de poder que resistem a novas práticas

comunicacionais pautadas pelo pluralismo e pelo reconhecimento do Eu, do outro e das diferenças.

## **REFERÊNCIAS**

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Trad. Roberto Machado. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

HALL, Stuart. **Representação: cultura, mídia e significado**. Trad. Jorge de Almeida. São Paulo: Papirus, 1997.

LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e Infinito: uma busca pela exterioridade**. Trad. Lúcio Cardoso. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

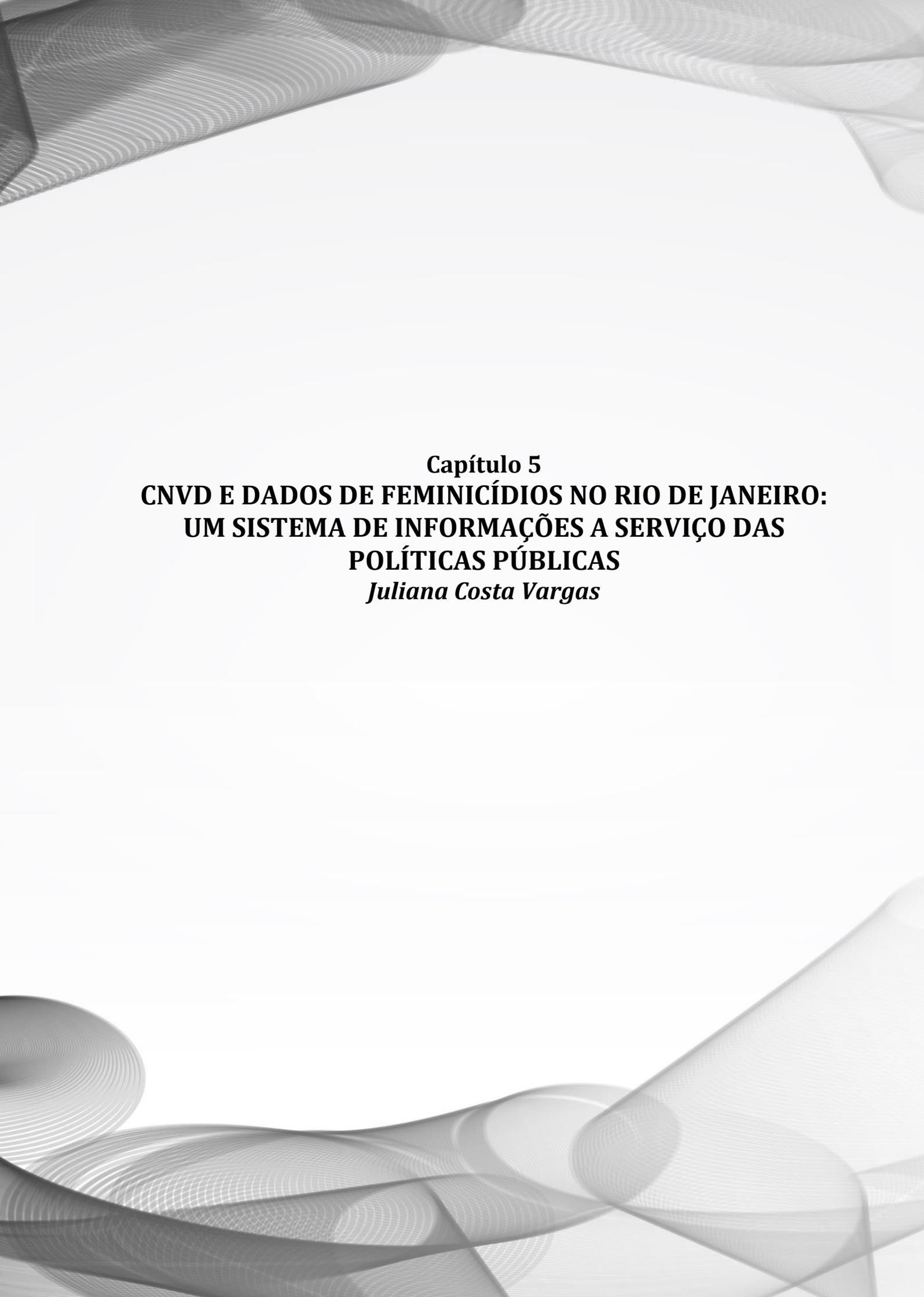
MAINGUENEAU, Dominique. **Análise do discurso: uma introdução**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

PECHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma introdução à análise do discurso**. São Paulo: Editora da Unesp, 1990.

RUBIN, Gayle. **Pensando sexo: notas para uma teoria radical da política de sexualidade**. Trad. Gabriela de Oliveira. 3.ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1984.

SODRÉ, Muniz. **O olhar que escuta: comunicação e identidade**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 2018.

SOUSA, Boaventura de. **Epistemologias do Sul**. 1.ed. Coimbra: Edições Almedina, 2007.



**Capítulo 5**  
**CNVD E DADOS DE FEMINICÍDIOS NO RIO DE JANEIRO:**  
**UM SISTEMA DE INFORMAÇÕES A SERVIÇO DAS**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS**  
*Juliana Costa Vargas*

# CNVD E DADOS DE FEMINICÍDIOS NO RIO DE JANEIRO: UM SISTEMA DE INFORMAÇÕES A SERVIÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

*Juliana Costa Vargas*

*Mestre em Políticas Públicas em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).*

*Email: julianavargas1609@gmail.com*

## **RESUMO**

O presente trabalho é um recorte da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos do CFCH/NEPP-DH da UFRJ no qual se pretende estabelecer a avaliação do Cadastro Nacional de Violência Doméstica (CNVD) como uma política pública instrumental apta a subsidiar outras políticas destinadas ao enfrentamento à violência contra a mulheres. Para a análise foram utilizadas as metodologias quantitativa e qualitativa a partir do recorte dos dados dos crimes de feminicídio, tentados e consumados, no Rio de Janeiro, no período de 2017 a setembro de 2022. A pesquisa demonstra que a produção de dados sobre violência contra as mulheres ainda apresenta desafios, especialmente no que se refere às mortes violentas de mulheres, uma vez que tais dados só ganharam visibilidade com a criação da qualificadora do feminicídio em 2015. O único cadastro governamental previsto na Lei Maria da Penha é o Cadastro Nacional de Violência Doméstica gerido pelo Conselho Nacional do Ministério Público e alimentado pelos Ministérios Públicos dos Estados. A análise da construção do banco de dados demonstra a existência de uma política pública a ser aprimorada, mas que ainda assim agrega dados que, a princípio, ratificam as conclusões que pesquisas de outras instituições já vêm apresentando nos últimos anos.

**Palavras-chave:** Mulheres. Feminicídio. Políticas públicas. Dados. Sistema de justiça.

## **ABSTRACT**

This work is an excerpt from the research developed in the Postgraduate Program in Human Rights at CFCH/NEPP-DH at UFRJ, which aims to establish the evaluation of the National Registry of Domestic Violence (CNVD) as an instrumental public policy capable of supporting other policies aimed at combating violence against women. For the analysis, quantitative and qualitative methodologies were used based on data

from femicide crimes, attempted and completed, in Rio de Janeiro, from 2017 to September 2022. The research demonstrates that the production of data on violence against women still presents challenges, especially with regard to violent deaths of women, since such data only gained visibility with the creation of the femicide qualifier in 2015. The only government registry provided for in the Maria da Penha Law is the National Registry of Domestic Violence managed by the National Council of the Public Ministry and fed by the Public Ministries of the States. The analysis of the construction of the database demonstrates the existence of a public policy to be improved, but which still aggregates data that, in principle, confirms the conclusions that research from other institutions have already presented in recent years.

**Keywords:** Women. Femicide. Public policies. Data. Justice system.

## **INTRODUÇÃO**

O presente artigo é decorrente de uma pesquisa que visa promover a avaliação do Cadastro Nacional de Violência Doméstica (CNVD) como um banco de dados governamental criado para reunir e sistematizar os dados da violência doméstica e familiar.

A análise da estrutura do cadastro e de alguns dados coletados contribui para aferir se tal política é capaz de contribuir para a avaliação e elaboração outras de políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica. Para isso, efetuamos um recorte nos atendo aos dados relativos aos feminicídios, tentados e consumados, ocorridos no contexto da violência doméstica no Rio de Janeiro, no período de 2017 a setembro de 2022.

Importante salientar que a tipificação do feminicídio como decorrência do ativismo político do movimento de mulheres trouxe a visibilidade social necessária aos dados sobre morte violenta de mulheres.

Tal trabalho favorece a compreensão do imenso desafio dos órgãos do sistema de justiça em produzir e gerir dados sobre o crime de feminicídio, elementos fundamentais para subsidiar a avaliação das políticas aplicadas até o momento, bem como para instrumentalizar o planejamento de novas políticas públicas para o enfrentamento à violência contra as mulheres.

## **A TIPIFICAÇÃO DO FEMINICÍDIO NO BRASIL E SUA INFLUÊNCIA NA PRODUÇÃO DE DADOS**

A mobilização do movimento de mulheres no Brasil, responsável pela construção política de normas constitucionais de reconhecimento dos seus direitos, representou um primeiro passo em prol da sua dignidade. Essa luta constante e articulada do movimento coletivo de mulheres trouxe como desdobramento a conquista de várias leis que garantiriam o cumprimento do princípio da igualdade constitucional forjando uma nova cidadania. Esse processo legislativo, sob vários aspectos, significou uma ruptura com o processo hegemônico de formulação legal, desconstruindo o mito da norma neutra a partir da pauta da proteção específica a um grupo vulnerável.

Nesse sentido, Barsted (2011, p.13), aponta que o feminismo latino-americano da segunda metade do século XX passou a atuar de forma crítica, travando embates com o Estado, mas também de forma propositiva em busca da conquista de direitos e de políticas públicas.

O avanço legislativo concernente aos direitos humanos das mulheres, na seara internacional e nacional, especialmente com a promulgação da Lei Maria da Penha, compeliu o Estado brasileiro a priorizar o enfrentamento à violência contra a mulher na agenda pública.

Esse processo de construção dos direitos humanos através da dimensão política amplificou o protagonismo da ação empreendida pelo movimento de mulheres que se dedicou ao aperfeiçoamento teórico dos estudos de gênero como chave analítica para a reflexão sobre o feminicídio enquanto fenômeno social.

O termo femicídio (femicide) foi atribuída a Russel e Radford, e nomeia a morte violenta de mulheres e meninas, denunciando a não acidentalidade de tais mortes e a identificando como a mais grave violência de gênero. No Brasil, a legislação penal adotou o termo feminicídio, que Lagarde entende que agrega ao conceito a violência institucional que conduz à impunidade como parte do fenômeno social (PASINATO, 2011, p. 232).

A tipificação legal do feminicídio veio refletir o reconhecimento político-jurídico da mais grave violência de gênero como violação dos direitos humanos das mulheres, rompendo com a neutralidade do termo homicídio, trazendo evidência à especificidade de tal crime.

Vásquez (2008) estabelece um debate acerca da tipificação do femicídio sob a ótica do seu alcance político e avalia que os mais diversos projetos de lei para a tipificação legal restringiriam o conceito ao chamado feminicídio íntimo, aquele cometido por um homem com quem a vítima tinha uma relação familiar ou de convivência. No entanto, ressalta a autora, que a noção política de feminicídio tem um alcance muito maior que a do feminicídio íntimo. Assim, feminicídios sexuais, no qual não existam os vínculos já citados, bem como aqueles decorrentes de conflitos armados e de trabalhadoras sexuais, não estariam inclusos neste conceito penal de cunho restrito.

La noción de femicidio incluye, entonces, tantos lós crímenes cometidos dentro da la llamada esfera “privada” como “pública”, tal como lo hace la definición de violència contra la mujer contenida em La Convencion Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar La Violencia contra La Mujer (Convención de Belém do Pará) (VÁSQUEZ, 2008, p. 214).

Da mesma forma, Segato (2011, p.10) aposta que a tipificação, entre outras funções, serviria para fomentar a discussão do significado social do fenômeno do feminicídio e as disputas que o permeiam.

Segundo Campos (2015, p. 107), “nomear a violência feminicida é reconhecer juridicamente uma forma de violência extrema praticada contra mulheres e, por isso, simbolicamente importante”.

No Brasil, somente em 2013 foi instaurada uma Comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) de violência contra a mulher para alterar a legislação penal, tendo como objetivo a inclusão do feminicídio como qualificadora do tipo penal “matar alguém”. Como justificativa foram apresentados dados que comprovam a vulnerabilidade social e histórica da mulher. Na estimativa da ONU mulheres, de 2004 a 2009, 66 mil foram mortas pelo simples fato de serem mulheres.

Gradativamente, com a normatização do femicídio/feminicídio pelos países latino-americanos, o termo foi sendo incorporado ao vocabulário. Nesse cenário o Brasil foi um dos últimos países da América latina a adotá-lo, o que ocorreu somente após a criação, em 2015, de uma qualificadora no código penal que incorporou o vocábulo ao discurso jurídico penal.

Cabe destacar que os casos de feminicídio sob a ótica criminal são facilmente identificáveis quando ocorridos em decorrência da violência doméstica e familiar, sendo a relação íntima de afeto atual ou anterior com o agressor um fator que comumente caracteriza esse crime.

Augusto (2019, p.220), numa perspectiva crítica aponta o efeito do reducionismo provocado pela tipificação do feminicídio, que restringe a compreensão do fenômeno no contexto das relações interpessoais, ignorando o componente coletivo e estrutural da violência de gênero.

A tipificação do feminicídio se revelou uma estratégia necessária para evidenciar as mortes violentas de mulheres, no entanto, deve ser vista apenas como uma dentre as demais no enfrentamento a essa letal violência de gênero. A resposta jurídico-penal é insuficiente e reducionista, reforçando o papel punitivo do Estado. Por outro lado, é preciso reconhecer que a alteração na lei penal jogou luz ao fenômeno social, possibilitando que o sistema de justiça produza dados sobre a morte violenta de mulheres, que são essenciais para o planejamento e elaboração de políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher.

### **DADOS SOBRE FEMINICÍDIOS NO BRASIL: UM EMARANHADO DE INFORMAÇÕES A SEREM DECIFRADAS**

Embora os dados sobre violência contra a mulher sejam amplamente divulgados todos os anos, constata-se que são produzidos por diferentes instituições, governamentais ou não, utilizando metodologias e fontes diversas. Diante da relevância da temática, cada vez mais ONGs, institutos e instituições de pesquisa vêm divulgando números acerca da violência doméstica e familiar.

Tais informações inserem-se na área da Segurança Pública, tendo uma abordagem voltada para a apuração de números e características de crimes. Medir registro de crimes difere de medir violência, há inúmeros crimes previstos na legislação penal que não envolvem violência, ao passo que há situações de violência presentes nas relações humanas que não figuram entre os tipos penais previstos na legislação. Um exemplo dessa dicotomia reside na própria violência doméstica, uma vez que a LMP desde 2003 definia a violência psicológica em sua redação, mas somente em 2021 ela tornou-se um tipo penal passível de pena.

Caballero e Monteiro (2021), entendem que as estatísticas de Segurança Pública no Brasil ainda carecem de aperfeiçoamento:

O sistema de informação e estatísticas da área de Segurança Pública no Brasil ainda sofre de muitos problemas e limitações, sobretudo quando

comparado a sistemas de informações de outras áreas centrais de provisão de serviços públicos, como saúde e educação. As três principais fontes de informações utilizadas pela área de Segurança Pública são as estatísticas baseadas em registros administrativos das polícias, os dados de mortes violentas contabilizados pelo Ministério da Saúde e as pesquisas de vitimização (CABALLERO; MONTEIRO, 2021, p. 127).

A maioria das estatísticas de crimes tem como fonte os registros de ocorrência efetuados nas delegacias e, em geral, a divulgação de tais dados fica a cargo das secretarias de segurança pública. O Rio de Janeiro é a única exceção, pois a divulgação é feita pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Anualmente, envolvendo o tema feminicídio, produzidos com os dados de órgãos da segurança pública e divulgados amplamente na imprensa, temos os seguintes documentos: o Dossiê Mulher, do Instituto de Segurança Pública (ISP/RJ) e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

O Dossiê Mulher 2020, produzido pelo Instituto de Segurança Pública, elenca os dados coletados no ano base de 2019 relativos à violência contra a mulher no Estado do Rio de Janeiro, tendo como fonte os registros de ocorrência da polícia civil. Tal dossiê, em sua 15ª edição, embora analise os crimes de acordo com a classificação descrita na LMP, traz em destaque, nesta versão, um estudo sobre o crime de feminicídio. O documento ressalta que acompanha de perto a evolução da legislação penal em relação ao tema, tendo absorvido tais mudanças na publicação das estatísticas.

Ao apresentar os números de mortes violentas de mulheres, o Dossiê os classifica em homicídios e tentativas de homicídio, além de feminicídios e tentativa, porém os números deste último estão contidos respectivamente dentro dos homicídios dolosos e das tentativas deste crime. Segundo o dossiê, no ano de 2019, foram registrados 308 homicídios dolosos e 708 tentativas do mesmo crime contra mulheres, ao passo que o feminicídio conta com apenas 85 registros e 334 tentativas.

Com base apenas nos dados apresentados não é possível identificar quais os parâmetros utilizados para a utilização ou não da qualificadora, para fins de registro da polícia civil. O documento aponta, ainda, o perfil similar das vítimas de homicídio: mulheres adultas com idade entre 30 e 59 anos, sendo que a maior parte era solteira e negra. Ou seja, os dados revelam que mulheres que morrem vítimas da violência, seja por feminicídio ou não, apresentam o mesmo perfil. Logo, é possível que dentre os homicídios

de mulheres exista um número significativo de feminicídios que não foram tipificado com a qualificadora no momento do registro de ocorrência.

O Anuário de Segurança Pública 2020, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), reúne informações fornecidas pelas secretarias de segurança pública dos estados, pelas polícias civis, militares, federal entre outras fontes oficiais de segurança pública. Este documento mapeia as mortes violentas intencionais em todo o país, no período de 2019 e início de 2020, entretanto, para guardar simetria com os dados apresentados pelo ISP, nos ateremos aos de 2019 relativos somente ao estado do Rio de Janeiro.

Uma das tabelas apresentadas pelo estudo refere-se a homicídios dolosos com vítimas do sexo feminino e feminicídios, relatando os números ocorridos no Brasil e em cada unidade da federação. A tabela aponta que no estado do Rio de Janeiro em 2019 ocorreram 308 homicídios dolosos de mulheres, sendo que o número de feminicídios totalizou 85, logo estes últimos correspondem a 27,6% do total de morte violenta de mulheres. As análises dos pesquisadores apontam que é muito comum que o feminicídio seja resultado da violência doméstica, praticada em regra pelo cônjuge ou parceiro, no entanto, ressalva que a classificação dos crimes, por estar a cargo da autoridade policial, depende da interpretação inicial dada ao registro de ocorrência (BUENO; LIMA, 2020).

A definição do perfil das vítimas se faz a nível nacional, e não por unidade da federação, revelando que 66,6% das vítimas eram negras e que a maior parte se encontrava em idade reprodutiva, sendo 56,2% das vítimas com idade entre 20 e 39 anos.

Os resultados das pesquisas de instituições diferentes, mas com a mesma fonte de dados, revelam conclusões semelhantes, seja quanto ao perfil das vítimas, seja quanto a dificuldade em compreender os critérios adotados para diferenciar os crimes de feminicídio de homicídios de mulheres, o que torna difícil saber com exatidão se as mortes violentas de mulheres estão sendo corretamente classificadas como feminicídios.

## **DADOS DE FEMINICÍDIOS NO CNVD: UM OLHAR CRÍTICO E NECESSÁRIO**

Dentre as políticas públicas previstas na lei Maria da Penha (art. 26, III, da lei n. 11.340/2006) está o Cadastro Nacional de Violência Doméstica Contra a Mulher (CNVD), que foi instituído pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) através da

Resolução nº. 135, de 26/01/2016 e que tem por finalidade reunir os dados cadastrados pelos Ministérios Públicos dos estados da federação.

O referido banco de dados é gerido e publicizado pelo CNMP através de seu site oficial, no entanto, por se tratar de um sistema de informações nacional, é alimentado pelos Ministérios Públicos dos Estados, agregando números que abrangem as diversas modalidades de violência doméstica previstas na LMP. A obtenção dos dados da pesquisa ocorreu através de pedidos formulados nas ouvidorias do CNMP e MPRJ, via lei de acesso à informação, solicitamos os registros tão somente referentes aos feminicídios, tentados e consumados, no período de 2017 a setembro de 2022.

O exame dos dados e de como se estruturou o cadastro se mostra relevante para avaliar o banco de dados em si, a escolha dos campos de informação e se eles são relevantes para a produção de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher.

A fim de garantir a padronização das informações prestadas, o CNMP elaborou uma tabela de taxonomia com os campos de informação mínimos que deveriam constar no programa de informática relativo ao cadastro, cabendo ao Ministério Público de cada estado estabelecer variáveis complementares caso entendesse cabível.

A tabela do CNMP enumera como variáveis dados do agressor, devendo permitir a inclusão de mais de um agressor: nome completo, nome da mãe e data de nascimento; sexo, cor/raça, nacionalidade, naturalidade; renda individual. No caso da vítima (deverá permitir a inserção de mais de uma vítima) estão elencados: nome completo, nome social, nome da mãe e data de nascimento; sexo, cor/raça; nacionalidade, naturalidade; escolaridade e renda individual, deficiência, orientação sexual. Quanto aos dados do fato, estão previstos aqueles que abrangem o município, data, horário, ambiente da agressão, vínculo do agressor com a vítima e fatores de risco identificados. E por fim, dados técnicos dos processos que envolvem atos processuais e a tramitação dos procedimentos.

Todos os números cadastrados no CNVD representam um crime, tentado ou consumado, que foi noticiado à polícia civil. Em todas as variáveis há um quantitativo considerável de campos sem informação disponível, entretanto, tal ausência de dados não significa subnotificação, visto que tal conceito refere-se aos crimes que não chegam ao conhecimento da polícia, também chamadas “cifras ocultas”. A ausência de informações também é um dado da pesquisa, uma vez que a omissão de informações pode representar falhas ou dificuldade na coleta dos dados, ou até mesmo uma escolha política.

Em fevereiro de 2019, a tabela de taxonomia do CNVD foi atualizada pelo CNMP, o que repercutiu na exclusão de diversos campos de informação sob a alegação de simplificação do preenchimento do banco de dados, no entanto, o material disponibilizado no site não elucida se ocorreu uma avaliação prévia do sistema de informações junto aos MPs dos estados para essa tomada de decisão.

A primeira variável a ser analisada refere-se ao número total de feminicídios ocorridos no Rio de Janeiro, tentados e consumados constantes no CNVD. A observação dos dados, tendo como referência o ano imediatamente anterior, indica um crescimento progressivo no número de ocorrências que chegam ao sistema de justiça criminal. No ano de 2017 foram 105 feminicídios, em 2018 139, em 2019 195, em 2020 foram 214, em 2021 ocorreram 276 feminicídios e até setembro de 2022 foram 168 feminicídios. É significativo o aumento no número de casos ocorridos do ano de 2020 para o ano de 2021, com uma diferença de 62 casos a mais, o que representa um aumento de 29%. Tal diferença pode ter sido decorrência dos efeitos da pandemia e do isolamento social daquele período, que somados à ausência de políticas públicas, expôs ainda mais as mulheres vítimas de violência aos seus agressores.

O aumento dos números ano a ano permite concluir que a violência contra as mulheres vem aumentando e/ou demonstrar a mudança de paradigma no registro dos crimes letais contra mulheres, que antes da lei eram registrados como homicídios, independente do sexo da vítima e das motivações do crime.

Na variável faixa etária é possível destacar que o maior percentual de vítimas são mulheres com idade até 40 anos, que corresponde a idade reprodutiva da mulher. Em todos os anos informados, o percentual de mulheres nessa faixa etária é superior a 60% do total, destacando-se o ano de 2018 em que esse percentual atingiu o patamar de 91% do total.

Outra variável elencada para traçar o perfil das vítimas é o critério raça/cor. Os dados coletados elencam apenas três opções de perfil étnico racial: branca, parda e preta. Não constam dados relativos a mulheres de origem indígena ou amarela, não sendo possível saber se a ausência de tais opções decorrem da falta desses campos de informação, ou se não ocorreu nenhum feminicídio com vítimas com essas características no período analisado.

Os dados revelam que no Rio de Janeiro as mulheres negras, grupo étnico composto por pretas e pardas segundo classificação utilizada pelo IBGE, representam a grande maioria das vítimas, totalizando 67% do total.

Outra variável importante é a do vínculo entre vítimas e agressores, importante indicador para avaliar se a agressão sofrida se dá no contexto da violência doméstica e familiar. A listagem de possíveis vínculos (cônjuge, convivente, ex-cônjuge, ex-convivente, namorado etc.) em sua maioria nos remete a relações íntimas de afeto, gerando uma presunção de que tal crime aconteça predominantemente no âmbito dessas relações. Entretanto, como em outras variáveis, percebemos a prevalência da falta de informação quanto ao vínculo entre vítimas e agressores. No período de 2017 a 2022, temos uma amostragem de apenas 16% do total relativo a esse dado tão importante para compreensão do contexto da ocorrência do feminicídio.

A limitação da produção de dados sobre feminicídio torna-se visível diante da informação do Anuário de Segurança Pública, que possui a mesma fonte de dados do CNVD, que as estatísticas relativas a suicídios e desaparecimentos não são contabilizadas como morte violentas de mulheres. Assim, tais ocorrências podem ocultar casos de feminicídios não contabilizados nas estatísticas oficiais.

Por fim, cabe apontar alguns fatores que dificultaram o amplo acesso ao sistema de dados do CNVD: a falta de divulgação do cadastro no site oficial e na intranet do MPRJ, sendo que todos os dados da pesquisa foram obtidos através de pedidos formulados na ouvidoria via lei de acesso à informação, bem como a inserção das informações ser efetuada com base em dados coletados por outros órgãos. O CNMP, por sua vez, como gestor nacional dos dados não vincula os números de feminicídios ao CNVD, impossibilitando que os dados deste crime sejam desagregados do cadastro.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dados são produtos da construção humana, não se atendo somente a números, mas com o potencial de traduzir o que essas informações revelam sobre uma determinada realidade social. Diante disso cabe buscar respostas à indagação: o que há por trás desses números e o que fazer com essas informações? A análise dos dados sobre feminicídios presentes no Cadastro Nacional de Violência Doméstica pode contribuir para respondê-las.

O CNVD é o único banco de dados previsto na LMP e estruturado para reunir dados de caráter nacional sobre violência doméstica. Embora seja gerido pelo CNMP é alimentado pelos dados fornecidos pelos MPs de cada Estado.

Inicialmente, cabe destacar que os dados do cadastro, por si só, não são suficientes para a compreensão do fenômeno da violência letal sobre mulheres no Rio de Janeiro. As informações geradas pelo sistema de justiça sobre feminicídio o fazem sob uma perspectiva limitante, apenas sob o prisma do tipo penal previsto na legislação. Entretanto, o sistema de informações nos permite conhecer dados sobre o perfil das vítimas e dos agressores, o vínculo entre eles, o número de casos tentados e consumados, possibilitando acompanhar a evolução dos números ano a ano.

Alguns entraves puderam ser identificados na alimentação e gerenciamento do cadastro: a instituição (MPRJ) que efetua a gestão e alimenta o cadastro não coleta as informações, gerando um cadastro baseado em dados secundários. Além disso, as limitações ao acesso amplo e irrestrito aos dados do cadastro, especialmente quanto aos números desagregados de feminicídios ocorrido no contexto de violência doméstica, uma vez que o CNMP não consegue fornecê-los.

Apesar dos avanços e esforços das instituições do sistema de justiça na implementação do CNVD, é preciso apontar alguns caminhos para o aperfeiçoamento de tal política: facilitação no acesso aos dados nos sites oficiais e consequente divulgação do cadastro, a aplicação ao CNVD das características elencadas nas diversas políticas, tais como transversalidade do tema, instersetorialidade e capilaridade. Nesse sentido, se o feminicídio for tratado como transversal pelo CNMP, poderá ser objeto de políticas do campo da segurança pública e dos direitos humanos, sem que isso importe em supressão de campos de informações, prática incompatível com os objetivos da criação do Cadastro. Outro ponto relevante seria garantir a interoperabilidade entre os sistemas das polícias e dos Ministérios Públicos estaduais, o que minimizaria a possibilidade de erros na compilação de dados.

A implementação do CNVD atendeu parcialmente a demanda por um sistema de informações do poder público produzido pelo sistema de justiça a respeito da violência contra as mulheres, algo imprescindível para dar continuidade a agenda de combate e prevenção a violência desta natureza, ainda que necessite de aperfeiçoamento. Se por um lado, o punitivismo penal não irá, por si só, solucionar os desafios do enfrentamento à violência contra a mulher, por outro, é preciso que o sistema de justiça estabeleça uma

política de produção de dados comprometida com a qualidade e transparência na produção da informação, de modo que os dados possam refletir a realidade da violência de gênero, especialmente quanto ao crime de feminicídio e assim, contribuir efetivamente para a avaliação de políticas públicas já existentes.

## REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Cristiane Brandão *et al.* Feminicídio: colunas partidas do sistema penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, ano 27, v. 153, p. 207-242, mar. 2019.

BARSTED, Leila Linhares. Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista. *In*: CAMPOS, Carmem Hein de. **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 13-37. Disponível em: [https://assets-compromissoeatitude-ipc.sfo2.digitaloceanspaces.com/2014/02/1\\_2\\_advocacy-feminista.pdf](https://assets-compromissoeatitude-ipc.sfo2.digitaloceanspaces.com/2014/02/1_2_advocacy-feminista.pdf). Acesso em: 03 nov. 2021.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de (coord.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2021.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Resolução nº 135, de 26 de janeiro de 2016**. Institui o Cadastro Nacional de Casos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Brasília, DF: CNMP, 2016. Disponível em: [cnmp.mp.br/portal/images/Normas/Resolucoes/resolucao-135-violencia-domestica-de-26-janeiro-2016-texto.pdf](http://cnmp.mp.br/portal/images/Normas/Resolucoes/resolucao-135-violencia-domestica-de-26-janeiro-2016-texto.pdf). Acesso em: 03 nov. 2021.

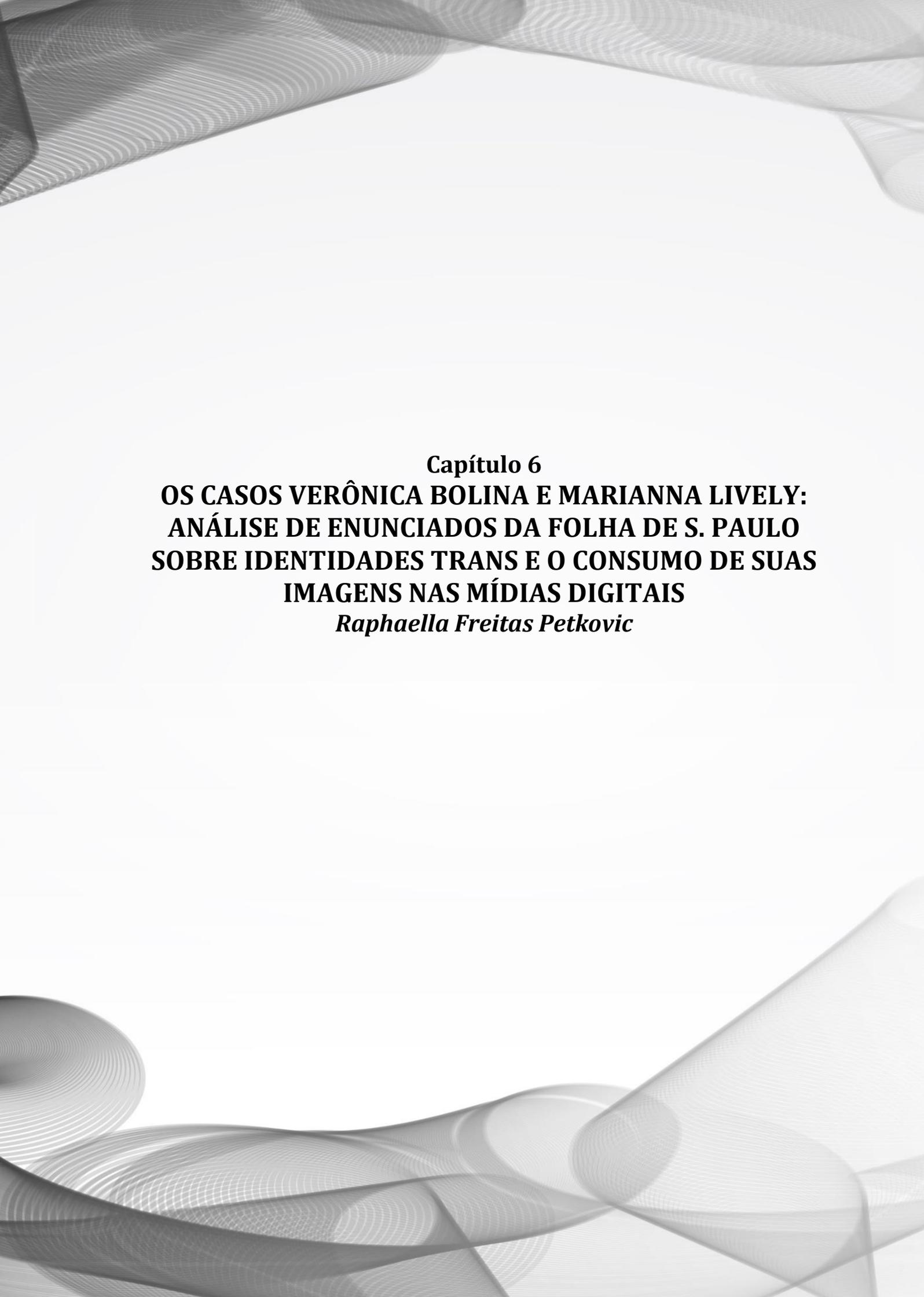
CABALLERO, Bárbara; MONTEIRO, Joana. Crimes e violência. *In*: SHIKIDA, Claudio D.; MONASTERIO, Leonardo; NERY, Pedro Fernando. **Guia brasileiro de análise de dados: armadilhas & soluções**. Brasília, DF: ENAP, 2021. p. 127-169. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6039>. Acesso em: 03 nov. 2021.

CAMPOS, Carmen Hein de. Feminicídio no Brasil: uma análise crítica-feminista. **Revista Sistema Penal e Violência**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 103-115, jan./jun. 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/281791095\\_Femicidio\\_no\\_Brasil\\_Uma\\_analise\\_critico-feminista](https://www.researchgate.net/publication/281791095_Femicidio_no_Brasil_Uma_analise_critico-feminista). Acesso em: 03 nov. 2021.

PASINATO, Wânia. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 37, p. 219-246, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n37/a08n37.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

SEGATO, Rita Laura. **Que és un feminicídio**. Notas para un debate emergente. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2006. (Série Antropologia, 401). Disponível em: <https://www.nodo50.org/codoacodo/enero2010/segato.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2021.

VASQUÉZ, Patsilí Toledo. Tipificar el feminicidio?. **Anuario de Derechos Humanos 2008**, Santiago, n. 4, p. 213-219, 2008. Disponível em: [https://artecontraviolenciadegenero.org/?wpfb\\_dl=5](https://artecontraviolenciadegenero.org/?wpfb_dl=5). Acesso em: 03 nov. 2021



**Capítulo 6**  
**OS CASOS VERÔNICA BOLINA E MARIANNA LIVELY:**  
**ANÁLISE DE ENUNCIADOS DA FOLHA DE S. PAULO**  
**SOBRE IDENTIDADES TRANS E O CONSUMO DE SUAS**  
**IMAGENS NAS MÍDIAS DIGITAIS**

*Raphaella Freitas Petkovic*

**OS CASOS VERÔNICA BOLINA E MARIANNA LIVELY:  
ANÁLISE DE ENUNCIADOS DA FOLHA DE S. PAULO SOBRE IDENTIDADES  
TRANS E O CONSUMO DE SUAS IMAGENS NAS MÍDIAS DIGITAIS**

***Raphaella Freitas Petkovic***

*Licenciada, Mestre e Doutora em Comunicação (ênfase em Gênero e Sexualidade) pela Universidade Paulista (UNIP). Foi aluna especial do Doutorado em Psiquiatria da FMUSP, na área de Psiquiatria Social. Possui diversas graduações nas áreas de Educação (Letras, Sociologia, Pedagogia, Ciências da Religião), Saúde (Ciências Biológicas, Educação Física) e Gestão (Recursos Humanos e Administração). Cursando Bacharelado em Saúde pelo Centro Universitário UNINTER. Possui diversas pós-graduações nas áreas de Sexualidade, Psicologia, Saúde e Educação. Professora do Centro Paula Souza desde 2011, tendo sido Orientadora Educacional, Coordenadora de Curso e Coordenadora do Programa Novotec Expresso. Atualmente está lotada na ETEC e FATEC de São José do Rio Preto.*

**RESUMO**

A violência sofrida pelos transgêneros no Brasil e seu enfrentamento para consolidar sua identidade de gênero, em contraposição aos marcos binários, é recorrente nas mídias digitais. Analisamos, neste artigo, os enunciados “Planalto e OAB cobram polícia de SP por travesti espancada” e “Transexual se alista no Exército e tem fotos e informações expostos”, veiculados em abril de 2015 na *Folha de S. Paulo*. Com apoio na teoria *queer*, de Judith Butler, e nos conceitos de dialogismo e enunciado, de Mikhail Bakhtin, concluímos que os mecanismos discursivos acionados pelos profissionais dessa mídia estimularam os leitores ao consumo de imagens e de ideias preconcebidas e estigmatizadas, uma vez que evidenciam traços transfóbicos.

**Palavras-chave:** Transgêneros; Mídias; Teoria *Queer*; Análise do Discurso.

**Introdução**

A sociedade contemporânea é, ao mesmo tempo, vítima e protagonista de diversos estigmas e violências múltiplas, provenientes da cultura patriarcal e heteronormativa.

Neste artigo, daremos destaque aos preconceitos de gênero que comparecem na mídia impressa quando noticiam eventos ocorridos com homens ou mulheres que não se enquadram nos padrões estabelecidos pela dicotomia de gênero (feminino/masculino), que não atendem a uma correspondência direta com a biologia, segundo a qual “a materialidade dos corpos, e mais precisamente a anatomia dos órgãos genitais, (...) vai determinar o gênero” (THEODORO, 2016, p. 15). Trata-se de pessoas que não atendem ao padrão de uma sociedade heteronormativa, a qual ressalta as diferenças sexuais e de gênero. Acerca disso, THURER afirma:

Houve um tempo em que havia apenas dois gêneros: masculino e feminino. Homens eram, tipicamente, sujeitos grandes e peludos que não necessitavam abaixar o assento do vaso sanitário. Mulheres eram pessoas menores e menos peludas, que necessitavam abaixar o assento do vaso sanitário. Os membros desses dois grupos só tinham olhos uns para os outros. Era fácil distinguir quem era quem. Hoje em dia abandonou de ser tão fácil. Homens usam rabo de cavalo e brincos e frequentam cursos sobre como cuidar de bebês; mulheres exibem tatuagens e bíceps fortes e fumam charutos. Onde quer que a gente olhe – na TV, no cinema, em revistas, em livros de autoajuda – vemos não dois gêneros, mas algo mais próximo de um cruzamento entre eles, um ponto qualquer dentro de um continuum. (2005, p. 1, tradução nossa).<sup>12</sup>

Embora a citação acima esteja se referindo mais a comportamentos que a identidades de gênero, a autora já aponta a transgeneridade no enunciado: “vemos não dois gêneros, mas algo mais próximo de um cruzamento”. Não se trata apenas de um “cruzamento de gêneros”, o que afeta os transexuais, mas, isto sim, de uma complexa crise de identidade, pois a autoimagem não corresponde ao seu reflexo no espelho. Sob essas circunstâncias, homens e mulheres passam a experimentar o chamado “locus da precariedade” (BUTLER, 2015).

Como veremos adiante, o binarismo de gênero é insuficiente para abarcar a sexualidade humana. Graças aos estudos de Judith Butler, principalmente a partir de sua obra inaugural *Gender trouble*, em 1990, o termo *queer* entrou em circulação nos países anglófonos para desconstruir o que até então se considerava a “essência” do masculino, do feminino e do desejo. No entanto, segundo VIEIRA (2017):

---

<sup>12</sup> Once there were only two genders: male and female. Males, typically, were the big hairy ones who left the toilet seat up. Females were the smaller, less hairy ones who put the toilet seat down. They had eyes only for each other. It was easy to tell them apart. These days it's not so easy. Men sport ponytails and earrings and teach nursery school; women flaunt their tattoos and biceps and smoke cigars. Everywhere we look—on television, at the movies, in glossy magazines, in self-help books—we see not two genders, but something more like a crossbreed, a point on a continuum.

*Queer* não é um termo inteligível no Brasil. As pessoas não se descrevem como *queer* por aqui. Ao menos, não as pessoas que não tem acesso a essa teoria. Mas no Brasil, os mesmos processos de normatização e subalternização dos corpos estão presentes. Aqui não há o *queer*, mas há “o traveco”. Não há o *queer*, mas há “o viadinho”. Não falam *queer*, mas falam “a sapatona”. (Disponível em: <http://paradasp.org.br/o-que-e-a-teoria-queer-de-judith-butler>. Acesso: 20 jul. 2017).

Acrescente-se a isso a invisibilidade a que estão sujeitos os que se identificam como *queers* e os raros estudos, na academia brasileira, sobre o tema da transgeneridade. É o que indicam os dados concretos pesquisados no banco de teses da Capes. Na grande área de Ciências Sociais Aplicadas, nas quais a Comunicação se enquadra, de 2014 a 2016, foram defendidos, entre mestrados e doutorados, apenas 06 trabalhos em que a palavra “transgênero” comparece nos títulos ou nas palavras-chave<sup>13</sup>. Já com a palavra *queer* chegamos a 39 resultados, mas em um período um pouco mais extenso: de 2013 a 2017.

Esses totais mostram a quase inexistência de estudos com esta temática nos 84 programas de pós-graduação recomendados e reconhecidos no Brasil em Comunicação e Informação, conforme o data Capes, no ano de 2017.

Sendo assim, o presente artigo, ao aplicar a Análise do Discurso em duas reportagens da *Folha de S. Paulo* sobre transgêneros, não só contribui para os estudos acadêmicos, como também para a crítica da prática jornalística, que se revelou despreparada para tratar do tema de acordo com as novas teorias sobre sexualidade e representação.

### **Transgêneros: o “T” do LGBT**

A sigla LGBT<sup>14</sup> é um acrônimo para Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Transgêneros e revela a luta política em torno dos grupos que representa. Partindo da primeira sigla criada, GLS (*Gays*, Lésbicas e Simpatizantes), pode-se dizer que entraram na sigla os transgêneros e saíram os simpatizantes. Tais alterações indicam a militância dos grupos que exercem sexualidades não binárias, em detrimento dos que apenas os apoiam, mas que se identificam como heterossexuais. Corroborar esta afirmação trecho de artigo publicado no site GEMIS (Gênero, Mídia e Sexualidade) a respeito das siglas:

---

<sup>13</sup> Disponível em < <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!/>>. Acesso em: 07 ago. 2017.

<sup>14</sup> Esta sigla pode apresentar variações, tais como LGBTI, incluindo os intersexuais, ou LGBTIQ, na qual as duas últimas letras referem-se aos intersexuais e queers.

GLS era uma sigla utilizada para designar *gays*, lésbicas e simpatizantes. Qual o problema desta sigla? Ela é excludente. Nesta sigla, fala-se apenas da orientação sexual homossexual (*gays* e lésbicas), deixando de lado outras formas de sexualidade e identidade de gênero. Por isso, há alguns anos a sigla LGBT passou a ser adotada, por englobar também bissexuais, travestis e transexuais e trouxe o L, de lésbica, como letra inicial para destacar a desigualdade de gênero que também diferencia homossexuais femininas e masculinos. (Disponível em: <http://ggemis.blogspot.com.br/2014/08/lgbt-lgbti-lgbtq-ou-o-que.html>. Acesso: 27 jul. 2017)

Há de se explicar os transexuais e travestis, termos que costumam causar confusão entre as pessoas que desconhecem sua categorização. Enquanto as travestis gostam de comportar-se como o gênero oposto, mas mantêm o sexo biológico, usando uma identidade masculina ou feminina que “transita” entre os dois gêneros, os transexuais possuem identidades de gênero diferentes das designadas no nascimento e além do desconforto em relação ao sexo anatômico, manifestam o desejo de viverem e serem aceitos como sendo do sexo oposto. Benedetti, ao realizar um estudo etnográfico para verificar as tipologias correntes usadas para nomear as identidades “desviantes” (2005, p. 17) menciona que:

[...] travestis são aquelas que promovem modificações nas formas de seu corpo visando a deixá-lo o mais parecido possível com o das mulheres; vestem-se cotidianamente como pessoas pertencentes ao gênero feminino sem, no entanto, desejar explicitamente recorrer à cirurgia de transgenitalização para retirar o pênis e construir uma vagina.

Ao analisar o discurso veiculado nas mídias digitais sobre transeñeros, optamos por duas reportagens da *Folha de S. Paulo* veiculadas em datas distintas durante o ano de 2015: a primeira, intitulada “*Planalto e OAB cobram polícia de SP por travesti espancada*”, de 16 de abril, aba Cotidiano, e a segunda, “*Transexual se alista no Exército e tem fotos e informações expostos*”, de 29 de setembro, aba Cotidiano.

Um ponto importante e que se faz necessário ressaltar neste artigo é a reflexão sobre os travestis e transexuais como experiências de gênero e suas representações na linguagem. Assim, realizamos uma análise semântica e morfológica das palavras-chave presentes no enunciado das duas reportagens em tela: “transexual” e “travesti”.

Ao buscar o significado no dicionário Michaelis, pudemos verificar que o verbete “transexual” é estabelecido como pertencente às classes gramaticais adjetivo e substantivo. Pode também pertencer ao gênero masculino ou feminino, definindo-se como:

1 Que ou aquele que revela o transexualismo. 2 Que ou aquele que se submeteu a tratamento com hormônios (estrogênio ou testosterona) e procedimento cirúrgico, a fim de adquirir características do sexo oposto. *adj m+f Med, Psciol* 1 Relativo a ou próprio do transexualismo. 2 Diz-se de procedimento clínico ou cirúrgico que tem como objetivo alterar os traços sexuais externos de uma pessoa, tornando-os semelhantes aos do sexo oposto. (MICHAELIS, 1998, p. 2098).

Já a palavra “travesti”, ainda segundo Michaelis (1998), vem classificada na língua portuguesa como substantivo masculino, de origem francesa, cujo significado é: “1 Disfarce sob o traje de outro sexo. 2 *por ext.* Disfarce.” (p. 2108)

Com isso, podemos concluir que, enquanto a palavra “transexual” admite tanto os gêneros masculino e feminino, segundo a norma culta, a palavra “travesti” aceita apenas o gênero masculino, indo de encontro ao que é visto no título da reportagem (espancada), mostrando que o adjetivo está declinado para o feminino.

Trata-se de uma primeira investigação, a mais simples e corriqueira: a do dicionário, que explica o uso cotidiano das palavras *pelos* e *para* os usuários de uma língua. São essas palavras que também são utilizadas para formar conceitos e teorias, como veremos adiante.

### **Transgêneros e Vivências Femininas**

Judith Butler vai além do dicionário lexical e menciona que não há uma identidade de gênero por trás das expressões de gênero, afirmando ainda que ela é constituída por gestos performativos como forma de subverter (ou reproduzir) a ordem compulsória entre sexo, gênero e desejo. Ainda completa:

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado, tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos (BUTLER, 2008, p. 45).

Podemos verificar diferenças na vivência de uma mulher cisgênero (cujo gênero é o mesmo do designado em seu nascimento, ou seja, correspondente ao seu sexo biológico) e de uma mulher trans (cuja expressão ou identidade de gênero é diferente da atribuída em seu nascimento). Neste sentido, mulheres trans, travestis e pessoas que se identificam com a feminilidade devem ser compreendidas como vivências femininas.

A teoria *queer* compreende o gênero como uma verdade não biológica, um sistema que engloba socialmente as subjetividades. Em outras palavras: há uma discrepância recorrente entre como uma pessoa não binária se sente e como a norma diz que deve se sentir. A transgeneridade enuncia o que podemos conceituar como a reivindicação de uma feminilidade. É de extrema importância reconhecer a teoria *queer* enquanto suporte para o discurso sobre identidades transgêneras. Ainda que não contribua diretamente para a construção das mesmas, é um auxílio importante para sua afirmação política.

### **Análise dos Enunciados Trans na Folha de S. Paulo**

No título da primeira reportagem, "*Planalto e OAB cobram polícia de SP por travesti espancada*", de 16.04.2015, aba Cotidiano, podemos identificar três instâncias de poder brasileiras citadas antes da palavra "travesti": "Planalto" (Referindo-se ao Palácio do Planalto, nome oficial do Palácio dos Despachos da Presidência do Brasil e sede do poder executivo do Governo Federal Brasileiro, de onde emana a ordem brasileira, pois é de lá que a presidência realiza suas atividades diárias), "polícia" (órgão responsável pela segurança pública no Estado de São Paulo) e a "OAB" (Ordem dos Advogados do Brasil). O verbo que vem na sequência é "cobrar" da polícia, o que pressupõe a existência de uma lei que não foi cumprida, combinando com as duas instâncias citadas. Embora, na notícia, a lei não tenha sido mencionada, trata-se da Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Presidência da República, que estabelece parâmetros para o acolhimento da comunidade LGBT em privação de liberdade no Brasil. Destaque-se, também, que a notícia foi publicada na aba Cotidiano, denotando uma forma mais simplificada de abordagem dos fatos relacionados ao dia-a-dia do público leitor, trazendo pautas locais tidas como merecedoras de relevância e onde o jornal pode funcionar como denúncia.

Na segunda reportagem, "*Transexual se alista no Exército e tem fotos e informações expostos*", de 29.09.2015, presente no mesma aba, podemos verificar que a primeira palavra do título é "Transexual", o sujeito da oração, o agente, a mais importante. O Exército, o lugar da ordem, é quem "recebe" esse sujeito, mas fica indeterminado quem expôs as fotos e informações e quais foram elas. Fica subentendido que as informações são as da "transgeneridade" e novamente temos uma notícia que indica uma situação corriqueira.

Ao verificarmos o tratamento dado aos transgêneros pela linguagem, podemos dizer que na primeira reportagem a palavra “travesti” já vem revestida de uma exigência de cumprimento de lei; é uma denúncia de sua inoperância, digamos assim, que pode ser reforçada pela feminilização da palavra. Fruto de uma cultura patriarcal, tudo acerca do feminino carece de mais proteção, que é ineficiente no sistema jurídico brasileiro.

Na segunda reportagem, transexual é o agente, é o masculino e, por isso, embora vítima também de um sistema legal que permitiu invasão de sua privacidade, não há nenhuma cobrança de seus responsáveis. Não se sabe quem foi o autor do vazamento (nem que vazamento foi este) e não se identifica, pela notícia, uma vontade de verdade para localizá-lo. Ou seja: a notícia se preocupou mais com a coerção do que com a distinção entre falso e verdadeiro:

Enfim, creio que essa vontade de verdade, assim apoiada sobre um suporte em uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. (FOUCAULT, 1999, p. 18)

Na primeira notícia, vimos que o discurso não ocorre no vácuo, no vazio. Ele está sempre em relação com outros enunciados que o precederam e que antecipam uma provável resposta. Em outras palavras:

Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. [...] A compreensão é uma forma de diálogo. (BAKHTIN, 1992, p. 131)

Isso quer dizer que os enunciados são dialógicos, conceito fundamental para Mikhail Bakhtin, e também heterogêneos. Nas palavras de FIORIN:

[O enunciado] é sempre heterogêneo, pois ele revela duas posições, a sua e aquela em oposição à qual ele se constrói. Ele exhibe seu direito e seu avesso. Por exemplo, quando se afirma “Negros e brancos têm a mesma capacidade intelectual”, esse enunciado só faz sentido porque ele se constitui em contraposição a um enunciado racista, que preconiza a superioridade intelectual do branco em relação a outras etnias. Essa declaração deixa ver seu direito, a afirmação intelectual da identidade de brancos e negros, e seu avesso, a superioridade intelectual dos brancos. Numa sociedade em que não houvesse racismo, não faria sentido, por ser absolutamente desnecessária, a asseveração de igualdade acima mencionada. (2006, p. 24)

Considerando, portanto, as premissas de Mikhail Bakhtin, quais seriam os avessos dos enunciados “Planalto e OAB cobram polícia de SP por travesti espancada” e “Transexual se alista no Exército e tem fotos e informações expostos”?

As respostas parecem tão óbvias quanto inverossímeis em nossa sociedade transfóbica: no primeiro enunciado, a de que não há travestis espancados; no segundo, que o Exército preserva a intimidade do transexual alistado. Vemos, assim, que o “direito” da linguagem revela aquilo que o “avesso” não nos faria crer. A *Folha de S. Paulo*, em ambos os casos, usou estratégias discursivas que nada mais são do que a expressão de um pensamento conservador e machista.

### **Repercussão dos casos: um exemplo de consumo**

Durante o ano de 2015, as reportagens abordadas nesta pesquisa foram alvo de diversas manifestações e repercussões de pessoas simpatizantes à comunidade LGBT nas mídias digitais. No caso da travesti Verônica Bolina, a repercussão na imprensa chegou a ser internacional, e houve a criação de uma página no *Facebook* em seu apoio. Já no caso da transexual Marianna Lively, a grande repercussão do caso se deu por meio do compartilhamento maciço do caso em sua página no *Facebook*, além da cobertura do ocorrido pela mídia nacional.

As mídias sociais têm sido um suporte muito importante para a manifestação da opinião pública. Tem-se, assim, que as pessoas transgêneras não estão desassociadas do chamado consumo de imagens. Ora associadas à marginalidade, ora ao silenciamento, será apenas por intermédio dessas mesmas imagens, mas transformadas, que sairão da invisibilidade e poderão empenhar-se na luta política, que também é constituinte das mídias:

Somente por seu intermédio é que a dimensão política das visibilidades pode ser articulada. Uma vez que a mídia representa na contemporaneidade uma ambiência central às visibilidades e visibilidades, o consumo vigente das formas ser e estar promovidas por elas se insere nesses processos comunicacionais. A mídia não pode ser tomada, então, como fechada ou impassível. Ao contrário, ela deve ser compreendida como um contínuo campo de disputas, pois os sujeitos não normativos ocupam espaços midiáticos diversos. (THEODORO, 2016, p.5).

No primeiro exemplo, temos o caso do jornal britânico *Daily Mail*, mostrando fotos de Verônica antes e depois de ser agredida, enfatizando que seu rosto fora “pulverizado” pelos policiais depois de ter sua roupa arrancada e seu cabelo raspado.



Imagem 1 – Print screen do jornal *Mailonline*, em 02.05.2016

Já o jornal britânico *Metro* utilizou as mesmas informações do *Daily Mail*, porém ilustrou a reportagem apenas com a foto em que Verônica aparece machucada e com o cabelo raspado após as agressões.

Ambas as reportagens utilizam a imagem do rosto “pulverizado”. Enquanto no *Mailonline*, a comparação entre as imagens do antes e depois das agressões reforça a intensidade da violência, no *Metro*, a omissão da primeira imagem e a supressão de parte do enunciado parecem atenuá-la.

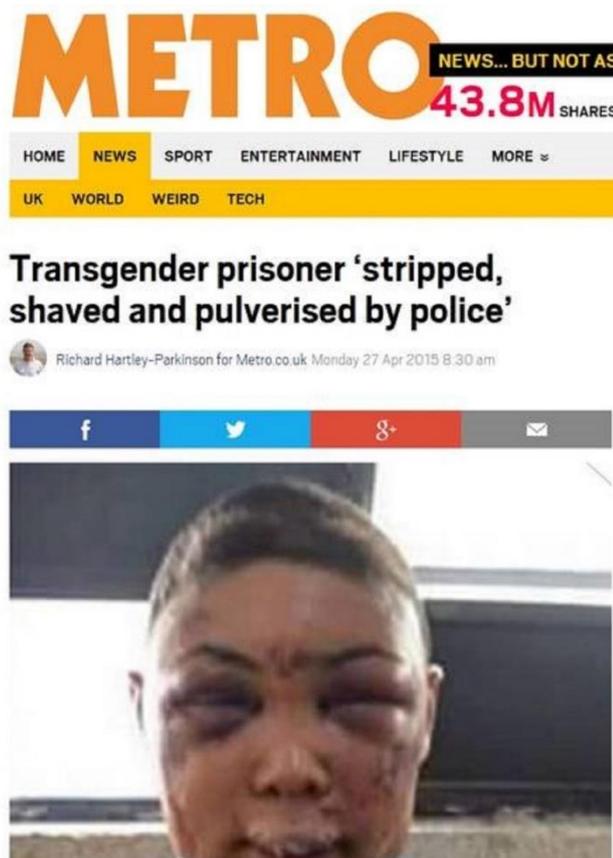


Imagem 2 – Print screen do jornal Metro, em 02.05.2016

Tais imagens, reproduzidas primeiramente na mídia nacional, também inspiraram imediatamente a criação de grupos de apoio à causa. No mesmo ano de 2015, em 15 de abril, ativistas, simpatizantes e público em geral criaram uma página no *Facebook* anunciando a campanha “*Somos Todas Verônica*”. A página trazia, em um primeiro momento, mensagens de apoio à Verônica Bolina e críticas ao tratamento dispensado a ela pelo Sistema Penitenciário e pelas Polícias Civil e Militar do estado de São Paulo. Hoje, a mesma tem como definição “Por Verônica e pelas solidariedades trans”, trazendo principalmente mensagens de protesto, abordando a questão da garantia de direitos protetivos à comunidade LGBT e colocando em debate o tema da violência policial. A foto do perfil da página é a mesma da utilizada na campanha “*Somos Todas Verônica*” e representa as “duas faces” de Verônica: antes e depois de sofrer as agressões pelos policiais. O número de curtidas da página (mais de dezoito mil, no momento da captura da imagem) corrobora a grande mobilização social em virtude da violência sofrida pela travesti.



Imagem 3 – Imagem que encabeçou a campanha “#somostodasVerônica”



Imagem 4 - Página “Somos Todas Verônica” no Facebook

O caso da transexual Marianna Lively não chegou a ser abordado na imprensa internacional, mas foi notícia nos principais veículos de comunicação brasileiros e tomou grandes proporções a partir do compartilhamento de uma postagem da própria Marianna em sua página pessoal do *Facebook*.

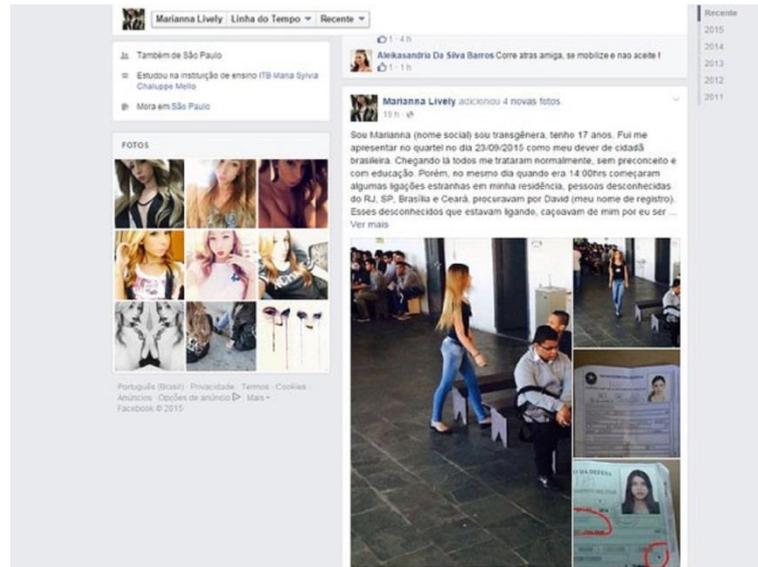


Imagem 5 – Página da transexual Marianna Lively no *Facebook*

A grande repercussão acerca dessas notícias mostra que, independentemente de serem ou não solidários à causa LGBT, seus seguidores consideraram a notícia relevante. A mobilidade social causada pelos acontecimentos também torna-se nítida quando, nas duas reportagens, são citadas a discriminação sofrida pelas transgêneros e a não obediência a certas leis. No caso da travesti Verônica Bolina é mencionado o descumprimento à Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Presidência da República, que estabelece parâmetros para o acolhimento da comunidade LGBT em privação de liberdade no Brasil. Já no caso da transexual Marianna Lively, deveria ser aplicada a Lei Estadual nº 10.948, de 05 de novembro de 2001, que tipifica os crimes contra homossexuais, bissexuais e transgêneros no Estado de São Paulo. Ou seja, a discriminação sofrida pelas vítimas, associada à violação de leis já existentes, sem a efetiva punição dos envolvidos causou comoção e revolta em grande parte da sociedade, que viu na busca pelas notícias um meio para poderem posicionar-se e refletir sobre essas questões.

Pode-se dizer que o consumo das imagens nas notícias ocorreu, portanto, de forma dinâmica e não só por meio de redes sociais, mas também através de matérias em jornais internacionais, já mencionados. A interação trazida pela divulgação da notícia e a consequente criação de uma página no *Facebook* com grande quantidade de “curtidas” conota, também, que as redes sociais têm sido influência direta no processo decisório do consumo de notícias pela sociedade. Podemos afirmar que as mídias servem como base

para um mundo permeado por imagens. Concordamos, portanto, com as afirmações de Theodoro:

Em síntese, as produções e os consumos das visibilidades das pessoas transgêneras colaboram ao estabelecimento e à ratificação de lutas por reconhecimento, de seus interesses, valores e demandas, muito embora haja assimetrias nesse processo. (2016, p.5).

## **Considerações Finais**

Este trabalho buscou analisar os enunciados *“Planalto e OAB cobram polícia de SP por travesti espancada”* e *“Transexual se alista no Exército e tem fotos e informações expostos”*, ambos veiculados no ano de 2015 na *Folha de S. Paulo*, de forma a refletir sobre os mecanismos discursivos que, acionados pelos seus autores, estimularam os leitores ao consumo de ideias e de imagens preconcebidas e estigmatizadas.

Um ponto importante e que se fez necessário ressaltar no âmbito desta análise foi a reflexão sobre as travestis e transexuais como experiências de gênero e como forma de representações femininas. Em uma primeira investigação (a do dicionário) pudemos concluir, segundo MICHAELIS (1998), que enquanto a palavra “transexual” admite tanto os gêneros masculino e feminino, segundo a norma culta, a palavra “travesti” admite apenas o gênero masculino. A constatação de que a definição do dicionário, pelo menos no que concerne ao verbete “travesti”, estava em descompasso com a realidade se deu quando, no título de uma das reportagens, tivemos a feminilização desta palavra.

Este trabalho também pretendeu demonstrar, considerando a teoria *queer* de Butler (2008), que os transgêneros possuem ambiguidades que servem como marcadores essenciais de sua existência, como a construção de uma identidade que tem como base o “ser mulher” (identidade trans) e colocando em questão o modo binário (homens e mulheres biológicos) com que frequentemente as identidades sexuais e de gênero são tematizadas. Certamente, as vivências de uma mulher cisgênero e de uma mulher trans têm diferenças. Enquanto a cisgênero já exerce sua feminilidade de forma biológica, a mulher trans busca sua identidade por meio de suas vivências. Ou seja, a transgeneridade enuncia o que podemos conceituar como “a reivindicação de uma feminilidade”.

Temos também que todo enunciado é dialógico e heterogêneo, pois revela duas posições: seu direito e seu avesso. Ao analisar detidamente o título das reportagens, verificou-se no “direito” dos enunciados que uma travesti jamais deveria sofrer agressões

(ser espancada) e que uma transexual jamais deveria ter seus dados e informações expostos ao se alistar no Exército. Já ao buscar o “avesso”, tivemos a ideia de que, no primeiro enunciado, não haveria travestis espancados, e no segundo, de que o Exército preservaria a intimidade do transexual alistado.

Com isso, pudemos verificar nas reportagens um enunciado transfóbico, pois em uma sociedade em que não houvesse preconceito contra os transgêneros, não faria sentido ressaltar os problemas mencionados nos títulos das reportagens (“espancada” e “dados e informações expostos”). Ainda, evidenciou-se que a *Folha de S. Paulo* usou, nas reportagens, estratégias discursivas que suscitaram a expressão de um pensamento conservador e machista.

A grande repercussão dessas notícias evidenciou sua importância. Podemos afirmar que “o consumo, enquanto atividade individual e coletiva, privada e pública, atua na produção de significados. A interação viva e a consequente mobilização social denotam a grande influência que as redes sociais têm no processo opinativo das pessoas.

As conclusões deste artigo propõem a necessidade de maiores discussões acerca do papel da imprensa no Brasil ao abordar questões envolvendo a transgeneridade, visto que ela ainda está imbuída de preconceito. Extingui-lo significa desconstruir a ideia de gênero como algo estritamente ligado ao sexo biológico. Portanto, se faz necessário, urgente e imprescindível que os profissionais de mídia compreendam e estudem a fundo as questões de gênero quando se põem a escrever sobre elas.

## **Referências**

AMÂNCIO, T. Transexual se alista no exército e tem fotos e informações pessoais expostos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 set. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/09/1687988-transexual-se-alista-no-exercito-e-tem-fotos-e-dados-pessoais-expostos.shtml>. Acesso em: 08 set. 2016.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BERGAMO, M. Planalto e OAB cobram polícia de SP por travesti espancada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 abr. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1617682-planalto-e-oab-cobram-policia-de-sp-por-travesti-espancada.shtml>. Acesso em: 08 set. 2016.

BRASIL. *Portaria nº 234, de 15 de dezembro de 2016*: alteração de denominação de áreas de avaliação na CAPES. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Ano CLIII, nº 242, p. 24, Seção I. 19 dez. 2016.

BRASIL. *Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014*: estabelece parâmetros para o acolhimento da comunidade LGBT em privação de liberdade no Brasil. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Ano CLI, nº 248, p. 1, Seção I. 17 abr. 2014.

BRITO, D. Número de homicídios de pessoas LGBT pode ser recorde em 2016. Agência Brasil, Brasília, 29 dez. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/numero-de-homicidios-de-pessoas-lgbt-pode-ser-recorde-em-2016>. Acesso em: 29 mar. 2017.

BUTLER, J. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAZARRÉ, M. Com 600 mortes em seis anos, Brasil é o que mais mata travestis e transexuais. *Agência Brasil*, Brasília, 13 nov. 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e>. Acesso em: 29 mar. 2017.

COGO, D. *Mídias, identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais*. 2004. Disponível em: [http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/83492578425626428976337410\\_533037421904.pdf](http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/83492578425626428976337410_533037421904.pdf). Acesso em: 20 mai. 2017.

FIORIN, J. L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.

MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

NASCIMENTO, F.; FOGLIARO, D. LGBT, LGBTI, LGBTQ OU O QUÊ? *Gemis; Gênero, mídia e sexualidade*. Disponível em <http://ggemis.blogspot.com.br/2014/08/lgbt-lgbti-lgbtq-ou-o-que.html>. Acesso em: 04 jun. 2017.

SÃO PAULO (Estado). *Lei Estadual nº 10.948, de 05 de novembro de 2001*: tipifica os crimes contra homossexuais, bissexuais e transgêneros no Estado de São Paulo. Diário Oficial do Estado. São Paulo, v. 111, nº 209, p. 2, Seção I. 6 nov. 2001.

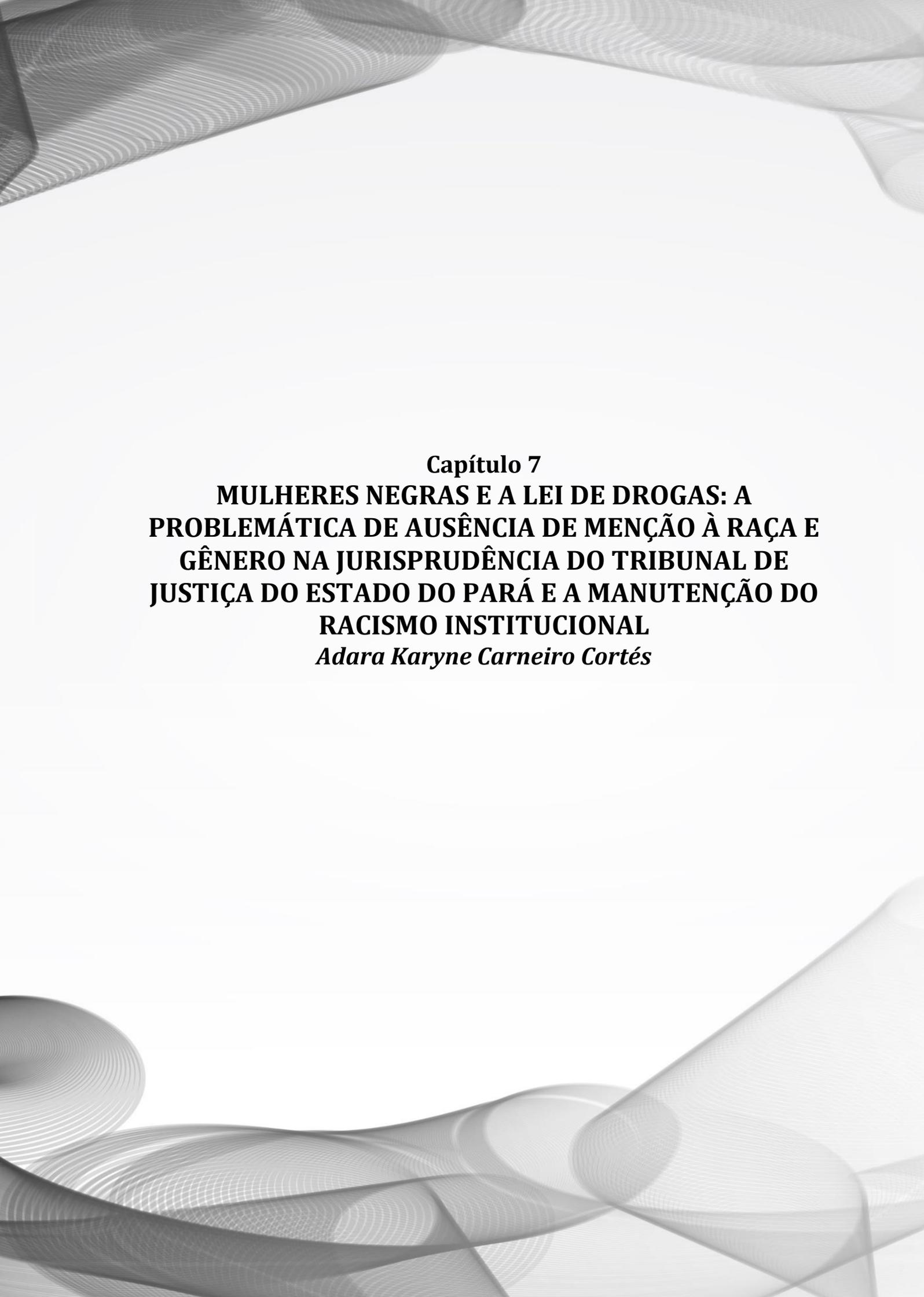
SPINK, M. J. O poder das imagens na naturalização das desigualdades: os crimes no cotidiano da mídia jornalística. In: SPINK, M. J. e SPINK, P. (Org.). *Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade: uma semana de notícias nos jornais*. São Paulo: Editora Cortez, 2006, p. 17-41.

THEODORO, H. G. S. Visibilidades midiáticas e transgeneridade: apontamentos sobre um estudo de caso com Laerte Coutinho. *Revista Dito Efeito*, Curitiba, v. 7, n. 11, p. 30 - 42, jul./dez. 2016.

THEODORO, H. G. S. *Transgeneridade, mídia e consumo um estudo de caso das visibilidades midiáticas de Laerte Coutinho*. 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo, Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo. 2016.

THURER, S. L. *The End of Gender: A psychological autopsy*. New York: Routledge, 2005.

VIEIRA, H. O que é a Teoria Queer, de Judith Butler? *Associação da Parada do Orgulho LGBT*, São Paulo, 07 jun. 2017. Disponível em: <http://paradasp.org.br/o-que-e-a-teoria-queer-de-judith-butler/>. Acesso em: 20 jul. 2017.



**Capítulo 7**  
**MULHERES NEGRAS E A LEI DE DROGAS: A**  
**PROBLEMÁTICA DE AUSÊNCIA DE MENÇÃO À RAÇA E**  
**GÊNERO NA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE**  
**JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ E A MANUTENÇÃO DO**  
**RACISMO INSTITUCIONAL**  
*Adara Karyne Carneiro Cortés*

# **MULHERES NEGRAS E A LEI DE DROGAS: A PROBLEMÁTICA DE AUSÊNCIA DE MENÇÃO À RAÇA E GÊNERO NA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ E A MANUTENÇÃO DO RACISMO INSTITUCIONAL**

*Adara Karyne Carneiro Cortés*

*Bacharel em Direito pelo Instituto de Ciências Jurídicas – ICJ da Universidade da Amazônia (UNAMA). Pós-graduanda em Direito Penal e Criminologia pela Faculdade CERS.*

*Belém/PA - Brasil. Advogada. Email: adara.cortes.ac@gmail.com*

## **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo analisar na jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a problemática da ausência de menção à raça e gênero sobre as mulheres negras e os crimes da Lei de Drogas, e como esse é um fator contributivo para a manutenção do racismo institucional. Para tanto, frente aos impasses em realizar a busca jurisprudencial que contenham menção a raça e gênero, foi utilizado as palavras “quantidade de entorpecentes” e “mulher”, para a análise de quatro acórdãos sobre o tema, e juntamente com o uso do perfil de advogado no sistema de processo judicial eletrônico do órgão, foi possível verificar o perfil da mulher acusada do crime de tráfico de drogas, assim como mediante o acesso ao site institucional do Tribunal, observou-se o perfil dos julgadores. Nesse sentido, foi utilizada a pesquisa jurisprudencial, documental e bibliográfica, bem como o uso de abordagem quanti-qualitativa, com uso de dados estatísticos sobre o perfil das mulheres encarceradas. Desta feita, a conclusão a que se chega é que a inexistência de referência à raça e gênero nas decisões se vale para ocultar a presença do racismo institucional nos órgãos do Poder Judiciário, uma vez que fundamentam a condenação na quantidade de drogas apreendidas e as condições em que foi feita a apreensão. Assim, ao desconsiderarem citar a raça e gênero, o Tribunal reafirma o sistema criminal como remodelação do sistema escravagista, e seleciona o perfil das mulheres encarceradas.

**Palavras-chave:** Mulheres Negras. Raça. Gênero. Lei de Drogas. Racismo Institucional.

## **ABSTRACT**

The aim of this paper is to analyze the mention's lack of race and gender in the case law of the Court of Justice of the State of Pará about black women and the Drug Law crimes, and how this is a contributing factor to the maintenance of institutional racism. For this purpose, in view of the impasses in carrying out a jurisprudential search that mentions race and gender, the words "quantity of narcotics" and "woman" were used to analyze four judgments on the subject, and in conjunction with the use of the lawyer's profile in the agency's electronic judicial process system, it was possible to verify the profile of the woman accused of the crime of drug trafficking, as well as through access to the Court's institutional website, the profile of the judges was observed. In this sense, we used jurisprudential, documentary and bibliographical research, as well as a quantitative and qualitative approach, using statistical data on the profile of incarcerated women. The conclusion reached is that the lack of reference to race and gender in the decisions is used to hide the presence of institutional racism in the organs of the Judiciary, since they base the conviction on the quantity of drugs seized and the conditions in which they were seized. Thus, by disregarding the mention of race and gender, the Court reaffirms the criminal system as a remodeling of the slave system, and selects the profile of incarcerated women.

**Keywords:** Black Women. Race. Gender. Drug Law. Institutional Racism.

## **INTRODUÇÃO**

Historicamente, as mulheres negras foram postas a ocupar lugares subalternos, tendo sido resultado da submissão de um contexto racista e sexista. A invisibilidade da mulher negra perante as agências de controle social formal e informal caracteriza a presença da remodelação da colonialidade. Temos então que, por meio dos processos de criminalização, o sistema de justiça racializado é efetivado e perpetrado nos órgãos do Poder Judiciário.

O presente trabalho trata sobre problemática da ausência de menção à raça e gênero na jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) e de que forma tem-se a presença do racismo institucional, envolvendo as mulheres negras e a Lei de Drogas realizando a análise por meio de uso de dados estatísticos sobre o perfil das mulheres encarceradas e apresentação de ementas das jurisprudências dos casos, em que frente aos impasses em realizar a busca jurisprudencial que contenham menção a raça e gênero, foi utilizado as palavras “quantidade de entorpecentes” e “mulher”, para a análise,

bem como o uso do perfil de advogado no sistema de processo judicial eletrônico do órgão e sítio oficial do tribunal, para fins de análise do perfil das réis e dos julgadores.

Para tanto, buscou-se responder ao seguinte problema de pesquisa: “A ausência de palavras que mencionem a raça e o gênero referente aos crimes da Lei de Drogas na jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará contribui para a manutenção do racismo institucional?”.

Desta feita, a metodologia utilizada foi a pesquisa jurisprudencial, documental e bibliográfica, bem como o uso de abordagem quanti-qualitativa, com uso de dados estatísticos sobre o perfil das mulheres encarceradas, por entender como sendo os mais adequados para a pesquisa.

### **A AUSÊNCIA DE MENÇÃO À RAÇA E GÊNERO NA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMO FORMA DE MANUTENÇÃO DO RACISMO INSTITUCIONAL NOS CRIMES DA LEI DE DROGAS**

Para Nascimento (2016), a “democracia racial” é a representação perfeita para definir o racismo estilo brasileiro, ou seja, não é tão evidente como o racismo presente nos Estados Unidos e tampouco legalizado como o *apartheid* da África do Sul, mas sim institucionalizado eficazmente nas esferas de governo, bem como encontra-se difundido no âmbito social (NASCIMENTO, 2016, p. 111).

O fato de o poder punitivo estatal estar concentrado nas agências formais de controle social, cujo herdaram a ideologia de perpetuação do racismo institucional, resulta em práticas arbitrárias contra a população negra, seja com a elaboração de legislações ou com a sua aplicação, que já possuem o perfil de quem será penalizado.

Assim é o racismo institucional, caracterizado pela ação ou omissão de instituições, cometido por agentes policiais e pelo judiciário, por exemplo (LIMA, 2019, p. 25). Em resumo, pode-se dizer que é o racismo estrutural disseminado nas instituições, que são seletivas. Para uma melhor compreensão, “a existência de racismo institucional não significa que todo indivíduo, de forma consciente, oprime um determinado grupo, mas sim que as práticas discriminatórias são mantidas pela estrutura do poder existente (TURE; HAMILTON, 1992, *apud* LIMA, 2019, p.27).

É no momento da aplicação da Lei de Drogas que a inferioridade de mulheres negras se torna perceptível, quando a fundamentação de magistrados é no sentido de

condená-las em razão da expressiva quantidade de drogas, comportamento do agente em possuir personalidade voltada para o crime, pelas declarações colhidas em juízo dos policiais que efetuaram a prisão em flagrante, ou pela prática recorrente de atividades criminosas. Contudo, todas essas alegações possuem o pano de fundo racista.

O racismo institucional demonstra a presença da “colonialidade da justiça” (RITA SEGATO, 2007 citado por ALVES, 2017, p. 110) quando em sua maioria juízes brancos julgam réus negros, conforme os dados do Censo dos Magistrados, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, em 2018, em que o perfil étnico-racial dos juízes são: 80,3% brancos; 18,1% negros (sendo 16,5% pardos e 1,6% pretos); 1,6% de origem asiática (amarelo) e somente 11 indígenas.

De acordo com o levantamento de dados do Sistema Nacional de Informações Penais (SISDEPEN, 2023), no período de julho a dezembro de 2023, o total da população prisional foi de 642.491, sendo a população feminina negra (pretas e pardas) o número de 16.359, frente ao total de 26.876; e o número de 13.054 referente a população feminina encarcerada pelo crime da Lei de Drogas (tráfico de drogas e associação para o tráfico) face a um total de 180.400 da população masculina encarcerados pelo mesmo delito, o que nos leva a concluir que, em que pese a população feminina ser expressivamente menor do que a masculina encarcerada por crimes da Lei de Drogas, e seja cometido sem violência, são condenadas como traficantes, quando na verdade ocupam posição de vulnerabilidade e submissão.

Para tanto, parte-se para a análise da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), tendo como Ré mulheres negras condenadas por crime de tráfico de drogas, previsto no artigo 33, da Lei 11.343/06. Menciona-se que o estudo foi realizado utilizando o perfil do advogado para acesso aos dados públicos do sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJE) referente aos processos, bem como a jurisprudência foi retirada do banco de jurisprudências do referido Tribunal.

Nesse primeiro caso, a Ré foi condenada ao crime do artigo 33, da Lei 11.343/06, pela expressiva quantidade de droga apreendida, ainda que não tenha restado a comprovação do seu envolvimento com organização criminosa e prática de atividades criminosas recorrentes, de acordo com a ementa abaixo (TJPA, 2023):

APELAÇÃO PENAL – ART. 33, *CAPUT*, DA LEI 11.343/06 – TRÁFICO DE DROGAS – SENTENÇA CONDENATÓRIA - ABSOLVIÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS DA MATERIALIDADE – IMPROCEDÊNCIA – JUNTADA TARDIA DO LAUDO TOXICOLÓGICO DEFINITIVO E COMPROVAÇÃO DA

MATERIALIDADE POR OUTROS MEIOS DE PROVA - APLICAÇÃO DA CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO §4º, DO ART. 33, DA LEI Nº 11.343/06, NO PATAMAR MÁXIMO LEGAL DE 2/3 (DOIS TERÇOS) – IMPOSSIBILIDADE – EXPRESSIVA QUANTIDADE DE ENTORPECENTES – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – DECISÃO UNÂNIME. 1. Materialidade do fato e autoria delitiva comprovadas nos autos mormente pelo auto/termo de exibição e apreensão de objeto, laudo toxicológico definitivo, juntado posteriormente, atestando que os 02 (dois) embrulhos plásticos encontrados em poder da ré, pesando no total 1.984,7g (mil novecentos e oitenta e quatro gramas, e setecentos miligramas), continham maconha, e prova oral colhida em juízo. Ressalte-se que, ainda que o documento pericial não houvesse sido juntado aos autos, é cediço que a materialidade pode ser comprovada por outros meios de prova, como se deu *in casu*, através dos depoimentos judiciais dos policiais civis que atuaram na diligência que resultou na prisão em flagrante da apelante e da própria confissão desta. Inteligência da Súmula 32, deste TJE/PA. 2. Inviável a aplicação da minorante do tráfico privilegiado na fração máxima, haja vista que, em que pese não tenha ficado comprovado nos autos a dedicação do recorrente a atividades criminosas e nem o seu envolvimento com organização criminosa, a quantidade da droga apreendida (quase dois quilos de maconha) configura maior envolvimento dela com o tráfico e denota uma maior gravidade do delito, razão pela qual se mostra justa a manutenção da aplicação da fração de 1/3 (um terço). Precedente do STF. 3. À unanimidade, recurso conhecido e improvido. (TJPA – APELAÇÃO CRIMINAL – Nº 0008677-52.2019.8.14.0013 – Relator(a): VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA – 2ª Turma de Direito Penal – Julgado em 04/12/2023).

**Figura 1 - Imagem do interrogatório da acusada, 2021**



**Fonte: Portal PJE**

Nesse segundo caso, a acusada incorreu no crime do artigo 33, da Lei 11.343/06, sob a alegação de que as declarações dos policiais responsáveis pela prisão em flagrante foram, indubitavelmente, no sentido de que a Ré possuía conduta voltada para o comércio de entorpecentes. Observa-se que a fundamentação do julgador foi tão somente nas declarações da polícia, aduzindo que os testemunhos dos policiais têm credibilidade relevante e ausência de qualquer dúvida, conforme a ementa a seguir (TJPA, 2022):

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 33, *CAPUT*, DA LEI Nº 11.343/2006. ALMEJADA ABSOLVIÇÃO. FRAGILIDADE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPROVIMENTO. DEPOIMENTOS TESTEMUNHAIS DE POLICIAIS. CREDIBILIDADE. DETRAÇÃO, COM CONSEQUENTE MODIFICAÇÃO DE REGIME E SUBSTITUIÇÃO POR PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Descabe falar em absolvição, pois o conjunto probatório contido nos autos apresenta-se suficiente para imputar à apelante a autoria do crime em tela, eis que as declarações dos policiais que efetuaram a prisão em flagrante, colhidas em Juízo, retratam, sem nenhuma dúvida, a sua conduta, caracterizada pelo comércio de entorpecentes. Em se tratando de policiais que agem em defesa da coletividade, os seus testemunhos são relevantes e de indubitável credibilidade. 2. Não há como se proceder à almejada detração da pena, visto que a competência para apreciação desse instituto é exclusivamente do Juízo da Execução, consoante o art. 66, inciso III, alínea c da Lei de Execuções Penais. 3. Mantido o *quantum* da pena da apelante, não há que se falar, por ora, em modificação de regime de cumprimento ou de substituição por penas restritivas de direitos. 4. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO à unanimidade, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. (TJPA – APELAÇÃO CRIMINAL – Nº 0003811-98.2019.8.14.0401 – Relator(a): VANIA LUCIA CARVALHO DA SILVEIRA – 1ª Turma de Direito Penal – Julgado em 26/09/2022)

**Figura 2 - Imagem da Audiência de Instrução e Julgamento, 2021**



**Fonte: Portal PJE**

No terceiro caso, a Ré foi acusada de incorrer no crime de tráfico de drogas, previsto no artigo 33, da Lei de Drogas, combinado com o crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido, disposto no artigo 12, da Lei nº 10.826/2006. Verifica-se que o fundamento do julgador foi no sentido da inaplicabilidade do princípio da insignificância, em que pese a quantidade de droga apreendida ter sido pequena. Foi indeferido também a alegação da defesa pelo reconhecimento de tráfico privilegiado, sob

o fundamento de dedicação à atividade criminosa, conforme disposto na ementa (TJPA, 2023):

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ART. 33 DA LEI Nº 11.343/2006. POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. ART. 12 DA LEI Nº 10.826/2003. SENTENÇA CONDENATÓRIA. ABSOLVIÇÃO. ATIPICIDADE DA CONDUTA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEQUENA QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA, SENDO A MACONHA, A QUE POSSUI UM TENDÊNCIA MUNDIAL DE ATIPICIDADE. IMPOSSIBILIDADE. NÃO SE APLICA TAL PRINCÍPIO EM CRIMES DE TRÁFICO, POIS SÃO CRIMES DE PERIGO ABSTRATO OU PRESUMIDO, SENDO IRRELEVANTE A QUANTIDADE DE DROGA. RECONHECIMENTO DA CONFISSÃO COMO CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE E APLICAÇÃO DA CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO ART. 33, §4º, DA LEI Nº 11.343/2006. A CONFISSÃO FOI QUALIFICADA E POR ISSO NÃO FOI LEVADA EM CONSIDERAÇÃO PELO JUÍZO *A QUO*. TRÁFICO PRIVILEGIADO. INVIABILIDADE. RÉ QUE SE DEDICA À ATIVIDADE CRIMINOSA. PROVA SEGURA. CIRCUNSTÂNCIA DA PRISÃO EM FLAGRANTE, INVESTIGAÇÃO ANTERIOR SOBRE A VENDA DE DROGAS, QUANTIDADE EXPRESSIVA DE DROGA APREENDIDA, NATUREZA E DIVERSIDADE DE DROGAS, O QUE NOS LEVA A CONCLUIR QUE A APELANTE SE DEDICA ÀS ATIVIDADES CRIMINOSAS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Observa-se que a recorrente foi presa em flagrante, tendo sido apreendida com a acusada, não a quantidade mencionada pela defesa, mas sim 32 (trinta e dois) papérolas de maconha, totalizando 87,3g, mais 01 (um) ramo e 12 (doze) comprimidos de “ecstasy”. É inaplicável o princípio da insignificância ao crime do artigo 33 da Lei de Drogas, mesmo sendo ínfima a quantidade de entorpecente apreendida, pois além do referido crime ser de perigo abstrato ou presumido, e ter como vítima a saúde pública, a aplicação do aludido princípio importaria em desprestígio da função preventiva da pena e estimularia a reiteração de pequenos delitos. Logo, não há que se falar em aplicação do princípio da insignificância e, por conseguinte, em absolvição por atipicidade da conduta. 2. Resta inviável a aplicação do redutor previsto no §4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006, ante as peculiaridades do caso, tendo em vista que a apelante se dedica à atividade criminosa. A quantidade, a natureza e a diversidade da droga apreendida com a acusada exprimem o fato de que a ré se dedica sim a essa atividade criminosa, fato que o próprio artigo supracitado tem como impedimento para sua aplicação. Dessa forma, vê-se que agiu com boa técnica o juízo *a quo*, pois, verificou que a apelante não faz jus a aplicação da causa de diminuição de pena, havendo provas nos autos de que ela se dedica a atividade criminosa. O Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento que a quantidade, a nocividade e a variedade dos entorpecentes apreendidos são fundamentos idôneos a ensejar a escolha da fração redutora, quando for o caso de aplicação da causa de diminuição prevista no art. 33, §4º, da Lei de Drogas. *In casu*, observa-se da leitura da sentença, que o magistrado não aplicou a benesse, diante das circunstâncias do caso concreto, onde se evidencia a dedicação da ré às atividades criminosas, fato que obsta o reconhecimento do tráfico privilegiado. 3. Recurso conhecido e improvido, à unanimidade. (TJPA – APELAÇÃO CRIMINAL – Nº 0007131-48.2018.8.14.0125 – Relator(a): VANIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA – 1ª Turma de Direito Penal – Julgado em 05/06/2023).



Fonte: Portal PJE

No quarto caso, os Réus foram acusados de incorrer no crime de tráfico de drogas e associação para o tráfico, tendo o recurso sido improvido, sob o fundamento de que a materialidade do crime estava comprovada pelo laudo toxicológico definitivo confirmou o material apreendido, e juntamente com os depoimentos em juízo dos policiais militares que efetuaram a prisão em flagrante. A acusada teve negado o pedido de desclassificação para o crime de usuário, conforme artigo 28, da Lei de Drogas, em razão da quantidade e atividade direcionada para o comércio. Segue a ementa abaixo (TJPA, 2021):

APELAÇÃO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. APELANTES MARIA RAIMUNDA MAGNO DA SILVA E DIEGO MAIA DE OLIVEIRA. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO QUANTO AO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. IMPROVIDO. Presença de Laudo Toxicológico definitivo confirmando de tratar o material apreendido, que somado aos depoimentos judiciais dos policiais militares que efetuaram a prisão em flagrante, confirmam autoria de materialidade delitiva. Por se tratar de crime de ação múltipla, o fato de guardar substância entorpecente, sem autorização por si só configura o crime em questão. Condenação mantida. APELANTE MARIA RAIMUNDA MAGNO DA SILVA. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME DO ART. 28 DO CÓDIGO PENAL. Incabível alegação de que a apelante era somente usuário, eis que contrária às provas dos autos. A tese de desclassificação para consumo não resta configurada, pois a quantidade da droga e a forma como estava acondicionada, prontas e embaladas para a venda, conduzem a conclusão de que esta não seria destinada ao consumo e sim a comercialização. Condenação mantida. APELANTE MARIA RAIMUNDA MAGNO DA SILVA E DIEGO MAIA DE OLIVEIRA. CRIME DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA INCABÍVEL. Ao contrário do alegado, resta provado que o vínculo associativo mantido entre os apelantes demonstrando que efetivamente estão envolvidos na traficância criminoso, como marido e mulher, residindo sob o mesmo teto, praticavam de forma contínua e estável a comercialização de substância entorpecente como meio de prover seu sustento. Havendo demonstração do prévio acordo de vontades, com vínculo de permanência, dirigido à finalidade de traficar substância entorpecente,

resta configurado de forma concreta, o "animus" associativo Condenação mantida. REVISÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELANTE DIEGO MAIA DE OLIVEIRA. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DO CRIME DE TRÁFICO NA MODALIDADE PRIVILEGIADA. NÃO CONFIGURADO. Apelante possui registro de antecedentes criminais e se dedica a atividades criminosas, não fazendo *jus* ao benefício da diminuição da pena do artigo 33, §4º da Lei de drogas. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. (TJPA – APELAÇÃO CRIMINAL – Nº 0004070-77.2019.8.14.0083 – Relator(a): MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO – 1ª Turma de Direito Penal – Julgado em 07/12/2021).

**Figura 4 - Imagem do interrogatório da acusada, 2021**



**Fonte: Portal PJE**

A seguir, mostra-se o perfil das julgadoras dos casos apresentados, retirado do sítio oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Pará:

**Figura 5- Imagem das Desembargadoras julgadoras dos processos objeto de análise, 2024**



**Fonte: site oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Pará**

À vista disso, é possível concluir que, conforme os casos apresentados envolvendo acusações na Lei de Drogas, tem-se que as acusadas são mulheres, negras e pertencente à classe social baixa, e que foram condenadas por crime de tráfico de drogas sob a fundamentação de que quantidade expressiva apreendida, depoimento em juízo dos policiais sobre a materialidade da conduta, atividade recorrente voltada para o crime e comércio de entorpecentes.

Contudo, impende mencionar que as réis são mulheres negras, e as julgadoras do caso são desembargadoras, mulheres de cor branca, o que afirma que a ausência de menção à raça e gênero nas jurisprudências do Tribunal mencionado contribuem para a manutenção do racismo institucional.

Assim, a invisibilidade das mulheres negras perante o Poder Judiciário é uma situação recorrente, tendo em vista que ao omitir menções à raça e gênero em decisões judiciais, estamos diante da manutenção da hierarquização das raças e remodelação do modelo escravocrata, em que as mulheres negras são duplamente penalizadas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A seleção de quem deverá ser encarcerado com base em um sistema penal racista é o solo para a construção do perfil da mulher encarcerada, o qual, o resultado deste perfil são mulheres, negras e pertencentes às classes sociais baixas, reafirmando a hipervulnerabilidade a que estão inseridas.

Desse modo, nesse debate vimos que as mulheres negras são penalizadas duramente, e a partir da análise feita dos quatro acórdãos do Tribunal de Justiça do Estado do Pará expostos nesse trabalho, os quais envolvem mulheres negras, crimes da Lei de Drogas e o perfil das julgadoras, que são mulheres brancas, é possível concluir que a inexistência de referência à raça e gênero nas decisões judiciais contribui para ocultar a presença do racismo institucional nos órgãos do Poder Judiciário, uma vez que fundamentam a condenação na quantidade de drogas apreendidas, condições em que foi feita a apreensão, atividade recorrente para o crime, e declarações de policiais que efetuaram a prisão em flagrante. Assim, com a eliminação de citação de raça e gênero em suas decisões, o Tribunal reafirma o sistema criminal como remodelação do sistema escravagista e seleciona o perfil das mulheres encarceradas, porquanto em termos sucintos, precisa haver a quebra da estigmatização e o rompimento do racismo institucional perpetrado nas instituições jurídicas.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, Dina. (2017). **Réis negras, juízes brancos: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma**

**prisão paulistana.** Revista CS, 21, pp. 97-120. Cali, Colombia: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Universidad Icesi, 2017.

GALERIA DOS DESEMBARGADORES. **Tribunal de Justiça do Estado do Pará.** Disponível em: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Sobre-o-TJ/33-Galeria-dos-Desembargadores.xhtml>. Acesso em 21 jul. 2024.

LIMA, Emanuel Fonseca. Racismo no plural: um ensaio sobre o conceito de racismos. p. 13- 33. **Ensaio sobre racismo.** In: LIMA, Emanuel Fonseca; SANTOS, Fernanda Fernandes dos; NAKASHIMA, Henry Albert Yukio; TEDESCHI, Losandro Antonio. E-book.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** 3ª Ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

PARÁ. Tribunal de Justiça. Apelação Criminal nº 0008677-52.2019.8.14.0013. APELAÇÃO PENAL – ART. 33, *CAPUT*, DA LEI 11.343/06 [...] RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – DECISÃO UNÂNIME [...]. 2ª Turma de Direito Penal. Relator(a): VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA. Julgado em 04/12/2023. **Belém: Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 2023. Disponível em:** [https://jurisprudencia.tjpa.jus.br/?size=n\\_20\\_n&filters%5B0%5D%5Bfield%5D=origem&filters%5B0%5D%5Bvalues%5D%5B0%5D=Tribunal%20de%20Justi%C3%A7a%20do%20Estado%20do%20Par%C3%A1&filters%5B0%5D%5Btype%5D=any](https://jurisprudencia.tjpa.jus.br/?size=n_20_n&filters%5B0%5D%5Bfield%5D=origem&filters%5B0%5D%5Bvalues%5D%5B0%5D=Tribunal%20de%20Justi%C3%A7a%20do%20Estado%20do%20Par%C3%A1&filters%5B0%5D%5Btype%5D=any). Acesso em 20 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. Apelação Criminal nº 0003811-98.2019.8.14.0401. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 33, *CAPUT*, DA LEI Nº 11.343/2006 [...]. 1ª Turma de Direito Penal. Relator(a): VANIA LUCIA CARVALHO DA SILVEIRA. Julgado em 26/09/2022. **Belém: Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 2022. Disponível em:**

[https://jurisprudencia.tjpa.jus.br/?size=n\\_20\\_n&filters%5B0%5D%5Bfield%5D=origem&filters%5B0%5D%5Bvalues%5D%5B0%5D=Tribunal%20de%20Justi%C3%A7a%20do%20Estado%20do%20Par%C3%A1&filters%5B0%5D%5Btype%5D=any&filters%5B1%5D%5Bfield%5D=pessoas&filters%5B1%5D%5Bvalues%5D%5B0%5D=VANIA%20LUCIA%20CARVALHO%20DA%20SILVEIRA&filters%5B1%5D%5Btype%5D=any](https://jurisprudencia.tjpa.jus.br/?size=n_20_n&filters%5B0%5D%5Bfield%5D=origem&filters%5B0%5D%5Bvalues%5D%5B0%5D=Tribunal%20de%20Justi%C3%A7a%20do%20Estado%20do%20Par%C3%A1&filters%5B0%5D%5Btype%5D=any&filters%5B1%5D%5Bfield%5D=pessoas&filters%5B1%5D%5Bvalues%5D%5B0%5D=VANIA%20LUCIA%20CARVALHO%20DA%20SILVEIRA&filters%5B1%5D%5Btype%5D=any). Acesso em 20 de jul. de 2024.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. Apelação Criminal nº 0007131-48.2018.8.14.0125. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES [...]. 1ª Turma de Direito Penal. Relator(a): VANIA LUCIA CARVALHO DA SILVEIRA. Julgado em 05/06/2023. **Belém: Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 2023. Disponível em:** [https://jurisprudencia.tjpa.jus.br/?size=n\\_20\\_n&filters%5B0%5D%5Bfield%5D=numeroprocesso&filters%5B0%5D%5Bvalues%5D%5B0%5D=0007131-48.2018.8.14.0125&filters%5B0%5D%5Btype%5D=any](https://jurisprudencia.tjpa.jus.br/?size=n_20_n&filters%5B0%5D%5Bfield%5D=numeroprocesso&filters%5B0%5D%5Bvalues%5D%5B0%5D=0007131-48.2018.8.14.0125&filters%5B0%5D%5Btype%5D=any). Acesso em 20 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. Apelação Criminal nº 0004070-77.2019.8.14.0083. APELAÇÃO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. 1ª Turma de Direito Penal. Relator(a): MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. Julgado em 07/12/2021. **Belém: Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 2021.** Disponível em: [https://jurisprudencia.tjpa.jus.br/?size=n\\_20\\_n&filters%5B0%5D%5Bfield%5D=origem](https://jurisprudencia.tjpa.jus.br/?size=n_20_n&filters%5B0%5D%5Bfield%5D=origem)

m&filters%5B0%5D%5Bvalues%5D%5B0%5D=Tribunal%20de%20Justi%C3%A7a%20do%20Estado%20do%20Par%C3%A1&filters%5B0%5D%5Btype%5D=any&filters%5B1%5D%5Bfield%5D=pessoas&filters%5B1%5D%5Bvalues%5D%5B0%5D=MARIA%20EDWIGES%20DE%20MIRANDA%20LOBATO&filters%5B1%5D%5Btype%5D=any. Acesso em 20 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Processo Judicial Eletrônico. Processo nº 0008677-52.2019.8.14.0013.** Disponível em: <https://pje.tjpa.jus.br/pje-2g/Processo/ConsultaProcesso/Detalhe/listProcessoCompletoAdvogado.seam?id=213166&ca=4670327b1d5a418bbe2801073e4bc971d159702d061453c455d90d9d7ad50266158e122eacfe9b2aed0806f814784992&aba=>. Acesso em 15 jul. 2024.

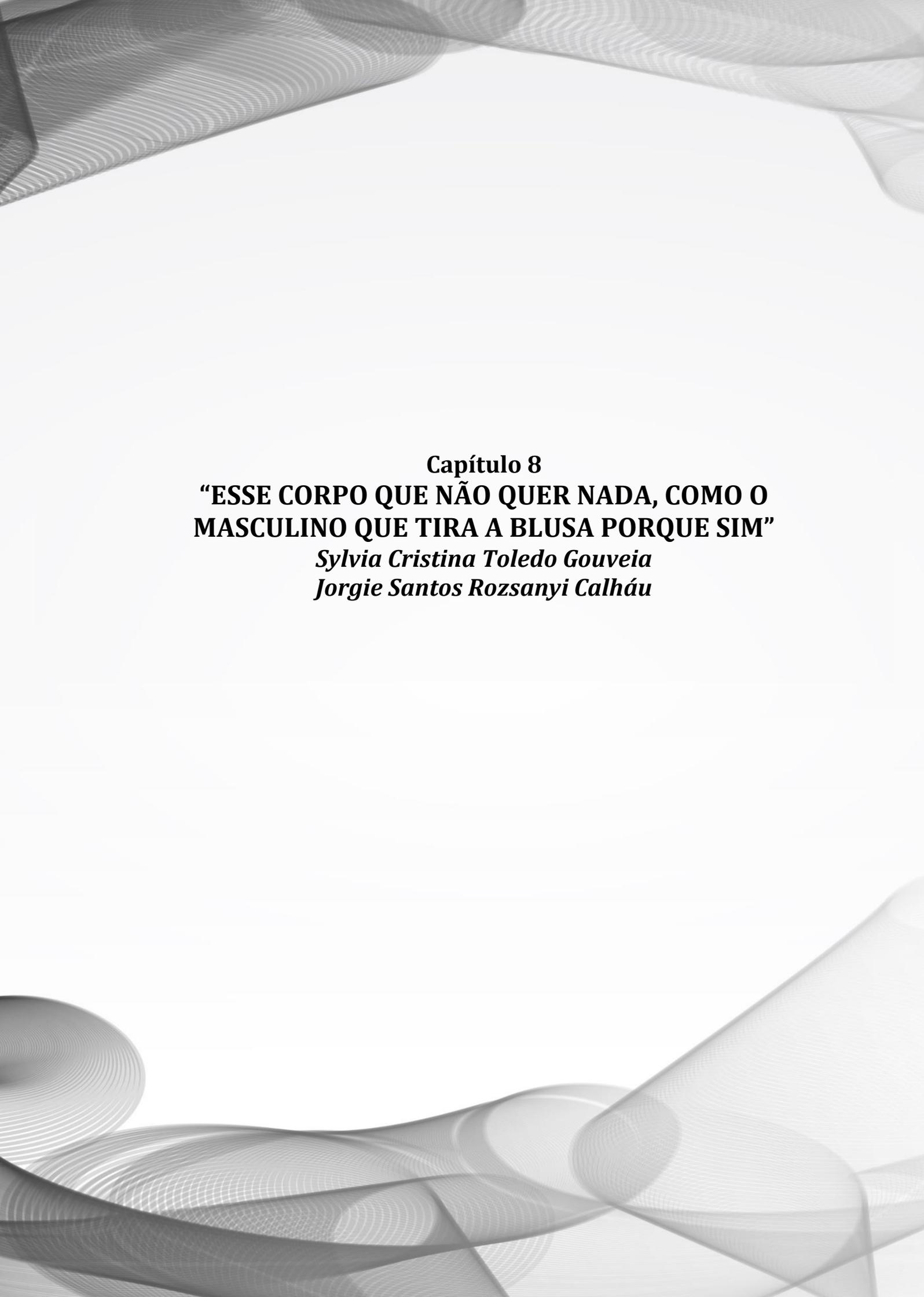
\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Processo Judicial Eletrônico. Processo nº 0003811-98.2019.8.14.0401.** Disponível em: <https://pje.tjpa.jus.br/pje/Processo/ConsultaProcesso/Detalhe/listProcessoCompletoAdvogado.seam?id=1776610&ca=8ea0f1d8156a6309a51edecc94538c7de7bede79105d826201fce46302b1d62d54112fa1c8b6784892f8fc4e114da0e8faef3ce069d128fa&aba=>. Acesso em 15 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Processo Judicial Eletrônico. Processo nº 0007131-48.2018.8.14.0125.** Disponível em: <https://pje.tjpa.jus.br/pje/Processo/ConsultaProcesso/Detalhe/listProcessoCompletoAdvogado.seam?id=3343686&ca=c7528569e0eafb9ba51edecc94538c7de7bede79105d826201fce46302b1d62d54112fa1c8b6784892f8fc4e114da0e8faef3ce069d128fa&aba=>. Acesso em 15. Jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Processo Judicial Eletrônico. Processo nº 0004070-77.2019.8.14.0083.** Disponível em: <https://pje.tjpa.jus.br/pje-2g/Processo/ConsultaProcesso/Detalhe/listProcessoCompletoAdvogado.seam?id=145792&ca=968e5aca1fff8c88be2801073e4bc971d159702d061453c455d90d9d7ad50266158e122eacfe9b2aed0806f814784992&aba=>. Acesso em 15 jul. 2024.

**SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENAIAS. 15º Ciclo Sisdepen - período de julho a dezembro de 2023.** Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-2-semester-de-2023.pdf>. Acesso em 15 jul. 2024.

**TRIBUNAL PLENO HOMENAGEIA DESEMBARGADORA EDWIGES LOBATO PELA APOSENTADORIA. Tribunal de Justiça do Estado do Pará.** 24 mai. 2023. Disponível em: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/1549180-tribunal-pleno-presta-homenagem-a-des-edwiges-lobato-pela-sua-aposentadoria.xhtml>. Acesso em 21 jul. 2024.



**Capítulo 8**  
**“ESSE CORPO QUE NÃO QUER NADA, COMO O  
MASCULINO QUE TIRA A BLUSA PORQUE SIM”**  
*Sylvia Cristina Toledo Gouveia*  
*Jorgie Santos Rozsanyi Calháu*

# “ESSE CORPO QUE NÃO QUER NADA, COMO O MASCULINO QUE TIRA A BLUSA PORQUE SIM”

*Sylvia Cristina Toledo Gouveia<sup>15</sup>*

*Professora, pesquisadora e advogada*

*Jorgie Santos Rozsanyi Calháu<sup>16</sup>*

*Professora e pesquisadora*

## **RESUMO**

O presente trabalho objetiva dissecar contextos de violência experienciados por corpos em trânsito sob a perspectiva da subalternidade de gênero. Viagens solitárias: a violência iminente em espaços em que nada aconteceu a não ser a presença de um homem. Corpos que têm passaporte para ir e vir, atravessar fronteiras, com visto para limitar e cercear a trajetória de outros corpos. A clausura de “não ser homem” torna-se bem maior que a clausura de “ser mulher”. A violência se faz cada vez mais previsível à medida em que se compreende que, em diversas instâncias, o fator homem (branco, cis, hétero) opera como elemento central de sua própria (e única) história. Aos não homens, em seus trânsitos, trajetos e viagens, fica reservada a árdua sabedoria de não se tornarem coadjuvantes de sua própria história, de não cederem e enfrentarem as previsíveis, e nem por isso menos cruéis, violências do caminho. A importunação que se impõe a esses corpos vem de lugar comum: a estrutura sociocultural que garante aos homens não apenas o direito de ir e vir, mas também confere legitimidade ao “direito” de interferir de forma inconsequente na liberdade alheia. Aliança tácita, violência explícita. Julietas ausentes. A normalização do assédio diante do silêncio do poder que nos mata.

**Palavras-chave:** corpo; viagem; violência de gênero.

---

<sup>15</sup> Doutora em Literatura e Estudos Interartes pela Universidade de Brasília – UnB. Mestre em Literatura e Outras Artes pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Bacharel em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Licenciada em Letras pela Universidade de Brasília – UnB. Brasília/DF. [toledoygouveia@gmail.com](mailto:toledoygouveia@gmail.com)

<sup>16</sup> Pós-Graduanda em Antropologia Cultural e Social pela Faculdade FOCUS. Licenciada em Dança pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Goiânia/GO. [j.rozsanyi@gmail.com](mailto:j.rozsanyi@gmail.com)

### **ABSTRACT**

The following article aims to dissect contexts of violence experienced by bodies on the move under the perspective of gender subalternity. Lonely voyage: the imminent violence in spaces where nothing has happened except the presence of a man. Bodies that own passport to come and go, to cross borders, with a visa to limitate and restrict other bodies. The immurement of “not being a man” becomes way bigger than the immurement of “being a woman”. The violence shows off each time more predictable as we comprehend that, in different intances, the factor man (white, cis, straight) opperates as the central element of his own (and only) story. To the not-man, on their transits, routes and voyages, is left the arduous wisdom of not becoming supporting characters of their own story, of not giving in and face the predictable, but not less cruel, violences on the way. The harassment that is imposed to these bodies comes from a common place: the sociocultural structure that garantees man not only the right of coming and going, but also grants legitimacy to the “right” of recklessly interfering on other people’s freedom. Tacit alliance, explicit violence. Julietas absent. The normalization of harassment through the silence of the power that kills us.

**Keywords:** body; travel/voyage; gender violence.

Há vários recortes que podem ser feitos para compreender como se estruturam situações de violência que ocorrem no dia a dia nos diferentes espaços das cidades e entre as cidades, sob diversos aspectos, cada qual com a sua particularidade. O presente trabalho analisa circunstâncias que decorrem de um pacto de poder, deveras explícito, para algo que ocorre de forma nada dissimulada em nossa cultura e sociedade, e que possui, quase invariavelmente, como personagem principal, o “ser humano da marca homem”, aquele que tira a blusa porque sim. Surge, nesse ponto, a necessidade de se delimitar espaços e de se fixar terrenos: a que nos referimos quando fazemos menção ao “ser humano da marca homem que tira a blusa porque sim”? Ainda, quais são os corpos vitimados pela violência decorrente desse pacto e o que, ao fim e ao cabo, os caracteriza?

No ano de 2021, uma mulher foi repreendida por um segurança numa área pública de Brasília, na orla do Lago Paranoá, por caminhar, em um dia ensolarado, usando short e a parte de cima de um biquíni<sup>17</sup>. Ao questioná-lo sobre as razões da proibição, que incidia sobre ela num espaço em que diversos homens caminhavam tranquilamente de short e sem camisa, a resposta veio nos seguintes termos: “mulher de biquíni não pode, mas homem sem camisa não tem problema”. Eis a essência do que aqui se denomina “ser

---

<sup>17</sup> <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/05/10/video-mulher-e-repreendida-por-seguranca-ao-usar-biquini-no-pontao-do-lago-sul-em-brasilia.ghtml>. Acesso em 25/06/2024.

humano da marca homem que tira a blusa porque sim”: é algo que remete à legitimidade social sobre a qual se consolida a posição de um sujeito que, quando relacionado a outro, é tomado como referência. Fala-se, portanto, da posição assumida, de um modo geral<sup>18</sup>, pelo homem cisgênero, branco, heterossexual e de classe média urbana. Essa posição, construída historicamente, insere esse indivíduo dentro daquilo que se pode denominar “identidade referência”, que faz com que todas as identidades que não correspondam a ela ou que dela se afastem passem a ser consideradas não apenas diferentes, mas, sobretudo, “menores”:

A Teoria Queer, como uma crítica sem sujeito (subjectless), foca em um amplo campo de normalização (Warner, 1993) como lócus de violência social, para as estruturas sociais hegemônicas que criam sujeitos como normais e naturais por meio da produção de outros perversos ou patológicos (MISKOLCI, 2009, p. 11)

O que chamamos aqui de “identidade referência” adquire, então, uma legitimidade presumida, superior àquelas que dela se diferem. A partir dessa legitimidade, essa identidade referência adquire, também, uma licença. Surge, daí, a sua permissão para assumir uma postura vigilante e controladora em relação aos corpos que, dela se diferindo, tornam-se seus objetos e seus alvos, sendo, muitas vezes, submetidos a situações invasivas, agressivas e violentas.

Alcançamos, nesse momento, a resposta à segunda indagação, alhures apresentada: os corpos vitimados pela violência que decorre desse pacto de poder, nessa perspectiva de gênero, podem ser aqui apresentados, em sua relação de oposição à identidade referência, como “não-homens”. Ou seja, trata-se de indivíduos que, distanciados da identidade referência em algum aspecto, são colocados numa posição de inferioridade, pela própria sociedade e suas instâncias de poder. Dessa forma, estão abarcadas no escopo das “vítimas” da violência praticada pelo ser humano da marca homem não apenas mulheres, mas quaisquer corporeidades que performam feminilidade<sup>19</sup>, assim como outras corporeidades<sup>19</sup> que acabam sendo também inseridas

---

<sup>18</sup> Diz-se “de um modo geral” porque está-se diante de uma circunstância em relação à qual não escapam outros homens.

<sup>19</sup> Aqui nos referimos aos sujeitos que se reconhecem dentro do “guarda-chuva” de identidades de gênero femininas diversas, incluindo mulheres transgênero, cisgênero e travestis.

nesse lugar de abjetos por se distanciarem “daqueles que tiram a blusa porque sim”, a exemplo de pessoas transmasculinas e não binárias<sup>20</sup>.

Delimitados os espaços e fixados os terrenos, por meio das conceituações necessárias, cumpre registrar que esse trabalho parte de uma reflexão de cunho empírico a respeito da legitimação de um poder, de uma autorização, de uma permissão, de uma convicção detida pelo homem em invadir, atravessar, impedir, perturbar, agredir e até mesmo ceifar o direito de ir e vir de outros corpos que viajam pelo espaço. Corpos subalternos, corpos que adquirem vulnerabilidade frente ao *modus operandi* desse modelo de sociedade em que nem mesmo as próprias leis se impõem em relação ao poder conferido ao homem para ser e fazer o que quiser, quando e onde quiser, da forma que quiser, ainda que isso implique a violação de outros corpos em seus deslocamentos.

Acerca do cunho empírico atribuído à reflexão que norteia a presente análise, para fins de esclarecimento metodológico, convém principiar pela problematização de um aspecto controverso no campo das discussões que alcançam o que academicamente se denomina conhecimento científico, especificamente quando a modalidade a ser tematizada é o que pode ser denominado relato de experiência. Fala-se de um fundamento que parte de uma vivência dotada de relevância para o meio acadêmico e que, portanto, integra os pressupostos teóricos e estruturantes da abordagem científica. Compreende-se, pois, que, uma vez que o relato individual é universalizável a ponto de permitir a sua transformação em objeto de estudo, resta consagrada a sua valia metodológica.

Outro aspecto, de igual relevância, é aquele que tangencia a evidência de que é fundamental que as instituições acadêmicas compreendam as limitações inerentes ao excesso de abstração de determinadas análises, sobretudo quando elas se encontram inseridas no seio das ciências humanas e sociais e perpassam algo que se revela demasiadamente concreto, como existências humanas.

Superado esse aspecto, cuja abordagem se fez necessária para fins de justificativa metodológica, esclarece-se que a situação fática que norteia a presente análise parte de

---

<sup>20</sup> É importante observar que seria justa e necessária uma investigação mais aprofundada no que diz respeito à condição dessas corporeidades transmasculinas e não binárias, já que também sofrem com a vigilância e violência por parte daqueles pertencentes à “identidade referência”, mas que transitam por particularidades quando pensamos sobre questões sobre passabilidade e o que se entende enquanto performance de masculino e feminino. Registre-se, portanto, que, longe de serem ignorados no âmbito desta análise, entende-se que, pela complexidade do assunto, é justa e necessária uma investigação posterior aprofundada acerca de suas condições.

um relato de experiência<sup>21</sup>, que pode ser descrito, sucintamente, nos seguintes termos: durante um trajeto noturno em um ônibus interurbano no Chile, um homem desconhecido sentou-se no banco logo à frente de um casal, composto por uma mulher cis e uma pessoa não binária, cuja leitura social é correlacionada a uma identidade feminina, e logo virou-se para fazer uma pergunta. Durante todo o trajeto, o homem, visivelmente embriagado<sup>22</sup>, de forma insistente, abordava o casal na tentativa de estabelecer um diálogo. Após assumir posturas invasivas, mesmo tendo sido advertido pelo casal de que a sua postura estava sendo incômoda, o homem permaneceu em sua investida durante a viagem noturna. O fiscal do ônibus, ao ser provocado a adotar alguma postura em relação ao indivíduo, sugeriu que o casal trocasse de poltrona. A “solução” durou apenas alguns minutos, visto que o homem se deslocou para a poltrona logo à frente do casal e deu continuidade às investidas inconvenientes. O constrangimento persistiu por todo o trajeto. Quanto à postura das outras pessoas presentes no ônibus, observou-se que apenas uma senhora, de cerca de 65 anos, ao perceber a situação tentou intervir timidamente, mas logo teve sua ação controlada pelo homem que a acompanhava.

O relato de experiência trazido à baila no âmbito da presente análise é, ao mesmo tempo, um relato individual e uma descrição arquetípica<sup>23</sup>, visto que muitas são as histórias oriundas de experiências correlatas, quase sempre ligadas a contextos em que mulheres “sozinhas” são vistas como alvo em espaços em que nada aconteceu, a não ser a presença de um homem. Nesse cenário, a análise da descrição arquetípica permite avaliar a conduta de, pelo menos, quatro elementos – doravante denominados “atores” – presentes na circunstância apresentada: o agressor (o homem que, insistentemente, de maneira ostensiva, interpelava o casal); a(s) vítimas(s) (o casal, que só desejava fazer uma viagem); a sociedade (as demais pessoas presentes no ônibus); e a instituição (aqui representada por aqueles que, em virtude da posição ocupada, deveriam assumir uma postura diante da situação). Partindo dessa avaliação, é possível compreender esses quatro atores enquanto partes da engrenagem de um sistema de violências,

---

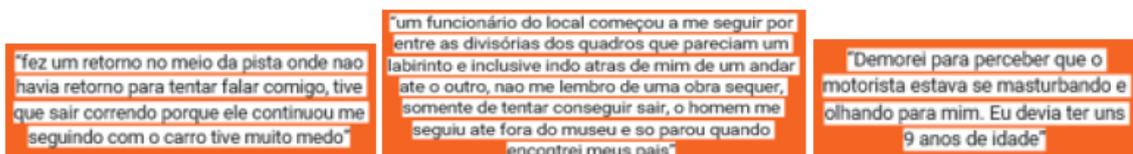
<sup>21</sup> O relato de experiência desta análise é parte de um contexto vivenciado pelas autoras do presente artigo em uma viagem de pesquisa realizada ao Chile.

<sup>22</sup> Cabe fazer menção ao fato de que o homem consumia bebida dentro de um ônibus interestadual em um país onde não é permitido consumo de bebidas alcóolicas em lugares públicos e em estabelecimentos que não possuem licença específica para venda de bebidas alcóolicas.

<sup>23</sup> Compreende-se “arquetípico”, *in casu*, segunda a acepção que denota uma ação ou situação que representa um padrão universal e recorrente de comportamento humano.

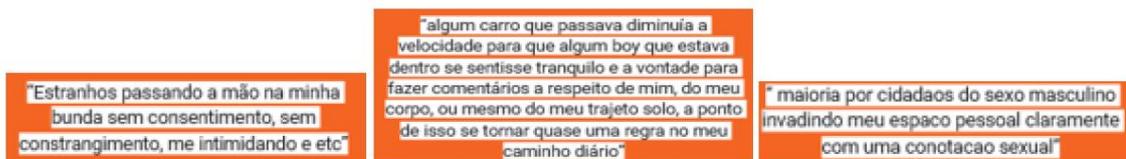
A fim de coletar elementos advindos de contextos fáticos congêneres, para aprofundar a análise desse sistema e corroborar com a percepção de que o relato de experiência se revela como circunstância arquetípica, foi aplicado um questionário a pessoas que experienciaram situações semelhantes, no intuito de obter dados que contribuíssem com a investigação. O questionário conteve cinco perguntas relacionadas a situações de violência vividas em contextos de deslocamento, indagando acerca da circunstância vivida, da reação das pessoas presentes e do posicionamento das pessoas/instituições que deveriam ter se posicionado diante da situação, bem como de relatos particulares das vítimas. No universo de pessoas que contribuíram com a pesquisa, encontram-se mulheres transgênero, mulheres cisgênero e pessoas não binárias transmasculinas. Os eixos selecionados para a análise dos resultados consideraram os quatro atores mencionados anteriormente.

A partir da análise das respostas oferecidas, foi possível obter conclusões que indicam posturas específicas assumidas por esses quatro atores, nas quais, em regra, o que se observa é a presença de uma vítima cuja corporalidade é objeto de constante vigilância, controle e potencial violência; de um agressor inserido no universo daquilo que denominamos, no âmbito do presente trabalho, de ser humano da marca homem (aquele que tira a blusa porque sim); de uma sociedade que se queda inerte pela permissividade conferida ao agressor, histórica e culturalmente construída e socialmente legitimada; e de um posicionamento institucional negligente pautado pelas balizas de uma sociedade machista, conservadora, preconceituosa e patriarcal. Sobre a condição das vítimas das situações de importunação e violência descritas pelas pessoas que contribuíram com a pesquisa, ficou evidente que, na maior parte dos relatos, a vítima transitava “sozinha”. Há, neste ponto, algo que chama a atenção, pois muitos dos relatos trazem situações vividas durante a infância ou adolescência. Tais relatos demonstram que, embora, à época, não existisse uma compreensão clara acerca do contexto, hoje existe a compreensão de que a situação vivida foi de violência, revelada em sentimentos, ainda presentes, de medo, invasão, insegurança e violação de seus espaços:



Fonte: Resposta a questionário aplicado entre janeiro e junho de 2024.

É inquestionável, a partir das histórias relatadas, a predominância da figura do homem enquanto o ator agressor nas situações. Em nenhuma delas, esse ator foi enquadrado de outra forma. No que diz respeito ao comportamento dos agressores, há forte evidência da segurança que têm, não só quanto à permissão para o ato em si, mas também quanto à impunidade em relação a ele, como mostra este trecho de uma das respostas ao questionário “ao parar no semáforo o cara fala no meu ouvido que estava se masturbando na rua por minha causa”. Nota-se, a partir dos relatos, que esses agressores muitas vezes sequer possuem consciência acerca do caráter absurdo de suas atitudes invasivas e violentas, ainda que essas atitudes se revelem em perseguição e importunação sexual, passíveis de denúncia e punição. O fato de se comportarem assim publicamente, em espaços onde há outras pessoas presentes, é retrato mais claro e real do poder que lhes é concedido e assegurado para agir de forma inconsequente em relação àqueles corpos involuntariamente a eles submetidos:



Fonte: Resposta a questionário aplicado entre janeiro e junho de 2024.

Os atores remanescentes, a sociedade e as instituições, contribuem de forma drástica para o retrato anteriormente mencionado, e isso se confirma ao longo de estudos, pesquisas e até mesmo no dia a dia, se pensamos, por exemplo, em uma situação inquestionavelmente constrangedora e/ou violenta que presenciamos e diante da qual nos calamos seja pelo motivo que for. A sociedade tem em seu silêncio um dos maiores trunfos da manutenção do poder do homem. Não há registros, dentre todos os relatos trazidos na aplicação dos questionários, de reação ou intervenção de pessoas que presenciaram as situações, salvo um, que diz o seguinte “algumas inclusive incentivaram o meu silêncio”. Nos deparamos aqui com um cenário de uma sociedade apática, que não percebe ou finge não perceber o que se dá a sua volta e dessa forma reforça o espaço que existe para que o homem faça o que quer porque pode e porque ninguém fará nada a respeito, seja por medo, por considerar aquilo certo, por não querer se meter em problemas que não considera que sejam seus, e assim vai ser reforçando e perpetuando, fazendo girar com sua parte na engrenagem, esse sistema de violências.

Por fim, vamos ao encontro do quarto ator apontado nesse trabalho, as instituições. Essas instâncias de poder, públicas e privadas, cuja autoridade deveria ser máxima em situações que ocorrem nos espaços que estão sob suas responsabilidades e nas quais, teoricamente, dever-se-ia contar para encontrar suporte, segurança e resolutividade. Contudo, depara-se aqui com mais um obstáculo na mudança dessa cultura que empodera o homem de tal maneira que comporta a normalização, até mesmo, de comportamentos que são passíveis de enquadramento criminoso. Voltaremos à situação que norteou o aprofundamento nessa pesquisa, o casal importunado durante a viagem de ônibus, para apontar alguns fatos. No Chile não é permitido consumir bebida alcoólica em espaços que não tenham autorização, contudo a equipe da viação sequer considerou isso enquanto problema, a solução apresentada pelo funcionário da empresa de ônibus frente a reclamação das vítimas foi que essas mudassem de lugar e nada mais, estando distante de um encaminhamento realmente eficaz e responsável a respeito da situação. Diferente do que ocorreu na situação apresentada, os relatos da pesquisa mostram dados ainda mais preocupantes, mas nada surpreendentes, nenhuma das situações foi reportada à polícia ou a qualquer outra autoridade responsável pelo espaço onde se sucedeu a ocorrência, a exceção de uma que, na tentativa de registrar um boletim de ocorrência, ouviu da delegada que o homem (que havia parado de moto à frente dela e de sua irmã de 8 anos no caminho para a escola e colocado seu pênis para fora) não havia encostado nelas e, por isso, não poderia registrar o boletim. Isso quando a situação de violência não é proveniente justamente da intransigência daqueles que representam as próprias instituições e autoridades, como relatado em uma das respostas ao questionário em que a vítima foi assediada em um trem, diante de outros passageiros, por um policial armado.

Ocupar espaços públicos sempre foi e ainda é um desafio para as mulheres. Não apenas para as mulheres, mas, também, em convergência com a abordagem proposta por esta investigação, para seres “não homens”. Trata-se, pois, de uma consequência direta do patriarcado, que sempre relegou às mulheres o espaço particular e privado. Àquelas às quais eram atribuídas características ligadas ao “desvio” e à subversão, restava e ainda resta o espaço marginalizado, o mesmo destinado aos “não-homens” que se distanciam da identidade referência. Refletir sob a perspectiva de um modelo crítico acerca do que se denomina “espaço público” – em contraposição aos espaços ditos privados e marginalizados – remete, decerto, a um locus no qual os homens adquirem estatuto humano por meio de sua inserção num mundo público e visível. Enquanto isso, aos “não-

homens” é reservado o lugar da caserna, quer seja no ambiente doméstico em que se materializa a clausura de ser mulher imposta às “donas de casa e mães de família”, quer seja no exílio destinado aos seres que não são considerados dignos de conviver em sociedade.

Contemporaneamente, reforça-se a concepção turva de que seres não homens possuem o direito de ir e vir quando desejam, em seus percursos, caminhos e deslocamentos, em busca de um encontro com o mundo e com suas próprias identidades. Eis o fator que torna as viagens, nesse sentido, parte de um processo de construção da subjetividade (HEGEL: 1992), consistindo numa forma de se reconhecer livre, de se construir e de revelar-se a si próprio no contato – e na resistência – diante do mundo. Todavia, na realidade o que se observa é que esse processo persiste sendo deveras complexo quando o que vê, na realidade e na prática, são situações nas quais, no decorrer de quaisquer jornadas, seres “não-homens” em deslocamento carecem de estar sempre atentos e preparados para a defesa diante dos possíveis (e previsíveis) assédios decorrentes, tão somente, de sua condição. É crível que se conceba o questionamento da condição humana em função das relações de gênero? O fato de, sempre que “sozinhas” (o que pode significar tanto estarem efetivamente sozinhas quanto não estarem acompanhadas de outros homens) em espaços públicos, as mulheres se verem obrigadas a assumir uma postura de autoproteção e autovigilância, torna possível responder que não é apenas crível como, também, previsível, legitimado e aceito em nossa sociedade que as relações de gênero acarretam questionamento acerca da condição humana para aqueles que insistem na manutenção do patriarcado:

As mulheres tentam desconstruir o discurso sobre o lugar e o papel da mulher na sociedade contemporânea através do seu comportamento e atuação durante a experiência da viagem (CARVALHO et al, 2018), pois o gênero mostra-se como um fator prejudicial e dominante no que se refere à liberdade e decisão na escolha do consumo de viagens para as mulheres. (KHAN, 2011). O reconhecimento e desconstrução do papel da mulher na sociedade contemporânea são fundamentais para que se tenha consciência de que esse quadro pode ser mudado ao longo do tempo. É reconhecer também o direito de viajar sem ser importunada ou muito menos julgada por uma atividade simples que pode e deve ser realizada por qualquer pessoa independente de gênero (SANTOS; LOPES BELO: 2021. p. 14).

É importante anotar que a vulnerabilidade adquire, em contextos de viagem, contornos de uma resistência que, muitas vezes, insere-se no âmbito de um paradoxo:

resistência x violência. Isso porque, se por um lado as viagens independentes figuram como resistência em relação à vigilância e ao controle adotados pela “identidade referência” em relação às corporeidades que dela se diferem, abrindo espaço para a desconstrução do discurso sobre o lugar e o papel da mulher na sociedade contemporânea, inclusive no que diz respeito à sua aceitação na esfera pública, essa ruptura com os padrões estabelecidos sofre com a legitimação de preconceitos de gênero que, como fruto socialmente aceitos do patriarcado, revelam-se num pacto de poder que ainda, com frequência, não apenas silencia, como também, nos casos extremos, invade, vilipêndia e mata. Imiscuída nesse pacto de poder encontram-se elementos presentes na engrenagem da situação de violência revelada na descrição arquetípica do relato de experiência que fundamentou a presente análise: diante da vítima não homem, posiciona-se o ser humano da marca homem que tira a blusa porque sim e que o faz porque a ele é conferida essa permissão pela sociedade que não apenas se cala quando ele age mas que, muitas vezes, justifica a sua atitude a partir de argumentos fundamentalistas e, invariavelmente, patriarcais. Juntamente com a sociedade, fortalece-se o pacto diante de instituições que, muitas vezes, quedam-se inertes em proteção do algoz e em desfavor da vítima, revelando a “violência mítica” descrita por Butler, em “Para uma Crítica da Violência” (2021). Essa violência é aquela que faz com exista uma diferença entre corpos não matáveis e corpos matáveis, corpos não violáveis e corpos violáveis, sendo os primeiros, quase sempre, pertencentes à identidade referência. A problemática decorre do fato de que se as instituições assim compreendem o paradoxo que conecta a vulnerabilidade à violência a própria lei passa a ser colocada em segundo plano ante alegações estapafúrdias que perpassam a aceitação (inclusive institucional) de que se duas mulheres viajam sozinhas precisam sim compreender que estarão sujeitas a algum tipo de violação. Se morrem, têm a própria morte tida como “esperada ou prevista”, por terem estado no lugar errado, na hora errada, tornando acertada a conclusão de Butler de que, quando recorrermos à lei contra a violência, por vezes a legitimamos (Butler, 2015).

O direito de ir e vir é ou deveria ser, a princípio, inquestionável, quer seja sob a perspectiva dos ordenamentos jurídicos internos das democracias contemporâneas, quer seja sob a visão do ordenamento jurídico internacional, em especial quando se tratam de normas que asseguram a proteção de direitos humanos. Deveria decorrer dessa máxima a plena liberdade e autonomia dos indivíduos para circularem e acessarem os espaços independentemente de seu gênero ou de qualquer outro marcador. No entanto, é um fato

que, no dia a dia, o direito de circular geograficamente, de acessar espaços de forma tranquila, é reservado apenas àqueles que tiram a blusa porque sim. Na prática, “não homens” tem seus percursos, suas viagens, seus trajetos atravessados pela violência legitimada pela cultura patriarcal que transforma os seus corpos em corpos matáveis e violáveis, aos olhos de uma sociedade e de instituições que, ao aderirem ao pacto de violência que legitima essa dinâmica, tornaram-se parte dessa engrenagem.

A vida em sociedade implica a relação com outros indivíduos mesmo quando não é de nosso desejo. Existir é, para além de como mediamos nossa viagem por esse plano (ou não), estar à mercê daquilo sobre o que não temos controle a respeito. Existir fora da categoria é existir em condição imposta de inferioridade e resulta, com frequência, na destruição de vidas que, além de ceifadas, persistem silenciadas, escondidas no anonimato escolhido em função do silêncio social e institucional que lhes é imposto. É importante que se compreenda que esse silêncio – revelado na ausência de resposta e proteção por parte daqueles que deveriam agir diante de violências atroz – também agride e mata. É importante, ainda, que se compreenda que as dimensões desse silêncio abarcam tanto omissões quanto formas ostensivas de permissividade, como aquelas que justificam e naturalizam a violência de gênero. No ano de 2022, artista visual e fotógrafa Tracy Figg publicou em suas redes sociais “Nem todo homem, mas sempre um homem”, em reação a uma situação que chocou ou ao menos deveria ter chocado o Brasil: um estupro cometido por um médico contra uma mulher durante o seu trabalho de parto. Em resposta, outro médico publicou um texto satirizando a manifestação de Figg, com alegações machistas e preconceituosas. Nos dizeres de Figg, “o que ele fez simboliza a permissividade que o homem tem para invadir nossos espaços e nosso lugar de protagonismo. Agora todos os veículos e canais estão noticiando a sátira e isso tira o foco desse crime que é tão grave e direciona a atenção para um homem”<sup>24</sup>.

Em janeiro de 2024, os jornais de todo o país noticiaram a brutal assassinato de Julieta Hernandez, artista que vivia há oito anos no Brasil percorrendo municípios diversos para fazer apresentações circenses. O crime aconteceu no município de Presidente Figueiredo, no Amazonas, após Julieta fazer parada em uma pousada para passar a noite. O assassinato, que aconteceu no dia 23/12/2023, foi precedido de um estupro. O corpo foi incinerado e encontrado pela polícia apenas no dia cinco de janeiro

---

<sup>24</sup> <https://revistamarieclaire.globo.com/Feminismo/Violencia-de-Genero/noticia/2022/07/nem-todo-homem-mas-sempre-um-homem-autora-de-viral-quer-protagonismo-feminino.html>

de 2024. Embora o Ministério das Mulheres tenha reconhecido que o crime possui características de um crime misógino e xenófobo, a denúncia, oferecida pelo Ministério Público, tipificou a conduta praticada pelo assassino como latrocínio, estupro e ocultação de cadáver. Entidades de direitos humanos e de defesa dos direitos das mulheres cobram a tipificação como crime de feminicídio. Até julho de 2024, a denúncia não havia sequer sido recebida pelo Poder Judiciário. De toda forma, mais estarrecedora que a morosidade institucional em se conferir uma solução ao caso são as reações da sociedade, refletidas em comentários que se apresentam sob o formato de questionamentos à própria vítima, que passa a ser culpabilizada pelo fato de ter ousado viajar sozinha e se arriscado a dormir em qualquer espaço, afinal de contas, sendo mulher, deveria compreender as limitações de sua liberdade.

À guisa de conclusões a essa problemática que ainda se encontra, infelizmente, longe de ser encerrada, é necessário que se compreenda que a ruptura com a estrutura que sustenta essa engrenagem é fundamental para o avanço das ações efetivas de combate à violência de gênero. Fala-se, nesse sentido, da estrutura sociocultural que garante aos homens não apenas o direito de ir e vir, mas também confere legitimidade ao “direito” de interferir de forma inconsequente na liberdade alheia. Muitas são as lições a serem aprendidas, apreendidas e implementadas nas instâncias social e institucional. Contudo, não se pode afastar a importância de que a Academia assuma o seu papel nesse debate, compreendendo o seu dever, enquanto instância de poder e representante da sociedade, de humanizar essa discussão. Isso passa pela compreensão de que debates sobre feminicídio e violência de gênero não se esgotam em conceitos abstratos, mas alcançam existências reais e concretas. É esse o ponto de partida para que possa ser quebrado o silenciamento que sustenta essa problemática, uma vez que só assim torna-se possível trazer voz às existências atravessadas e permitir a sua escuta, combatendo a normalização do assédio diante do silêncio do poder que nos mata. Julietas presentes.

## **REFERÊNCIAS**

BATISTA, Gisele Carvalho; BATISTA, Maria Manuel. COSTA, Carlos. **Vou sozinha: a viagem independente como espaço de resistência no feminino**. XII Encontro Internacional OTIUM e VI Congresso Internacional em Estudos Culturais - Ócios e Resistências: Crescer e Envelhecer em Contextos Culturais Diversos. 2018. Disponível

em: [https://mariammanuelbaptista.com/pdf/VICIEC\\_2018p501-510.pdf](https://mariammanuelbaptista.com/pdf/VICIEC_2018p501-510.pdf). Acesso em: 12/12/2024.

BUTLER, Judith. **A força da não violência: um vínculo ético-político**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

BUTLER, Judith. **CONFERÊNCIA MAGNA COM JUDITH BUTLER**| 9/9 [2015] das 16h às 18h | I Seminário Queer [original]. Disponível em: <https://goo.gl/DTVU3H>

HEGEL, G. (1992). Fenomenologia do Espírito. Petrópolis RJ: Vozes. HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 15. Ed. Riode. Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021

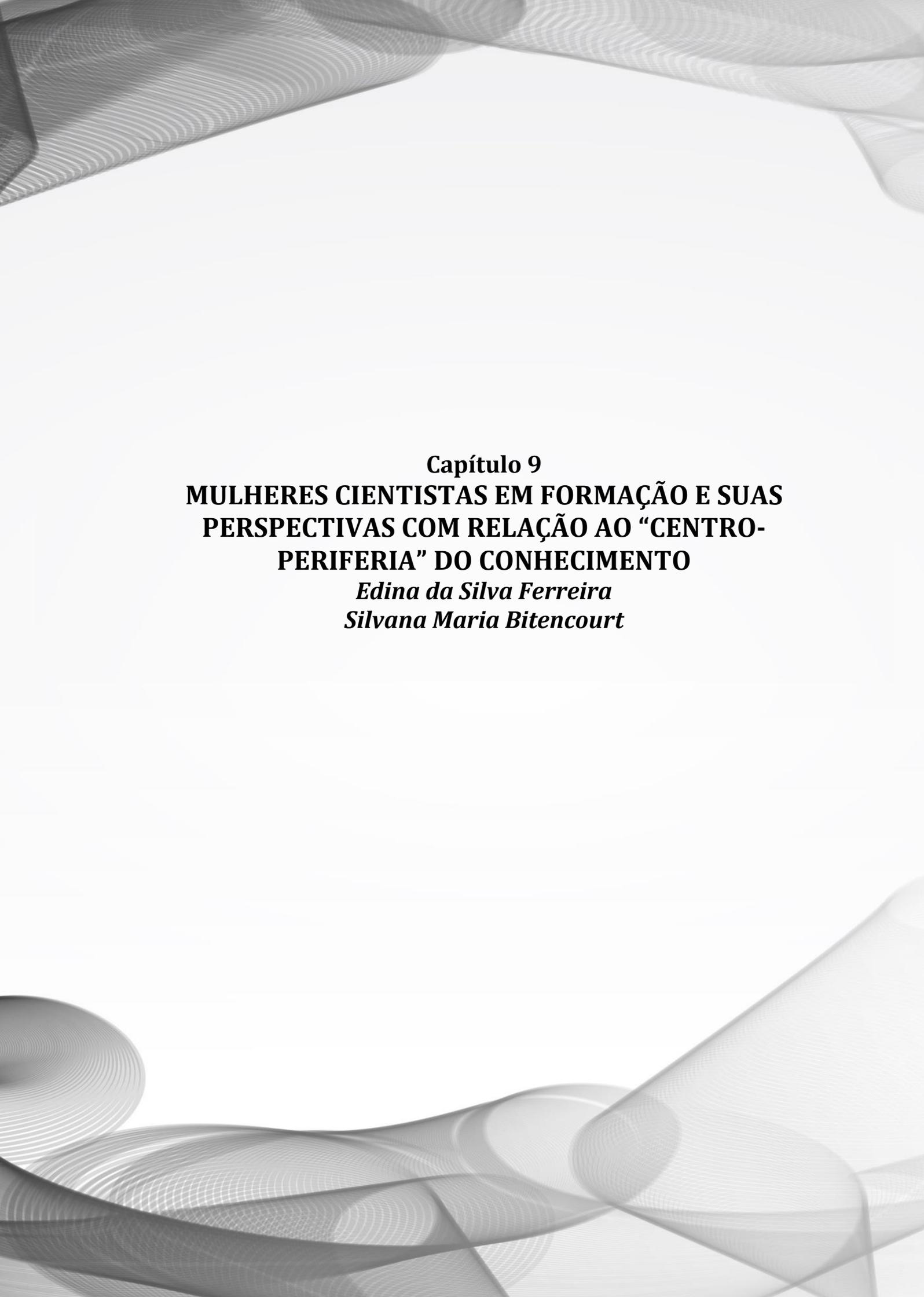
MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização**. In: Congresso de Leitura do Brasil, 16., 2007, Campinas. Anais Campinas: Unicamp, 2007.

OLIVEIRA, Maria Beatriz Moschkowich de. **Mulheres em viagens Solo, uma trilha de experiências**. Trabalho de Conclusão de Curso. UNILA: 2022. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/server/api/core/bitstreams/96d81d5a-f154-4071-af60-9148486b4d24/content>. Acesso em: 17/06/2024.

PISCITELLI, Adriana. **“#queroviajarsozinhasemmedo”: novos registros das articulações entre gênero, sexualidade e violência no Brasil**. Cadernos Pagu (50), 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/LyQtLJcG7mMd6qB6fbN9QFR/?lang=pt#>. Acesso em 18/05/2024.

REIS, Alana Martins. **Mulheres e Viagens: Insegurança e Medo?** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal Fluminense: 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/4403/Alana%20Martins%20Reis.pdf?sequence=1> . Acesso em 01/04/2024.

SANTOS, Domitilla Thayra Alves Barbosa dos; LOPES BELO, Natália Maria Do Nascimento. **VOO LIVRE: Pela liberdade de viajar sozinha**. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco: 2021. Disponível em: [https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/565/TCC\\_Voo%20Livre%20Pela%20liberdade%20de%20viajar%20sozinha\\_Gest%c3%a3o%20de%20Turismo.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/565/TCC_Voo%20Livre%20Pela%20liberdade%20de%20viajar%20sozinha_Gest%c3%a3o%20de%20Turismo.pdf?sequence=1&isAllowed=y) . Acesso em 27/06/2024.



**Capítulo 9**  
**MULHERES CIENTISTAS EM FORMAÇÃO E SUAS**  
**PERSPECTIVAS COM RELAÇÃO AO “CENTRO-**  
**PERIFERIA” DO CONHECIMENTO**

*Edina da Silva Ferreira*  
*Silvana Maria Bitencourt*

# MULHERES CIENTISTAS EM FORMAÇÃO E SUAS PERSPECTIVAS COM RELAÇÃO AO “CENTRO-PERIFERIA” DO CONHECIMENTO

***Edina da Silva Ferreira***

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Cuiabá-MT, Brasil. sedina188@gmail.com. Bolsista CAPES-FAPEMAT.*

***Silvana Maria Bitencourt***

*Pós-Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires; Doutora em Sociologia Política pela UFSC, Professora Associada do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Mato Grosso, campus Cuiabá. E-mail silvanasocipufmt@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3183-373X>.*

## **RESUMO**

Tendo em vista as desigualdades de gênero que permeiam a estrutura da pós-graduação, nosso objetivo é analisar as relações de poder no que diz respeito a produção de conhecimento a partir de dados numéricos sobre pesquisadoras/es nas universidades brasileiras, com o objetivo de visualizar se há uma desproporcionalidade em termos numéricos da participação de mulheres nos diferentes níveis da carreira acadêmica, participação de mulheres na distribuição dos postos de poder/saber e como isso se relaciona com as relações de gênero. Indagamo-nos se o *ethos* supervalorizado de regiões consideradas centros do conhecimento reflete na produtividade das mulheres cientistas em formações em regiões periféricas<sup>25</sup>. Além disso procuramos compreender o perfil das mulheres na ciência, no contexto centro-periferia do conhecimento avaliar o âmbito da produção científica (Scott, 1990; Schiebinger, 200; Keller, 2006) e, analisar a lógica que move e/ou mantém as estruturas

---

<sup>25</sup> Esse texto é uma reflexão primordial e faz parte do projeto de dissertação de mestrado em Sociologia (UFMT), sob a orientação da prof.<sup>a</sup> dr.<sup>a</sup> Silvana Maria Bitencourt que se encontra em andamento, e conta com apoio da bolsa CAPES-FAPEMAT. O trabalho está em processo de avaliação no comitê de ética, e por esse motivo não foi possível realizar as entrevistas, inviabilizando a análise do percurso acadêmico das discentes e suas perspectivas com relação ao centro-periferia do conhecimento. Deste modo, iremos nos deter na análise teórica das relações de poder na produção de conhecimento científico, a partir da perspectiva de gênero.

que regem o *campus* científico (BOURDIEU, 2004;). A metodologia empregada é a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Concluímos que, apesar das inúmeras conquistas por parte das mulheres e dos avanços educacionais em todos os níveis, na estrutura social ainda permeia as desigualdades de gênero como fator axiomático nas relações de trabalho.

**Palavras-chave:** Mulheres cientistas em formação. Centro-periferia. gênero.

#### **ABSTRACT**

Considering that in Brazilian scientific research there is a disproportionate relationship in numerical terms of the participation of women in the distribution of positions of power/knowledge, the present research aims to analyze how the academic path of postgraduate students at universities in the Central Western Brazil, taking into account the gender inequalities that permeate the postgraduate structure, and how they analyze/compare the scientific and technological production of this region with other regions of the country (NEVES, 2009). We wonder whether the overvalued ethos of regions considered centers of knowledge reflects on the productivity of women scientists in training in peripheral regions. Furthermore, we seek to understand the profile of women in science, in the center-periphery context of knowledge, evaluate the scope of scientific production and analyze the logic that moves and/or maintains the structures that govern the scientific campus (BOURDIEU, 1996; 2004; ), in addition to contextualizing scientific practice in public universities, considering the changes in the evaluation systems of funding agencies in recent decades. We will encompass theoretical discussions about intersectionality, global south context, decoloniality, (CARNEIRO, 2023; GONZÁLES, 2020; VERGÈS, 2019), and neoliberalism (CORBANEZI; RASIA, 2020). The methodology used is bibliographical research and documentary research, semi-structured interviews will be used to collect data and data will be processed using content analysis.

**Keywords:** Women scientists in training. Center-periphery of knowledge. Neoliberalism

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho consiste em uma análise das relações de poder/saber que permeiam a produção do conhecimento científico a partir de duas perspectivas centrais: ciência e gênero, que irão subsidiar a discussão sobre trajetória acadêmica de mulheres em formações e a progressão de carreira destas. O objetivo é compreender como as relações de poder e, conseqüentemente, de dominação, se constituem no espaço de produção científica, a partir da análise de gênero.

O trabalho está dividido em duas partes. Na primeira parte iremos discutir a interrelação entre a desigualdade de gênero e a produção científica e delineando o que entendemos como parte central deste problema, a formulação da ciência moderna dentro dos parâmetros do masculino de supremacia branca, da heteronormatividade, ocidentalização e eurocentrismo. Na segunda parte, discutiremos as relações de poder no que diz respeito a produção de conhecimento a partir de dados numéricos sobre pesquisadoras/es nas universidades brasileiras, com o objetivo de visualizar se há uma desproporcionalidade em termos numéricos da participação de mulheres e como isso se relaciona com as relações de gênero.

Concluimos que, apesar das inúmeras conquistas por parte das mulheres e dos avanços educacionais em todos os níveis, na estrutura social ainda permeia as desigualdades de gênero como fator axiomático nas relações de trabalho. O “efeito tesoura” demonstra como essa desigualdade se intensifica na medida em que se avança nos níveis mais prestigiados da carreira acadêmica, além das escolhas pelos cursos ainda ser marcadamente generificada. As mulheres são maioria em cursos considerados culturalmente femininos, como cuidado, higiene e educação, e os homens são maiorias em cursos que se presume estar mais vinculado com a neutralidade, racionalidade e objetividade, como Ciências, Tecnologias, Engenharia e Matemática (STEM). Verificamos ainda como as mulheres na pesquisa são subfinanciadas em detrimento dos homens.

### **DESIGUALDADE DE GÊNERO E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA: A FORMULAÇÃO DA CIÊNCIA MODERNA DENTRO DOS PARÂMETROS DA HETERONORMATIVIDADE, E OCIDENTALIZAÇÃO/EUROCENTRISMO**

A desigualdade de gênero na produção científica perpassa desde a institucionalização da ciência moderna até os dias atuais. Formulada dentro dos parâmetros da heteronormatividade, e ocidentalização/eurocentrismo e, embora tenha passado por transformações significativas, a ciência moderna constituída nos moldes do androcentrismo ainda repercute no âmbito acadêmico de diferentes formas.

Se durante séculos a ciência e os conhecimentos aceitos como legítimos foram produzidos e reproduzidos por homens, segundo seus próprios valores e código de ética, o termo “gênero” enquanto categoria de análise objetiva rever a história, buscando criar novos paradigmas, rever as teorias, pois, “inscrever as mulheres na história implica

necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante” (Gordon, Buhle E Dye, p. 89 *Apud* Scott, 1990, p. 3-4).

Gênero é uma estrutura social, e como tal, é constitutivo de relações sociais, responsáveis por criar padrões, seja o padrão da sexualidade, da feminilidade, do que é próprio da masculinidade, o padrão da heterossexualidade, cria, assim, o que é desejável e indesejável, correto e incorreto (Decol, 2022). E, enquanto categoria analítica, possibilitou desvelar relações de poder fundamentada no princípio da divisão sexual, que delega atribuições em função do sexo biológico, e que serve como meio para legitimar a desigualdade de gênero (Scott, 1990). A ciência, como qualquer relação social, não está isenta de ser afetada pela estrutura de gênero, que perpassa todas as relações sociais.

A discussão sobre ciência e gênero, propriamente, foi proposta pela primeira vez pela norte-americana Evelyn Fox Keller (1978) em *“Gender and Science”*, sendo considerado um marco para discussões posteriores com enfoque interrelacionando estes temas (Bitencourt, 2008). Neste sentido, frequentemente pesquisadoras brasileiras que abordam o tema gênero e ciência o fazem tomando como ponto de partida autoras internacionais, para discutir problemas diversos.

A historiadora Londa Schiebinger, também norte-americana, é referência nos estudos sobre ciência e gênero. No livro intitulado *“O feminismo mudou a ciência?”* (2001), Schiebinger trabalha criticamente o conceito de gênero, historicizando-o e apontando para as transformações que ocorreram no mundo acadêmico/científico como consequência do aumento da entrada das mulheres nas universidades, e da forma de se perceber as problemáticas relacionadas ao gênero.

Londa Schiebinger (2001) analisa como as relações de gênero impuseram obstáculos para a entrada das mulheres no mundo científico e, uma vez adentrado este universo, analisa novos percalços impostos a elas. A autora aponta que os espaços domésticos e as funções de cuidado foram delegados às mulheres como sua principal função ou mesmo exclusiva, de modo que o mundo acadêmico/científico não fosse uma realidade, segundo Schiebinger *“a ciência moderna é um produto de centenas de anos de exclusão das mulheres, o processo de trazer mulheres para a ciência exigiu, e vai continuar a exigir, profundas mudanças estruturais na cultura, métodos e conteúdo da ciência.”*

As desigualdades de gênero que permeiam a estrutura acadêmica são multifatoriais, como por exemplo, *“As virtudes ideais da feminilidade - requeridas para as*

alegrias da vida doméstica - eram retratadas como falhas pessoais das mulheres no mundo da ciência – ou, de forma ainda mais flagrante – Porque a ciência, como qualquer outra profissão, habita o domínio público em que as mulheres (ou a feminilidade) não ousavam agir, a ciência veio a ser vista como decididamente masculina” (Schiebinger, 2001, p. 141). Essas concepções impostas pelas relações de gênero refletem na realidade acadêmica na atualidade, como veremos a seguir.

## **AS RELAÇÕES DE PODER NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS**

No Brasil a desigualdade de gênero é intrínseca ao processo educacional, analisando que as mulheres obtiveram o direito de estudar além do primário em 1827, e somente em 1879 puderam ingressar em alguns cursos de nível superior, desde que fosse com o aval de um homem, se solteira, deveria ter autorização do pai, se fosse casada, deveria ter autorização do marido. O acesso das mulheres ao ensino superior, restrito a alguns cursos, foi sancionado pelo Decreto Nº 7.247, de 19 de abril de 1879<sup>26</sup>.

Paralelamente a essa abertura para o avanço nos estudos para as mulheres, os princípios que fundamentavam a educação básica se mantinham intactos, voltava-se para uma educação demarcada pelas questões de gênero. A educação reforçava que as mulheres devessem se preparar para ser dona de casa – noções de economia doméstica – , enquanto abria uma margem muito mais ampla de possibilidades para os meninos – noções de economia social.

Alves (2022) demonstra que, em termos de avanço educacional para as mulheres no Brasil, um dos momentos mais significantes foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Base (LDB) de 1961, que acabou com as restrições de acesso aos cursos de grau médio, possibilitando as disputas em vestibulares. Sem a restrição para prestar vestibular, abria-se o caminho para o acesso ao ensino superior, “Exatamente por isso, a reversão do hiato de gênero no ensino superior começou nos anos 70” (Alves, 2022, p. 94). Em 1970, os homens representavam 74,4% da população brasileira com ensino superior, e somente

---

<sup>26</sup> BRASIL, Decreto Nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primário e secundário no município da Côrte e o superior em todo o Império. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1879, Página 196 Vol. 1 pt. II (Publicação Original). Acesso em 02 de agosto de 2024.

no ano de 2000 as mulheres tornaram-se maioria com ensino superior, representando 52,8% da população. Os demais níveis educacionais seguiram a mesma tendência. Em 1996 o percentual de mulheres com mestrado era de 49,5%, superando nos anos seguintes o número de homens com mestrado. Já em 2017, as mulheres representavam 56% da população com título de mestres. A nível de doutorado, em 1996 os homens representavam 56% com título de doutorado, e as mulheres 44%, já em 2017, as mulheres correspondiam à 54% e os homens a 46% com título de doutorado (Alves, 2022).

Tal cenário representa o avanço da formação das mulheres, a ocupação nos espaços que era considerado impróprio, impossível, em virtude do seu gênero e dos atributos que este fixava. No entanto, e como consequência histórica da sua constituição, o campo científico (Bourdieu, 1983; 2004) com suas normas e regras consolidadas durante esse tempo de exclusão das mulheres, criou barreiras de difícil transposição. A entrada das mulheres no campo acadêmico/científico não desfaz por si só essas barreiras. O fazer científico está permeado pela valorização da cultura masculina heteronormativa, e a presença das mulheres, mesmo que superando os homens em números, não se dá de maneira equânime.

Schiebinger (2001) afirma que a percepção que se tem da ciência é um obstáculo para as mulheres. Criou-se uma imagem “identificada com a masculinidade”, que não se relaciona com afazeres invisibilizados, não remunerados, da vida doméstica, do cotidiano, do cuidado. Mas, para que o cientista, do sexo masculino, possa estar dispensado destas funções, para sua própria sobrevivência neste campo, é necessário que outras pessoas estejam encarregadas desses afazeres considerados menos importantes. Isto é, “A renúncia a vida cotidiana geralmente requer (embora isto seja raramente reconhecido) que o cientista tenha alguém – tradicionalmente uma esposa, mãe, irmã ou governanta”. (Schiebinger, 2001, p. 150).

Essa percepção que se tem da ciência e da/o cientista é duplamente prejudicial para as mulheres: primeiro porque elas são as que, culturalmente, devem se encarregar dos cuidados para que o cientista – homem – desenvolva seu trabalho; segundo, porque ao conquistar este espaço, as mulheres têm que lidar com o fato de não serem homens, e de tudo o que isso representa, em uma estrutura criada por e para os homens. As mulheres devem livrar-se das imposições “do lugar da mulher”, e do “ser mulher” ao assumir o papel de cientista (Schiebinger, 2001).

Deste modo, adentrar o espaço acadêmico não eximi da condição de ser mulher e tudo o que isso significa em uma sociedade patriarcalista: ser mulher, mãe, cuidadora, educadora, agora também provedora. Conforme dito anteriormente, a ciência reflete o contexto, e apesar das inúmeras transformações sociais e das conquistas pelas mulheres em diversos setores, muitas coisas permanecem inalteradas. Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), “o nível de ocupação das mulheres de 25 a 49 anos vivendo com crianças de até 3 anos de idade foi de 54,6% e o nível de ocupação dos homens nesta mesma faixa etária vivendo com criança de até 3 anos de idade foi de 89,2%.” Além do gênero, outros marcadores sociais também impactam nesses dados, “mulheres pretas ou pardas com crianças de até 3 anos de idade no domicílio apresentaram os menores níveis de ocupação: 49,7% em 2019.” A pesquisa aponta ainda que “Em relação a cuidados de pessoas ou afazeres domésticos, as mulheres dedicaram quase o dobro de tempo que os homens: 21,4 horas contra 11 horas semanais” (IBGE, 2019). Esses dados reforçam como as noções estabelecidas pelos papéis de gênero estão presentes, uma vez que culturalmente o papel de cuidado, educação e higiene são vistos como tipicamente femininos.

Contumaz, os estereótipos de gênero se perpetuam no mundo acadêmico. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), as mulheres ainda são minoria em algumas áreas de conhecimento, como nas Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemática (STEM, do termo em inglês “*science, technology, engineering and mathematics*”) (21,6%), e “apenas 13,3% dos alunos de Computação e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) são mulheres, enquanto elas ocupam 88,3% das matrículas na área de Bem-Estar, que contempla cursos como Serviço Social” (IBGE, 2019).<sup>27</sup>

Outros indicadores que reforçam as desigualdades de gênero são os subfinanciamento de pesquisa realizado por mulheres, ou em áreas compostas majoritariamente por mulheres, prática aplicada por diferentes agências de fomento<sup>28</sup>. A partir do infográfico “Mulheres na Ciência Brasileira” organizado pelo Grupo de Estudos

---

<sup>27</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo brasileiro de 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30172-estatisticas-de-genero-ocupacao-das-mulheres-e-menor-em-lares-com-criancas-de-ate-tres-anos>> . Acesso em 27 de julho de 2024.

<sup>28</sup> OLIVEIRA, M. M. de Gláucia; TENÓRIO, Marge; E SIQUEIRA, de S. E. Alessandra. Science Gender Gap: Are We in theRight Path?. In.: International Journal of Cardiovascular Sciences (IJCS), 2022; 35(2), 148-151. Disponível em: <https://doi.org/10.36660/ijcs.20220029>>. Acesso em 02 de Agosto de 2024;

Multidisciplinares de Ação afirmativa (Gemaa/IESP-UERJ), a partir dos dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES), é possível verificar o que chamam de “efeito tesoura”, que “consiste no corte de proporção do gênero feminino na medida em que a carreira acadêmica progride, ou seja, na redução da presença de mulheres na passagem do mestrado ao doutorado, ou do doutorado à ocupação de cargo docente estável.”<sup>29</sup> Em 2020, o percentual de mulheres com mestrado era de 55%, no doutorado era de 53%, já no cargo de docente eram 42% (*Ibid*).

Quando aplicamos o recorte da participação de mulheres por área, podemos verificar como os estereótipos de gênero refletem nas escolhas pelo curso, e simultaneamente o “efeito tesoura”: Engenharias: mestrado 31%, doutorado 32%, e docência 23%; Matemática/probabilidade e estatística: mestrado 26%, doutorado 25% e docência 23%; Ciências da Computação: mestrado 20%, doutorado 21% e docência 22%; Ciência e Informação: mestrado 34%, doutorado 34% e docência 26%.

O “efeito tesoura” é ainda mais agravante no que tange o financiamento de pesquisas. De acordo com o boletim do Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas Múltiplas Insurgências (INCT, 2023), “as mulheres ocupam 51,8% das bolsas de iniciação científica, enquanto os homens representam 38,23%. Em contrapartida, as mulheres têm 15,87% das bolsas de produtividade, já os homens, 30,22%” (INCT, 2023)<sup>30</sup>. A busca pela igualdade e equidade de gênero é em todos os níveis educacionais, mas na medida em que se avança no degrau das hierarquias, as dificuldades são maiores, a correlação de força e a disputa por esses espaços são mais obstinados.

Se nos níveis em que as mulheres são maioria a desigualdade de gênero é latente, nos mais altos níveis da carreira acadêmica, um espaço majoritariamente masculino, essa desigualdade é flagrante. Em um compilado de dados no artigo “Desigualdade de gênero por área de conhecimento na pesquisa brasileira: panorama das bolsistas PQ/CNPq”, Cunha, Dimenstein e Dantas (2021) apresentam as profundas desigualdades da participação das mulheres na produção do conhecimento, com foco nas bolsas de

---

<sup>29</sup> GEMAA/IESP-UERJ. Infográfico “Mulheres na Ciência Brasileira”. Dados de participação das mulheres na ciência. disponível em: <https://gemaa.iesp.uerj.br/infografico/participacao-de-mulheres-na-ciencia/>. Acesso em 02 de Agosto de 2024.

<sup>30</sup> RESENDE, Viviane; BESSA, Karla. Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas Múltiplas Insurgências (INCT Caleidoscópio). Boletim INCT Caleidoscópio, edição 1. UnB, 2023. Disponível em: < <https://mailchi.mp/41dc0fdbea02/boletim-inct-caleidoscpio-edio1-13735268?e=6ca2467e11>>. Acesso em 02 de agosto de 2024.

produtividade, e demonstra como essa desigualdade é marcada por gênero, classe, raça, etnia e localidade.

A começar pela forma como as/os bolsistas PQ são selecionadas pelo Comitê de Assessoramento (CA), cuja “composição hegemonicamente masculina (somente 31% dos membros são mulheres)” torna-se um empecilho na medida em

as desigualdades mantidas no interior dos sistemas científicos estão relacionadas com os discursos de ‘objetividade’ e de ‘neutralidade’ que moldam os processos de avaliação e reconhecimento de pesquisadoras e pesquisadores. Isso porque, ao defender cegamente esses princípios, continuamente, tem-se escondido o lócus de enunciação dos sujeitos que decidem os rumos dos recursos científicos. (Cunha, Dimenstein e Dantas, 2021, p. 85).

As pesquisas e as pesquisadoras dependem do financiamento, o que muitas vezes é negado às mulheres, colocando-as em situações de precariedade para desenvolver seus trabalhos. Cunha, Dimenstein e Dantas (2021) concluem que: a) as mulheres são minorias na ciência brasileira; b) as/os pesquisadoras/es se concentram em determinadas áreas do conhecimento; c) “há uma desigualdade na distribuição entre homens e mulheres, levando em conta a modalidade de bolsa PQ” (p.90), sendo os homens a maioria nos níveis mais privilegiados de bolsa. O estudo verificou ainda que as mulheres são minoria em todas as modalidades de bolsa, e que as áreas de Ciências da Vida (CV) e Engenharia, Ciências Exatas e da Terra (Ecet) recebem mais recursos, e que são justamente nessas áreas onde as mulheres enfrentam maiores dificuldades e estão em menor número. Por fim, a pesquisa (*ibid.*) demonstra que as regiões consideradas centro do conhecimento no país (sul-sudeste) concentram a maior quantidade de bolsas de produtividade, e em todas as regiões há o predomínio de bolsas CV e Ecet, “as CHSA recebem o menor quantitativo de bolsas em todas as regiões do País (*ibid.*, p. 86). Não coincidentemente, é nessa área do conhecimento que há o maior número de bolsistas mulheres.

Em contrapartida, nas áreas predominantemente masculina a realidade é outra. Segundo os dados levantado pelo INCT (2023), no ano de 2022 “A Ciências Exatas e da Terra foi a grande área que recebeu o maior número de bolsas, com 21,72% do total de bolsas nessa modalidade, seguida das Ciências Biológicas (16,26%) e Engenharias (13,96%).”

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A concepção da neutralidade e objetividade científica foi um fator crucial para a exclusão das mulheres do mundo científico. Neste sentido, um dos principais objetivos dos estudos de gênero é a crítica à ciência moderna, pois a inserção das mulheres neste meio deveria, necessariamente, passar por uma reestruturação. Desmistificar esse ideal construído a partir das relações de gênero, isto é, do que é estabelecido como natural do homem ou natural da mulher, perpassa por uma série de conflitos, porque envolve debater as estruturas vigentes de poder. Trata-se de uma modificação não só no modo de pensar/fazer ciência, mas envolve toda a estrutura social que se manteve intacta durante muito tempo.

A desigualdade de gênero se faz presente em muitos outros aspectos no âmbito acadêmico. Nosso objetivo, contudo, é traçar um panorama dessas relações, da forma como elas foram engendradas e persistem como fator determinante para a permanência de mulheres nas universidades, e demonstrar que na pesquisa científica brasileira há uma relação desproporcional em termos numéricos da participação de mulheres na distribuição dos postos de poder/saber.

Essas desigualdades quando analisadas da perspectiva do gênero são consideradas profundas, mas, se analisadas pela perspectiva decolonial e inseridas no contexto sul global ao qual pertencemos, veremos o abismo que é de fato. Neste primeiro momento desta pesquisa que ainda está em andamento, objetivamos demonstrar como os estudos de gênero foram cruciais para promover transformações em todos os aspectos, econômicos, políticos, sociais e culturais. Mas, como todas os métodos no âmbito científico, precisa de suporte e é passível de ser aprimorado. O gênero, enquanto categoria analítica, precisou ser debatido, confrontado e legitimado em muitos momentos. No contexto sul global, por exemplo, gênero não basta para apreendermos as dinâmicas das relações sociais.

Concluimos que, apesar das inúmeras conquistas por parte das mulheres e dos avanços educacionais em todos os níveis, a estrutura do gênero ainda permanece como fator axiomático, promovendo a desigualdade de gênero. As mulheres são maioria em cursos considerados próprios para as mulheres, como cuidado, higiene e educação, e os homens são maiorias em cursos que se acredita estar mais vinculado com a neutralidade, racionalidade e objetividade, como Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática

(STEM). Os dados reforçam como as escolhas pelos cursos ainda é marcadamente generificada.

Verificamos ainda como as mulheres na pesquisa são subfinanciadas em detrimento dos homens. O “efeito tesoura” demonstra como essa desigualdade se intensifica na medida em que se avança nos níveis mais prestigiados da carreira acadêmica, além das desigualdades intensificadas por marcadores sociais e o fator regional que caracteriza regiões como centro e periferia do conhecimento.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, E. D. José. *Demografia e economia nos 200 anos da independência do Brasil e cenários para o século XXI* / Supervisão e coordenação metodológica da Diretoria de Ensino Técnico; assessoria técnica de. Rio de Janeiro: ENS, 2022. ISBN 978-65-88030-17-2.

BITENCOURT, M. Silvana. *Gênero e Ciência: relevância e contemplação da temática no cenário brasileiro*. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero: corpo, violência e poder. Florianópolis: Anais Eletrônicos, 2008.

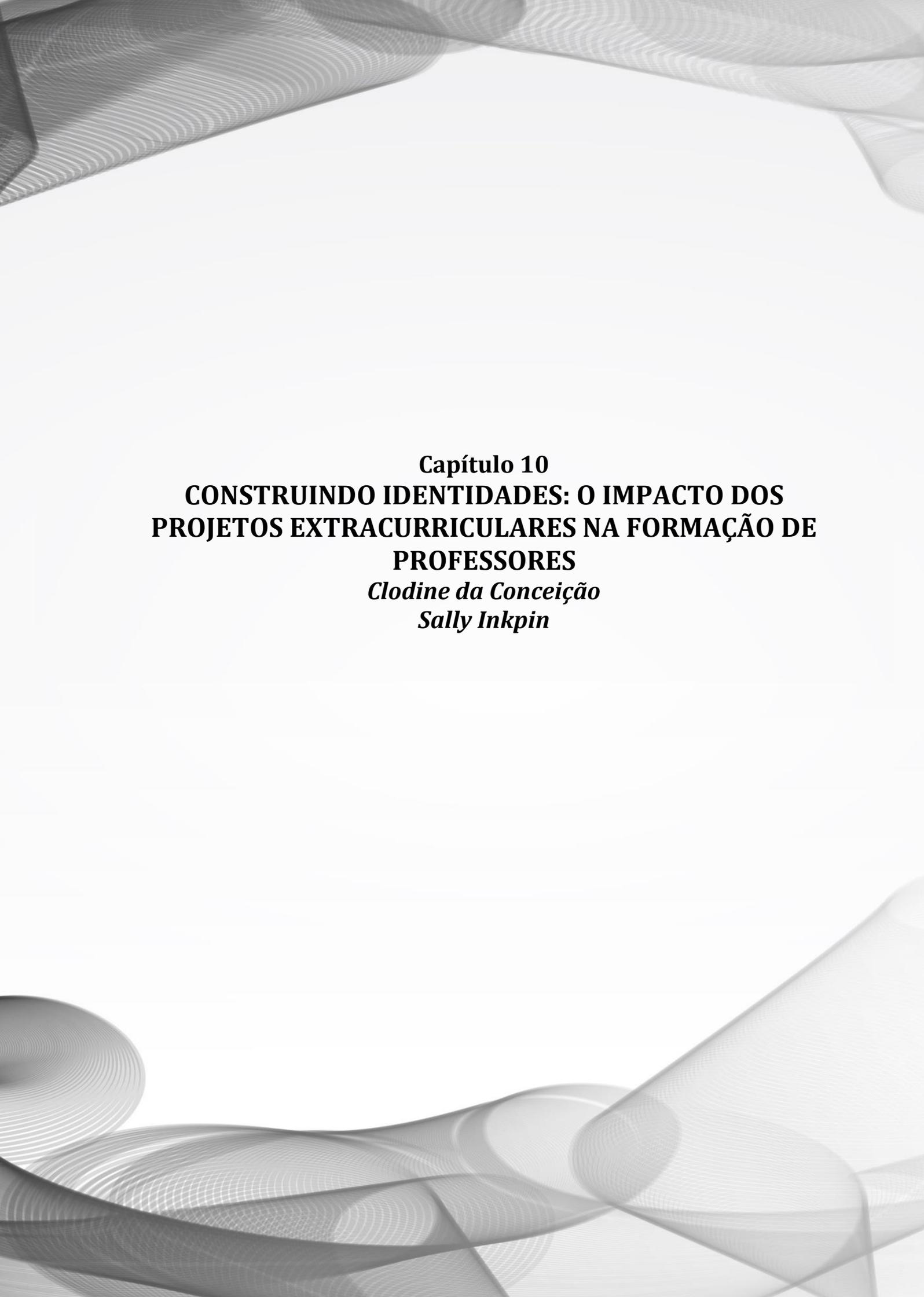
BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CUNHA, Rocelly; DIMENSTEIN, Magda; DANTAS, Candida. *Desigualdades de gênero por área de conhecimento na ciência brasileira: panorama das bolsistas PQ/CNPq*. Saúde debate, Rio De Janeiro, V. 45, N. Especial 1, p. 83-97, Out 2021. Disponível Em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/X4B8B69D9cPFhxQbZDQSD6c/?format=pdf&lang=pt>> acesso em 02 de Agosto de 2024.

DECOL, Jocieli. *O feminismo transformando a ciência: avanços da epistemologia feministas na análise de opressão de gênero na ciência*. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia E Ciências Humanas, Programa De Pós-Graduação Em Sociologia Política. Florianópolis, p. 86, 2022.

KELLER, E. F. *Qual foi o impacto do feminismo na ciência?* Cadernos Pagu, Campinas, n. 27, p. 13-34, jul./dez. 2006.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, v 16, n2, . p 5-22, 1990.



**Capítulo 10**  
**CONSTRUINDO IDENTIDADES: O IMPACTO DOS**  
**PROJETOS EXTRACURRICULARES NA FORMAÇÃO DE**  
**PROFESSORES**

*Clodine da Conceição*  
*Sally Inkpin*

## CONSTRUINDO IDENTIDADES: O IMPACTO DOS PROJETOS EXTRACURRICULARES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

**Clodine da Conceição**

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Tecnologias das Linguagens, pela Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus V, Santo Antônio de Jesus. Email: cloo.conceicao@gmail.com. A maior parte do artigo foi escrito da minha perspectiva, em primeira pessoa, com pequenas intervenções de Sally Inkipin, orientadora e parceira dos trabalhos.*

**Sally Inkipin**

*Professora Adjunta do curso de Licenciatura em Letras, Língua Inglesa e Literaturas, da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus V, Santo Antônio de Jesus. Email: sally.pinh@gmail.com*

### **RESUMO**

Neste artigo, tematizo minha trajetória universitária no curso de Licenciatura de Letras, Língua Inglesa e Literaturas da Universidade do Estado da Bahia, evidenciando como minhas experiências nos programas extracurriculares do PIBID, do Programa Afirmativo e da Residência Pedagógica me possibilitaram ressignificar minha identidade de mulher negra e professora de inglês. Através desses projetos, os bolsistas levaram textos provocadores e polêmicos para o público do Ensino Médio da Escola Pública e, a partir deles, foram feitas discussões sobre raça, gênero e sexualidade. Central ao meu caminho de conscientização foram as leituras do conto *Recitatif*, de Toni Morrison (1983) e da obra *Ensinando a transgredir*, de bell hooks (2013) que me possibilitaram perceber meus próprios preconceitos, limitações, mas também as minhas potencialidades. Tal processo de conscientização desperto pelos projetos e longe da grade curricular universitária motivou-me fazer um trabalho investigativo de letramento racial com minhas colegas de curso através da oficina *Black Voices: reading, reflection, and discussion*. Nesse propósito, abordamos e problematizamos trechos de obras literárias de escritoras negras como estímulo de interpretação e, a partir delas, estimulamos a contação das narrativas dos participantes e de nós. Tais

experiências e as estratégias didáticas que foram se desenvolvendo ao longo dos trabalhos frutificaram ricas discussões que contribuem para a revitalização do ensino de línguas.

**Palavras-chave:** Abordagem Decolonial, Narrativas Pessoais, Ensino de Línguas, Leitura, Literatura.

#### **ABSTRACT**

In this article, I discuss my university career at the Literature, English Language and Literature Degree course at the State University of Bahia (UNEB). I highlight how my experiences on the Extracurricular Programs of PIBID, the Affirmative Program and Pedagogical Residency enabled me to understand myself as a black woman and an English teacher in new ways. The project monitors presented provocative and controversial texts to the State High School students and through them carried out discussions about race, gender and sexuality. Reading the short story *Recitatif*, by Toni Morrison (1983) and the work *Teaching to transgress*, by bell hooks (2013), were central to my path of self awareness and allowed me to realize my prejudices, limitations, but also my potential. The process of awareness awakened by the projects, distant from the formal university curriculum, motivated me to do investigative work on racial literacy with my course colleagues through the workshop *Black Voices: reading, reflection, and discussion*. For this purpose, we presented and discussed excerpts from literary works by black women writers as a stimulus for interpretation and encouraged the telling of the participants' own narratives as well as our own. Such experiences and the teaching strategies that were developed throughout the different projects resulted in rich discussions that contribute to the revitalization of language teaching.

**Keywords:** Decolonial Approach, Personal Narratives, Language Teaching, Reading, Literature.

## **INTRODUÇÃO**

A construção da identidade da mulher negra é uma jornada de desafios e descobertas. Desde a infância, somos confrontadas com a falta de representatividade e as imposições de padrões eurocêtricos de beleza que tentam nos moldar e silenciar nossa memória histórica e ancestral. Inspirada pelas reflexões de bell hooks (2013), neste ensaio explorarei minha trajetória pessoal e acadêmica como discente em formação de um curso de licenciatura da língua inglesa na busca pelo auto-reconhecimento e consciência e orgulho racial. Para tanto, ao longo desta escrita, abordarei as experiências vividas em programas extensionistas a exemplo do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Doravante PIBID), do Programa Afirmativa (PA) e do Programa

Residência Pedagógica (PRP) desenvolvidos no âmbito da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), todos eles cruciais para meu despertar racial e desenvolvimento crítico. Por meio desses relatos, evidenciamos a importância de iniciativas educacionais que promovem o letramento racial crítico e a inclusão de narrativas afrodescendentes no currículo escolar.

## **IDENTIDADE RACIAL: UMA JORNADA DE DESAFIOS**

Começo este artigo me referindo às experiências de bell hooks (2013). Ainda menina, vivendo em uma sociedade segregada, hooks frequentou escolas exclusivas para negros, onde teve professoras negras que incentivavam seus alunos a quebrar estereótipos e a pensar criticamente. No Brasil, nunca tivemos uma segregação declarada, mas, como indicam Pinto e Ferreira (2014), ela existiu de forma velada e persiste até hoje. Negros nascem e crescem em uma sociedade que não fala abertamente sobre questões raciais, mas sempre deixa claro, de maneira implícita, qual deveria ser o papel do negro e onde deveria estar. Contrariando esses discursos hegemônicos, rompi essa sequência ao buscar minha identidade racial e desenvolver orgulho dela.

A construção da identidade da mulher negra é uma jornada de desafios. Desde a falta de representatividade nos cargos de poder e lugares de visibilidade até a negação de nossas origens étnicas, enfrentamos obstáculos diários. Muitas vezes, somos pressionadas a esconder nossa identidade cultural, alterando características físicas para nos enquadrar em padrões eurocêntricos de beleza. Isso não apenas nega nossas raízes raciais e culturais, mas perpetua padrões e costumes prejudiciais ao negro pelo reforço da ideia de que apenas um tipo de aparência é aceitável ou valorizado. A construção da identidade afrodescendente é complexa, influenciada por práticas sociais inferiorizantes e discriminação sistêmica que moldam a forma como nós, mulheres negras, nos vemos e somos vistas.

Crenshaw (2014), ao discutir a interseccionalidade (estrutural, política, representativa), mapeia os espaços em que as mulheres negras estão inseridas entre as categorias de raça e gênero. Ela descobre que as mulheres negras estão sempre em estruturas sobrepostas de subordinação. Nesse contexto, minha trajetória se entrelaça com as experiências discutidas por hooks e Crenshaw, revelando uma luta contínua por

reconhecimento e respeito. A interseccionalidade, portanto, não é apenas uma teoria, mas uma realidade vivida que exige resistência e resiliência diárias.

Ao contrário de hooks (2013), que teve professoras negras que a incentivavam a práticas liberatórias, a minha infância foi marcada por piadas sobre meu cabelo e, na adolescência, por um sentimento de obrigação de servir, sempre pronta para reparar algo que não era minha culpa. Esse sentimento é descrito por Michelle Obama (2022), quando ela diz: “é um lembrete silencioso e transmitido do peso que foi carregado ao longo do tempo [...] nosso povo - tudo o que eles precisavam consertar, servir, consertar e transportar para sobreviver.” (Obama, 2022, p. 28). Esse sentimento de subserviência não era consciente na minha adolescência. Como já dito, não tive professores que me incentivassem a romper os paradigmas inferiorizantes. Minha mãe, muito ocupada, trabalhando para criar três filhos, também não teve acesso ao ensino racial ou a oportunidade a desenvolver uma criticidade em relação a sua identidade. O que tínhamos eram sentimentos, que sentíamos na pele, literalmente.

Apesar da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as disciplinas do Ensino Fundamental e Médio, a efetiva inserção dessas temáticas nas aulas continua precária, devido principalmente à falta de capacitação dos professores. Mesmo na grade universitária da UNEB, no currículo reformado, operante de 2011 com seu último aceite de calouros em 2018, a única disciplina que teve leituras e discussões raciais na ementa do curso foi a de África e a diáspora<sup>31</sup>. O currículo seguia um modelo humanista clássico, vigente desde os gregos antigos que exigia certos conteúdos essenciais como: literatura, ética (religião), as ciências físicas, as ciências biológicas, história e uma língua estrangeira. O ensino da língua estrangeira foi baseado em objetivos lexicais e gramaticais (FINNEY, 2006). Disciplinas sobre práticas pedagógicas eram ausentes do curso, os quatro componentes de Estágio Curricular Supervisionado (120 horas cada) eram considerados suficientes para lidar com a metodologia de ensino e os saberes pedagógicos, entretanto as diversas necessidades dessas disciplinas de fazer observações, projetos de intervenção, o planejamento e execução de aulas limitavam quanto poderemos pensar o fazer pedagógico e refletir sobre nossas práticas.

---

<sup>31</sup> Componente curricular ministrado pela prof. Dra. Alyxandra Nunes Gomes, docente do Colegiado de Licenciatura em Letras, Língua Inglesa e Literaturas do DCH-campus V da UNEB.

## **O PAPEL TRANSFORMADOR DOS PROGRAMAS EXTENSIONISTAS**

Na universidade, participei do PIBID entre 2018 e 2020. O título do subprojeto<sup>32</sup>, era *Tecendo leituras, (re)construindo identidades: o lugar das diferenças no ensino e aprendizagem da língua inglesa* e visava valorizar o ensino e a aprendizagem da língua inglesa no contexto da escola pública promovendo um olhar crítico sobre os pressupostos educativos que produzem desigualdades, especialmente baseadas em marcadores sociais das diferenças como gênero, raça/etnia e sexualidade.

Eu, jovem e maravilhada com as possibilidades da vida acadêmica, estava eufórica e receosa ao mesmo tempo: eufórica por fazer parte de algo desafiador e inovador e receosa sobre minha capacidade de ensinar alunos do ensino médio. Entretanto, nas reuniões preparatórias para nossa inserção nas escolas, percebi que não seríamos postos na linha de frente sem antes sermos capacitados. Estávamos no início da universidade, muitos de nós no primeiro semestre. O trabalho das coordenadoras, Vera Lúcia Lima Carvalho e Sally Inkipin, foi fundamental para nossa preparação.

A cada reunião semanal, descobria e aprendia algo novo: desde a produção de planos de aula e material didático até abordagens metodológicas. O subprojeto tinha como objetivo abordar temas como gênero, raça, sexualidade e meio ambiente. Cada dupla trabalhava com o tema de sua escolha. Eu e minha dupla trabalhamos com gênero, sexualidade e, finalmente, raça. Este último tema vive na minha mente até hoje. Compreendi que não basta ser negro para falar de raça, discriminação e racismo; é preciso estudo e um encontro racial consigo mesmo. Foi nesse momento que percebi a necessidade de compreensão dos meus processos de subjetivação, voltando-me para o meu ser no mundo e me redescobrimo e identificando racialmente.

Mesmo que houve forte ênfase do PIBID de 2018-2020 na metodologia de ensino e o planejamento e o ministro das oficinas, aconteciam rodas de conversa semanais com e sem leituras, em que os alunos falavam de suas experiências e idéias em relação aos temas de raça, gênero e as sexualidades, momentos que eram essenciais para levar esses temas para a sala de aula. Minha experiência no PIBID demonstra a importância dos projetos extensionistas; sem eles, eu não teria percebido que vivia subordinada e inferiorizada, e que aderiu às práticas comuns da sociedade que rebaixavam a cultura e

---

<sup>32</sup> Subprojeto é de autoria do prof. Dr. Clebemilton Gomes do Nascimento e que coordenou no primeiro momento. Posteriormente ele passou a ser coordenado pela profa. Dra Sally Cheryl Inkipin.

aparência do negro, baseadas em histórias que defendiam a hegemonia sociocultural do branco.

### **PROGRAMA AFIRMATIVA – *WORKING TOGETHER***

O grande divisor de águas na minha trajetória identitária foi a participação no PA da UNEB, no projeto, *Working Together* (2021-2022)<sup>33</sup>. Cada das três bolsistas abordava um tema diferente e produzia materiais didáticos para o ensino-aprendizagem da Língua Inglesa. Uma abordava a música de protesto e resistência, especialmente relacionada a questões de opressão e exclusão racial; a segunda abordava as sexualidades. Meu papel no programa era produzir materiais didáticos em língua inglesa que destacassem mulheres negras - escritoras, cantoras, ativistas, entre outras. A formação começou com rodas de conversa em que a Coordenadora e as bolsistas falavam de si e de experiências que marcaram suas vidas em termos de raça e gênero. Nossa primeira leitura foi o conto *Recitatif* de Toni Morrison (1983). Esse conto intrigante segue duas personagens em cinco momentos distintos de suas vidas, cada um envolvendo situações tensas de conflitos raciais. O que torna a história especialmente instigante é que a identidade racial das personagens, uma negra e uma branca, nunca é revelada explicitamente. O leitor é desafiado a identificar a raça de cada personagem através de pistas sutis no texto, um encontro com a linguagem e os sentidos construídos na trama social das relações de poder.

Através do trecho, “[...] one of the things she said was that they never washed their hair and they smelled funny. Roberta sure did. Smell funny, I mean.”<sup>34</sup> (Morrison, 1983, p.1), deparei-me associando as frases “cheirar engraçado” e “nunca lavar o cabelo” a pessoas negras. Foi nesse momento que percebi o quanto tinha internalizado os preconceitos que a sociedade replica diariamente. Ao ler *Recitatif*, percebia-me constantemente associando aspectos negativos à personagem supostamente negra. Isso me fez questionar e refletir sobre o porquê desses pensamentos. A partir desse momento, comecei a revisar minhas atitudes e reconhecer muitas delas como racistas e discriminatórias. Compreendi que o sentimento constante de inferioridade e a ideia de

---

<sup>33</sup> O projeto *Working Together* do Programa Afirmativo foi coordenado pela professora Sally Inkipin

<sup>34</sup> “[...] uma das coisas que ela falou foi que eles nunca lavam o cabelo e que cheirava estranho” (Morrison, 1983, p. 1, Tradução nossa)

que deveria sempre servir estavam enraizados culturalmente em mim. Embora ninguém tenha dito diretamente, as práticas culturais e sociais, herdadas da história do colonizador europeu, impregnaram minha mentalidade. Sem criticidade e nenhum letramento crítico ou racial, nunca soube distinguir ou enxergar essas atitudes moldadas a favor da sociedade branca. Foi só na universidade, participando de projetos extensionistas, que comecei a me redescobrir.

Outra leitura libertadora que fizemos foi *Teaching to Transgress* (hooks, 2013). hooks nos conduz através de seu livro, por abordagens de ensino, teorias e experiências pessoais, ao caminho à liberdade. Ela nos ensina que a educação para a liberdade é quebrar paradigmas, dar voz aos alunos e ensinar para incentivar o desenvolvimento do pensamento crítico, transgredindo estereótipos e considerando as perspectivas de todos, todas e todes. É teorizar sobre raça, gênero, sexualidade, religiosidade e classe social de maneira inclusiva.

Após ler *Teaching to Transgress* (hooks, 2013), percebi ainda mais a necessidade de mudar as estruturas que foram instauradas em mim. Com o despertar para a realidade e para as histórias não contadas, vi-me em busca de conhecimento, o que me levou ao tema do meu trabalho de conclusão de curso (TCC) que lidou com o letramento racial. bell hooks e seu conceito de ensinar para transgredir se tornaram central à metodologia que implementei em minha pesquisa de campo que envolvia a escuta ativa e o ato de contação de histórias que busca dar voz às diversas narrativas (especialmente dos alunos/das alunas), às histórias que não foram contadas, oferecendo outras perspectivas, além da História dominante. Esse método também é utilizado na Teoria Crítica Racial discutida por Tate (1997), emergindo como uma ferramenta essencial na minha jornada de reflexão e transformação.

O PA me levou ao encontro do meu eu, da minha identidade, tomei consciência de que pessoas negras como eu estavam reproduzindo discursos e práticas incansavelmente, que tanto abominamos. Muitas delas não tiveram e não terão a oportunidade de refletir sobre isso, de ter um momento de autodescoberta. É por propor essas oportunidades que o letramento racial crítico existe e vem ganhando espaço. Todos os projetos em que participei estavam alinhados a essa demanda de letramento multi e racial para os alunos.

E foi por estar alinhada a esse tema que, após a leitura do artigo *Formação de professores de inglês para abordagem de questões étnico-raciais: Práticas planejadas e práticas manifestas*, escrito por Joelma Silva Santos (2021), pude abordar questões étnico-

raciais no ensino da língua inglesa nos componentes de Estágio Curricular Supervisionado. No artigo mencionado acima, a autora apresenta uma análise detalhada dos estágios de identidade afrodescendente descritos por Ferreira (2000), que são compostos por quatro fases distintas. Através dessa leitura, identifiquei que me encontrava no segundo estágio, conhecido como o estágio de impacto. Nesse estágio, o indivíduo experimenta um choque de realidade, começando a perceber e teorizar sobre as influências profundamente enraizadas da cultura dominante branca. Foi exatamente nesse estágio que me encontrava, profundamente impactada pelas recentes descobertas sobre minha própria identidade.

A leitura do artigo de Joelma Silva Santos (2021) e a identificação do meu estágio de identidade afrodescendente proporcionaram uma profunda introspecção sobre minha jornada pessoal e acadêmica. Essa reflexão, aliada à experiência adquirida nos programas de extensão, consolidou minha decisão de explorar a temática do letramento racial em meu Trabalho de Conclusão de Curso (doravante TCC). Assim, ao abordar a inclusão da identidade racial nas aulas de língua inglesa, busquei também analisar a formação de professores para essas questões. A constatação da ausência de componentes curriculares voltados para o letramento racial no curso de Letras, Língua Inglesa e Literaturas (2011-2019) da UNEB me motivou a propor uma oficina exploratória sobre o tema para colegas de meu curso. Embora não suprisse totalmente a lacuna no curso, a oficina permitiria uma análise das identidades raciais dos participantes e de sua consciência disso, evidenciando a necessidade urgente de incorporar esses estudos de forma mais estruturada no currículo.

## **O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA – PRP**

Durante a elaboração e redação do meu TCC, surgiu a oportunidade de participar de mais um programa extensionista, o PRP, oferecido pela CAPES, destinado a estudantes que estavam participando dos Estágios Curriculares Supervisionados de seus cursos. Nesse programa, os alunos tiveram a oportunidade de desenvolver e ministrar aulas sobre uma variedade de temáticas. Desta vez, nosso coordenador foi Clebemilton Gomes do Nascimento. O subprojeto teve como objetivo principal gerar conhecimento ao analisar os processos formativos dos graduandos, com a finalidade de nos estimular a refletir criticamente sobre nossa formação acadêmica. Priorizamos o nosso protagonismo na

intersecção entre ensino e pesquisa, buscando integrar de forma eficaz essas duas esferas fundamentais da vida acadêmica.

Durante a minha participação no PRP, fui exposta a uma variedade de teorias, métodos e práticas inéditos para mim, o que enriqueceu significativamente minha jornada acadêmica. Aprendi abordagens metodológicas como a cartografia (Kastrup, Barros, 2009) e a escrita encarnada (Nascimento; Lucas, 2023), as quais integrei posteriormente à elaboração do meu TCC. Essa experiência ressaltou a importância de permanecer atenta e livre de preconceitos para compreender as dinâmicas dos alunos e do ambiente educacional.

Apesar das minhas hesitações iniciais em abordar a temática racial, que já era objeto de meu TCC, a experiência no PRP me encorajou a enfrentar esse desafio. Ao compreender que cada experiência é única e que o programa valorizava o conhecimento produzido através da jornada da pesquisa, decidi avançar com determinação. Embora tenha enfrentado algumas reações desanimadoras por parte dos alunos, como o enunciado "já estou cansado de falar sobre racismo", percebi a complexidade das reações individuais. Adaptamos nossos métodos e materiais ao longo do processo, o que resultou em uma maior participação e compreensão dos alunos ao final da sequência didática.

O receio que antes dominava meus pensamentos deu lugar a um desejo ardente de dissipar as reservas que os alunos tinham em relação ao tema de racismo. A experiência de abordar a questão racial com alunos do ensino médio naquela época serviu como um prelúdio crucial para a realização da oficina proposta em meu TCC.

O público da oficina *Black Voices: Reading, Reflection, and Discussion* (Conceição, 2023) foi composto exclusivamente por mulheres, e visamos examinar a consciência racial e a identidade racial das futuras professoras de língua inglesa, além de iniciar sua conscientização racial e informá-las sobre práticas inclusivas e equitativas relacionadas à discussão de questões raciais em sala de aula. A oficina representou a culminância de tudo que vinho aprendendo ao longo dos anos de minha graduação, por meio de participações em programas e projetos extensionistas com o intuito afirmativo de contribuir para uma comunidade mais igualitária e socialmente justa.

Com base no Letramento Racial Crítico delineado por Ferreira (2015), na Teoria Racial Crítica apresentada por Tate (1997), e na abordagem de contação de histórias (o incentivo das alunas falar de si) de bell hooks (2013), dei início a mais uma fase significativa em minha jornada de autodescoberta e engajamento. Nesta etapa, adentrei o

estágio 4 de identidade afrodescendente, conhecido como o estágio da articulação, no qual me envolvi em ações voltadas para o fortalecimento e empoderamento da comunidade negra. Durante essa fase, transformamos nossas experiências e conhecimentos em iniciativas que visam informar, conscientizar, revitalizar e transformar nossa comunidade. Não nos limitamos mais a viver de acordo com a narrativa hegemônica branca, mas buscamos contar e ouvir nossas próprias histórias e narrativas. Foi dessa maneira que iniciamos a oficina, explorando obras como *Teaching to Transgress* de bell hooks (2013), *The Light We Carry* de Michelle Obama (2022), e *Recitatif* de Toni Morrison (1983).

Em cada encontro, descobríamos algo novo e nos deparávamos com nossos preconceitos internalizados. Ficou evidente que a maioria das participantes ainda não havia descoberto plenamente suas identidades raciais. Embora pudessem estar conscientes de questões raciais, muitas delas ainda não haviam desenvolvido as habilidades necessárias para abordar essas questões em suas salas de aula. Esse primeiro passo crucial de autoconhecimento é fundamental para aplicar efetivamente o que aprendemos, reconhecendo nossa identidade racial, conforme destacado por Ferreira (2015). Muitas participantes estavam em transição entre os estágios de submissão e impacto, conforme delineado por Ferreira (2000). Um dos resultados da oficina foi a confirmação da urgência de despertar o interesse e a conscientização sobre as questões raciais e identitárias entre as futuras professoras de língua inglesa através da grade curricular.

## **CONCLUSÃO**

Concluo este artigo reiterando a grande importância de programas extensionistas e iniciativas de letramento racial crítico na formação de professores. Minha trajetória ilustra como a exposição a teorias, práticas e reflexões críticas pode transformar profundamente a compreensão e a prática educacional do aluno. As experiências no PIBID, no PA, no PRP, e na realização da oficina *Black Voices: Reading, Reflection, and Discussion* não apenas enriqueceram minha formação, mas também evidenciaram a necessidade urgente de capacitar futuros educadores para abordar questões raciais de forma crítica e inclusiva.

O PIBID foi essencial para minha trajetória, proporcionando práticas e oportunidades que complementaram meu engajamento social e racial. No PA da UNEB, o projeto *Working Together*, foi um divisor de águas, especialmente em relação ao despertar para a identidade racial. Esse programa permitiu-me aprofundar minha compreensão sobre as influências culturais e históricas na construção da identidade negra. Ao produzir materiais didáticos que destacavam mulheres negras e participar de leituras e discussões críticas, comecei a reconhecer e valorizar minha própria identidade racial de maneira mais consciente e assertiva.

O PRP me expôs a uma variedade de teorias e práticas metodológicas inéditas que possibilitaram uma abordagem reflexiva, crítica e mais empoderada na elaboração do meu TCC. A experiência acumulada ao longo desses programas extensionistas mostrou que a educação para a liberdade, como defendida por bell hooks, é essencial para romper com as narrativas hegemônicas reinantes e promover uma sociedade mais justa e equitativa.

Ao reconhecer nossas próprias identidades raciais e capacitar-nos para discutir e abordar essas questões em sala de aula, podemos contribuir significativamente para a formação de uma geração mais consciente e comprometida com a justiça social. Portanto, é imperativo que as instituições de ensino superior incorporem de maneira estruturada e sistemática o estudo das questões raciais e identitárias em seus currículos. Somente assim poderemos garantir que futuros professores estejam preparados para enfrentar e superar as desigualdades raciais, promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL, M. E. (2003). **Lei n.º 10639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 9 jan. 2003 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm) > Acesso em: 22 nov. 2022.

CONCEIÇÃO, Clodine. **Letramento racial crítico: formação de professoras de língua inglesa para as questões raciais**. Santo Antônio de Jesus, 2023.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Beyond racism and misogyny: Black feminism and 2 Live Crew. In: **Feminist social thought**. Routledge, 2014. p. 245-263

FERREIRA, A. de J. Narrativas autobiográficas de professoras/es de línguas na universidade: letramento racial crítico e teoria racial crítica. In: FERREIRA, A. de J. (org.). **Narrativas autobiográficas de identidades sociais de raça, gênero, sexualidade e classe em estudos da linguagem**. Campinas: Pontes Editoras, 2015. v. 1, p. 127-160.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afrodescendente: Identidade em Construção**. Rio de Janeiro, Palhas, 2000.

FINNEY, D. The ELT Curriculum: A flexible model for a changing world In: RENANDYA, W.; RICHARDS, J. (Eds) **Methodology in Language Teaching: An anthology of current practice**. Cambridge: CUP, 2006. Ch. 7. p. 69-79.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**: editora WMF Martins Fontes; tradução de Marcelo Brandão Cipolla.- São Paulo, 2013.

KASTRUP, V.; BARROS, L. P. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 52-75.

MORRISON, Toni. Recitativ. In: **Confirmation: An Anthology of African American Women**, editado por Amiri Baraka e Amina Baraka, 58-69. New American Library, 1983.

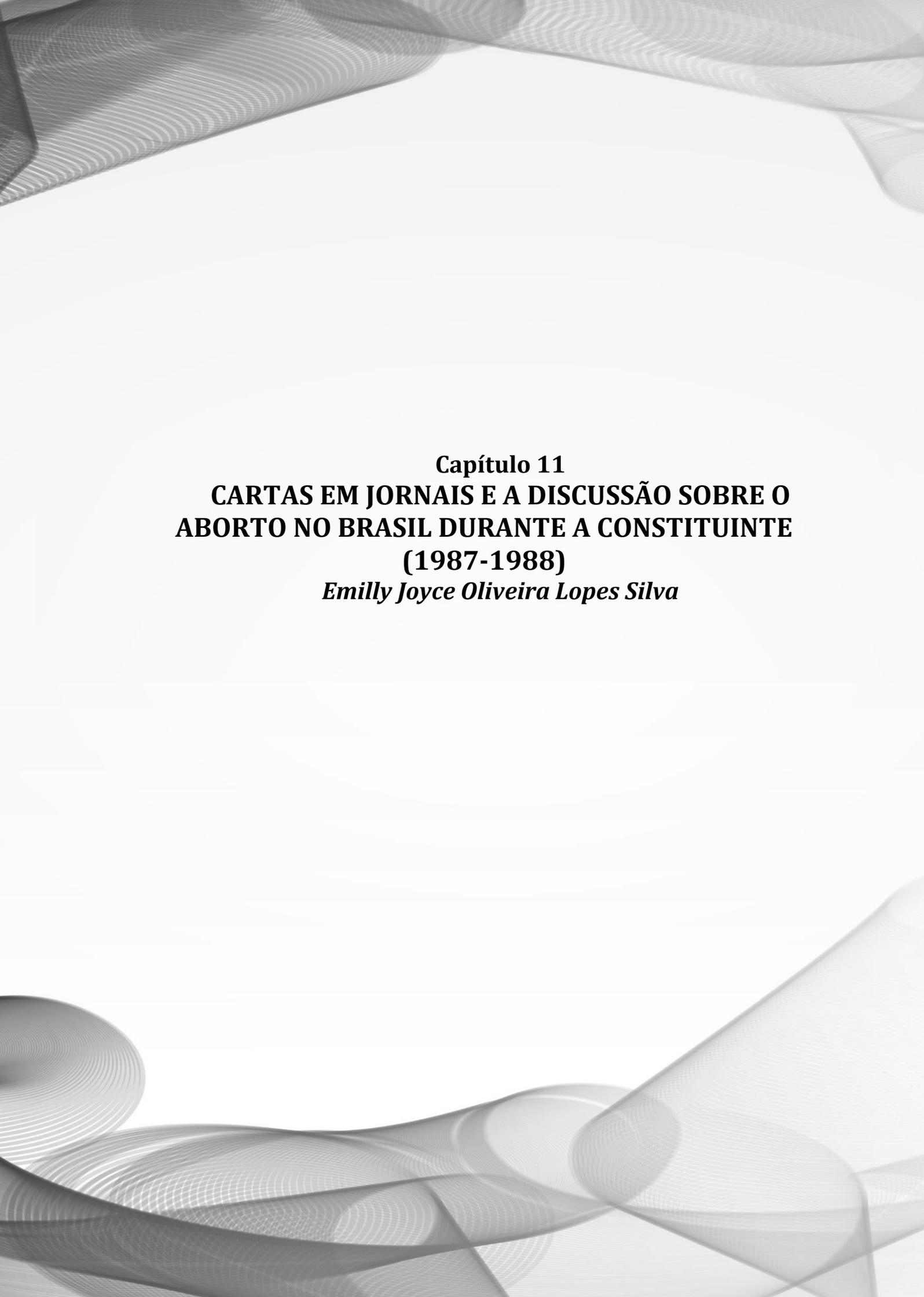
NASCIMENTO, C. G; LUCAS, C. H. **A escritura encarnada na criação de conhecimento científico-acadêmico: notas sobre experiências**. Revista da FUNDARTE. v.57, n.57, 2023.

OBAMA, Michelle. **The Light We Carry: overcoming in uncertain times**. UK: Penguin Viking, 2022.

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 9, n. 2, p. 256-266, 2014.

SANTOS, Joelma Silva. Formação de professores de inglês para abordagem de questões étnico-raciais: práticas planejadas e práticas manifestas. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 60, p. 43-57, 2021.

TATE, W. F. Critical race theory and education: history, theory, and implications. In: APPLE, M. W. (Ed.). **Review of Research in Education**. Washington, DC: American Educational Research Association, v. 22, p. 195-247, 1997.



**Capítulo 11**  
**CARTAS EM JORNAIS E A DISCUSSÃO SOBRE O**  
**ABORTO NO BRASIL DURANTE A CONSTITUINTE**  
**(1987-1988)**

*Emilly Joyce Oliveira Lopes Silva*

# CARTAS EM JORNAIS E A DISCUSSÃO SOBRE O ABORTO NO BRASIL DURANTE A CONSTITUINTE (1987-1988)

*Emilly Joyce Oliveira Lopes Silva*

*Doutora em Ciências Humanas – Estudos de Gênero pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH-UFSC), com período de estágio doutoral realizado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC). Integra o Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Saúde, Sexualidade e Relações de Gênero (NUSSERGE) e atua também como editora na Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Florianópolis, SC, Brasil. É professora colaboradora no Instituto Federal do Paraná (IFPR).*

## **RESUMO**

Assumindo a relevância histórica da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) como cenário de transição para uma maior participação democrática, este trabalho propõe uma análise do debate sobre a descriminalização do aborto a partir das cartas enviadas pelo público leitor aos jornais brasileiros. Como enquadramento, foi escolhido um dos principais argumentos utilizados no debate sobre a descriminalização do aborto: o direito à vida. Nesse sentido, o trabalho se ancorou em uma discussão teórica sobre esse tema, trazendo as possibilidades de uma perspectiva feminista, capaz de defender a vida sem excluir a liberdade sexual e reprodutiva, com foco para as problematizações de Judith Butler acerca da *vida precária*. A metodologia utilizada foi a pesquisa histórica documental, a partir da análise jornais de ampla circulação disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Brasileira. Utilizando a ferramenta de busca, o Jornal do Brasil foi o que apresentou a maior quantidade de referências, sendo escolhido como principal fonte para a coleta de dados. A partir dele, foram selecionadas cartas enviadas por leitores/leitoras representativas do debate sobre a descriminalização do aborto, bem como dos argumentos que se pautassem pela questão do direito à vida.

**Palavras-chave:** Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988); Aborto; Cartas; Vida Precária

## **ABSTRACT**

Assuming the historical relevance of the National Constituent Assembly (1987-1988) as a transition scenario for greater democratic

participation, this work proposes an analysis of the debate on the decriminalization of abortion based on letters sent by the reading public to Brazilian newspapers. As a framework, was chosen one of the main arguments used in the debate on the decriminalization of abortion: the right to life. In this sense, the work was anchored in a theoretical discussion on this topic, bringing the possibilities of a feminist perspective, capable of defending life without excluding sexual and reproductive freedom, focusing on Judith Butler's problematizations about *precarious life*. The methodology used was historical documentary research, based on the analysis of widely circulated newspapers available in the Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Using the search tool, Jornal do Brasil was the one that presented the largest number of references, being chosen as the main source for data collection. From it, letters sent by readers representing the debate on the decriminalization of abortion, as well as arguments that were guided by the issue of the right to life, were selected.

**Keywords:** National Constituent Assembly (1987-1988); Abortion; Letters; Precarious Life

## 1. Introdução

Assumindo a relevância histórica da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) como cenário de transição para uma maior participação democrática, este trabalho propõe uma análise do debate sobre a descriminalização do aborto a partir das cartas enviadas pelo público leitor aos jornais brasileiros. Como enfoque, foi escolhido um dos principais argumentos utilizados no debate sobre a descriminalização do aborto: o direito à vida. Nesse sentido, o trabalho se ancorou em uma discussão teórica sobre esse tema, trazendo as possibilidades de uma perspectiva feminista, capaz de defender a vida sem excluir a liberdade sexual e reprodutiva, centrando-se nas problematizações de Judith Butler (2006; 2015) acerca da *vida precária*.

Para tanto, é fundamental contextualizar que, no que diz respeito à interrupção voluntária da gravidez (IVG), o Brasil tem, ainda hoje, uma lei bastante limitada quando comparada a outros países (Sarmiento 2005). Desde 1940, o Código Penal, no capítulo “Dos Crimes contra a Vida”, prevê como crime “o aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento (art.124) e o aborto provocado por terceiros – sem consentimento da gestante (art.125) ou com seu consentimento (art.126)”. Somente o art. 128 afirma a não punição para o aborto provocado por médico ou médica, nos casos chamados de “aborto necessário”, ou seja, “se não há outro meio de salvar a vida da gestante” e o “aborto de

gravidez resultante de estupro” (Rocha 2006, 369). A partir de 2012, o Supremo Tribunal Federal, por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 54, decidiu pela descriminalização do aborto também nos casos de anencefalia, o que representou um avanço legislativo (Freitas 2018).

Porém, mesmo nos casos de aborto previstos na legislação brasileira, há forte oposição dos setores conservadores para a realização, bem como um distanciamento entre o que é garantido pelas políticas públicas de saúde e o que de fato acontece nos serviços de abortamento legal no Brasil (Madeiro, Diniz 2016). Ademais, observa-se, nos últimos anos, um “crescimento no número de Projetos de Lei para restringir o acesso ao aborto, sob o argumento do direito absoluto à vida de embriões e fetos desde a concepção”, como, por exemplo, a proposta de Emenda Parlamentar nº 29 de 2015, que “propõe a alteração no Artigo 5o da Constituição Federal, para incluir inviolabilidade do direito à vida desde a concepção” (Galli 2020, 1).

Para a compreensão desse cenário de tensões, é importante olhar para o período de construção da Constituição de 1988, considerando que o debate sobre a descriminalização ganhou força com o processo de transição democrática, iniciado na década de 1980. Inserida em um contexto de profunda transformação política, na qual o país saía de uma longa ditadura civil-militar, marcada pela perda de direitos civis e políticos, a nova Carta Magna se caracterizava pelo reconhecimento democrático de novos sujeitos de direito, com destaque, neste artigo, para as mulheres.

Por isso, do ponto de vista legal, o período da ANC foi um momento em que a questão do aborto foi mobilizada publicamente no Brasil, a fim de incluir na Constituição de 1988 um conjunto de leis sobre o tema. Assim, o assunto foi discutido tanto grupos que almejavam a descriminalização da interrupção voluntária da gestação, em semelhança ao que já havia acontecido em outros países, quanto por setores mais conservadores, que pretendiam recrudescer as leis existentes.

Assim, um amplo debate se instaurou não apenas entre representantes políticos, mas também junto à população e organizações civis, de modo a incluir diferentes demandas sociais na Carta Magna, o que abrangia a possibilidade da descriminalização da IVG, encampada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), com apoio de grupos de mulheres e alguns parlamentares. No outro extremo, a Igreja Católica liderou o movimento pela criminalização do aborto mesmo nos casos garantidos pelo Código Penal (Rocha 2006).

Exemplo disso é a Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte, que defendia a “Garantia de livre opção pela maternidade, compreendendo-se tanto a assistência pré-natal, parto e pós-parto, como o direito de evitar ou interromper a gravidez sem prejuízo para a saúde da mulher” (Câmara dos Deputados 1987). Por outro lado, a Emenda Popular PE-11, proposta pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) atestava que “A lei deve a preservação da vida de cada pessoa, desde a concepção e em todas as fases de sua existência, não se admitindo a prática do aborto deliberado, da eutanásia e da tortura” (Câmara dos Deputados 1988). Desse modo, havia a possibilidade de inclusão na nova Constituição de leis que pudessem proteger a vida desde a concepção ou mesmo despenalizar a prática da IVG.

Em relação ao debate sobre a descriminalização do aborto no período da Assembleia Nacional Constituinte, cumpre notar que, assim como ocorre em outros países, a questão do direito à vida se projetou como parte importante da discussão entre parlamentares e entre a população – o que se percebe no artigo proposta pela Emenda Popular PE-11. As propostas legislativas da ANC, como as mencionadas aqui brevemente, ressaltam a maior participação de diferentes esferas da população no processo de construção da nova Constituição. Dessa ampliação, derivam as cartas enviadas aos jornais de época, entendidas aqui como forma de mobilização de diferentes pessoas em relação aos temas discutidos pela ANC, o que incluiu o aborto. Nesses documentos, a defesa da vida foi usada tanto por partidários quanto entre opositores da descriminalização, em diferentes perspectivas, como será analisado adiante.

## **2. Discussão teórico-metodológica**

Em uma perspectiva teórica que relaciona a defesa da vida e o debate sobre o aborto, Débora Diniz e Marcos de Almeida (1998), discutem o argumento em duas frentes: a primeira entende que o embrião/feto é uma pessoa humana, seja do ponto de vista jurídico, seja do antropológico; já a segunda caracteriza o embrião/feto como uma vida humana em potência, que deve ser protegida até a realização dessa potencialidade. Em ambas as chaves de análise, o aborto pode ser compreendido como um crime, pois atentaria contra a vida, o que explica a necessidade da criminalização. Nesse aspecto, a questão recai sobre os limites da vida, sobretudo o seu início, com amparos científicos: “Em geral, os limites estabelecidos baseiam-se em argumentações científicas tais como:

quando o feto começa a sentir dor, quando iniciam os movimentos fetais, quando há a possibilidade de vida extra-uterina, etc.” (p. 135). Porém, conforme Diniz e Almeida,

não são os dados evolutivos da fisiologia fetal que decidem quando se pode ou não abortar, mas sim os valores sociais concedidos a cada conquista orgânica do feto. Sentir ou não dor, ter ou não consciência, assim como a mobilidade, são valores sociais que, transferidos para o feto, estruturam os limites entre o que pode e o que não pode ser feito (Diniz e Almeida 1998, 135).

No campo jurídico, o debate sobre a qualificação da vida também se torna relevante. Ronald Dworkin (2003) distingue dois modos diferentes de encarar a questão na interrupção voluntária da gestação. Segundo ele, há, primeiramente, uma *objeção derivativa* ao aborto, que compreende o feto como uma vida em potência, e que, portanto, deve ser protegida pelo Estado; por outro lado, existe uma *objeção independente*, pautada na ideia de que a vida possui um valor intrínseco e inato. Com tal distinção, o especialista observa que, aparentemente, a controvérsia sobre o aborto se relacionaria com a *objeção derivativa*, mas, de fato, os/as diferentes participantes do debate estariam mais vinculados à *objeção independente*. Para ele: “Trata-se de uma discussão sobre como e por que a vida humana tem valor intrínseco, e que implicações tem isso para as decisões pessoais e políticas sobre o aborto” (Dworkin 2003, 33). Ao defender essa separação no campo jurídico, o autor busca promover um debate mais acertado sobre a questão, porque não existe um consenso sobre o valor intrínseco da vida humana, o que cria potencialidade em relação aos modos como o direito pode respeitar a vida, incluindo a descriminalização do aborto.

Em uma abordagem sobre a agenda feminista para a descriminalização do aborto, é importante pontuar que o campo do Direito, muitas vezes utilizado como principal recurso para a garantia de direitos e a igualdade de gênero, nem sempre é capaz de abarcar a complexidade das demandas das mulheres e outros corpos dissidentes. Conforme Boaventura de Sousa Santos, Ana Cristina Santos, Madalena Duarte, Carlos Barradas e Magda Alves, “o conflito entre pró-escolha e antiescolha tem sido travado preferencialmente na arena legal, sendo esta luta, pois, traduzida em termos de conflito de direitos: direitos da mulher *versus* direito do feto”. Por isso, segund os/as autores/as, “O risco de situar este combate na esfera dos direitos é, precisamente, que o argumento feminista possa ser negligenciado” (Sousa Santos *et al.* 2010, 31). Destarte, este artigo busca compreender os desafios e potencialidades da defesa do direito à vida, em uma

perspectiva que possa incluir a liberdade sexual e reprodutiva, na tentativa de romper com a simples oposição entre os direitos da mulher e os direitos do feto.

Em *Vida precária*, Judith Butler (2006) reflete sobre os processos de recrudescimento da violência de Estado por parte dos Estados Unidos após os ataques de 11 de setembro de 2001. Assim, a partir da noção de *vida precária*, ela desenvolve um debate sobre o que é a vida ou, melhor, quais são as vidas que importam, aquelas que são, nos termos da autora, dignas de luto. Mais do que isso, ela se propõe a um olhar crítico para a reação ao luto, à dor e a vulnerabilidade.

Em consonância a essa perspectiva, em outra obra, *Quadros de Guerra*, Butler (2015), afirma ser necessária a defesa da vida por pessoas que são favoráveis à liberdade sexual e reprodutiva, rompendo com a polarização “pró-vida” versus “pró-escolha”. Segundo ela, é preciso encontrar uma “maneira de a esquerda retomar o pensamento sobre a ‘vida’ e fazer uso desse enquadramento da vida precária para defender uma firme posição feminista a favor das liberdades reprodutivas” (Butler 2015, 30).

A questão da vida precária se alinha, aqui, com uma defesa da vida. Segundo Butler, é preciso fundar “uma nova ontologia corporal que implique repensar a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a exposição, a subsistência corporal, o desejo, o trabalho e as reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social” (2015, 14). Desse modo, ela observa que as definições para se decidir sobre o aborto são quase sempre baseadas numa visão moral do que é a *pessoa* – até mesmo a definição do período em que seria aceitável realizar a IVG esbarram nessa visão. Assim, a discussão gira em torno de considerar ou não o feto uma pessoa: “As pessoas seriam entendidas como sujeitos de direitos, com direito à proteção contra os maus tratos e a destruição, o que não e aplicaria às não pessoas – ou pré-pessoas, por assim dizer” (p. 34). Com isso, a ontologia proposta por Butler (2015) não é individual, mas social. A proteção da vida estaria ligada às condições sociais de existência, que não são apenas econômicas. O argumento central de Judith Butler, nesse sentido, tem muita força:

**Onde uma vida não tem nenhuma chance de florescer é onde devemos nos esforçar para melhorar as condições de vida.** A vida precária implica a vida como um processo condicionado, e não como um aspecto interno de um indivíduo monádico ou qualquer outro construto antropocêntrico. Nossas obrigações são precisamente para com as condições que tornam a vida possível, não para com a “vida em si mesma” ou, melhor dizendo, nossas obrigações surgem da percepção de que não pode haver vida sustentada sem essas condições de sustentação, e que essas condições são, ao mesmo tempo, nossa responsabilidade política e

a matéria de nossas decisões éticas mais árduas. (Butler 2015, 38-39, grifos nossos).

Em resumo, Butler propõe uma defesa da vida pautada nas condições que tornam a vida possível, e não na vida como um valor intrínseco. Com isso, movimenta a discussão para o campo político, criando uma abertura para a conciliação entre a defesa da IVG e a sustentação da vida. É importante ressaltar, ainda, que essa proposta rompe com concepções individualistas, antropocêntricas e liberais da vida, contrapondo-se ao controle biológico dos corpos que sustenta o capitalismo.

Como então trazer a discussão sobre vida precária para a análise do contexto da ANC, a fim de superar a simples polarização entre pró-vida e pró-escolha? O uso das cartas como fonte histórica é importante, nesse sentido, porque são textos que trazem mais do que argumentos simples e objetivos. Antes, são permeadas por sentimentos e opiniões individuais, bem como pelo desejo de demarcar um posicionamento no debate público sobre a descriminalização do aborto. Assim, são fontes históricas complexas, que não se restringem às questões legais (mais específicas da Assembleia Nacional Constituinte). As cartas enviadas pelo público aos jornais revelam perspectivas intrincadas sobre a questão do direito à vida, assim como sentimentos que são mobilizados pela questão do aborto em um contexto histórico em que a descriminalização da IVG no Brasil se tornou uma possibilidade real.

Considerando, ainda, que o debate sobre o aborto não se encerra com a Constituição de 1988, sendo nos dias de hoje presente na esfera pública, com constantes ameaças de retrocessos mesmo nos casos em que o aborto é garantido por lei, as cartas permitem mapear a construção de certos argumentos e modos de se compreender o tema que podem auxiliar na compreensão do contexto atual.

Para tanto, foi utilizada como ferramenta metodológica a pesquisa histórica documental, com análise qualitativa dos dados (De Luca 2008; Saliba 2009), a partir do acervo de jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil (HDBNB), explorando o mecanismo de busca da plataforma digital, que permite o uso de descritores encontrados no texto dos jornais. Nesse sentido, é interessante destacar como o processo de digitalização dos documentos históricos altera a produção das pesquisas acadêmicas, uma vez que essa busca, focada em termos, seria quase impossível em um grande volume de fontes documentais midiáticas.

A pesquisa integrou um levantamento maior, a partir do mapeamento das referências em jornais de ampla circulação disponíveis na HDBNB, utilizando como descritor a palavra “aborto” e levando em conta o período da Assembleia Nacional Constituinte. Por isso, o recorte temporal correspondeu à duração da ANC: entre 1º de fevereiro de 1987 (fundação) e 22 de julho de 1988 (dissolução). Partindo dessa busca, o *Jornal do Brasil* despontou com o primeiro resultado para ocorrências relacionadas ao termo aborto e, por isso, foi escolhido como fonte principal para a análise feita nesse artigo<sup>35</sup>.

No período da ANC, foram encontradas 515 ocorrências no *Jornal do Brasil* utilizando o descritor “aborto”. Porém, devido ao uso do reconhecedor ótico de caracteres no processo de digitalização, muitas dessas se referem, na verdade, a outros termos, como “aberto”. Outras fazem referências a assuntos não relacionados aos objetivos deste artigo. Assim, foi necessária a leitura das ocorrências, bem como a seleção daquelas que correspondiam a cartas de leitores/as enviadas ao jornal. No total, foram encontradas, no recorte temporal definido, 25 cartas de leitores/as que continham o termo “aborto”. Vale ressaltar que esses dados não abarcam todas as cartas que debateram o tema, pois a escolha do descritor “aborto” limita as referências encontradas. Assim, esse levantamento traz indícios, apontamentos e recortes do debate, mas não pretende encerrá-lo ou dar conta de sua totalidade.

Tendo essa análise panorâmica como ponto de partida, foi possível escolher algumas cartas mais representativas do debate em torno do aborto, centrando-se naquelas que apresentavam argumentos relacionados à noção de direito à vida e que trouxessem questões empíricas para as proposições teóricas de Butler (2015) acerca da *vida precária*. Foi importante selecionar cartas enviadas por diferentes pessoas, homens e mulheres, com profissões diversas (quando informadas) e posicionamentos múltiplos em relação à descriminalização do aborto no contexto da ANC. Para análise, foram utilizados trechos das cartas, considerando o contexto da publicação das missivas nos jornais da época e, principalmente os argumentos apresentados pelos/as autores/as. Além disso, também foram observadas repetições temáticas e de autorias, diálogos entre as cartas, títulos atribuídos pela editoração do *Jornal* e número de cartas enviadas no

---

<sup>35</sup> Apenas uma carta analisada neste artigo é do *Correio Braziliense* (4 mar. 1988). Ela foi encontrada durante a pesquisa mais ampla, feita para a tese de doutorado da autora, e foi incluída aqui por ser considerada como exemplar da discussão relacionada à *vida precária* (Butler 2015).

período, dentre outros aspectos que, de algum modo, contemplassem o problema proposto com este artigo.

### **3. Análise das Cartas (1987 e 1988)**

Acerca das cartas analisadas, é preciso dizer que as 25 cartas inseridas no recorte tratam do aborto de forma mais ou menos direta. Ainda assim, 15 delas trazem o termo “aborto” em seus títulos e 14 são intituladas apenas por “Aborto”, indicando que esse era o tema principal das missivas (ou dos trechos selecionados para publicação). No conjunto total das ocorrências, muitas não tratam da Constituinte, retratando, situações ocorridas em outros países, obras musicais, programação televisiva, dentre outras. As cartas, no entanto, quase sempre se relacionam com o debate legislativo brasileiro, fazendo menção à nova Constituição, o que evidencia que esse momento trouxe à tona o debate público sobre o aborto de forma intensa. Ademais, a publicação de cartas sobre esse tema no *Jornal do Brasil* tem uma periodicidade constante no período analisado: em 1987, somente os meses de março, maio e dezembro não tiveram cartas sobre o aborto publicadas; até 22 de julho 1988, foram publicadas cartas em fevereiro, março, abril e maio.

Outro ponto de destaque é que a maior parte das cartas sobre o aborto publicadas no *Jornal do Brasil* se concentra no ano de 1987, o que parece apontar para um aquecimento do debate enquanto são feitas proposições para a Constituição, e um arrefecimento conforme se decide pela manutenção da legislação sobre IVG vigente no Brasil desde a década de 1940. Nesse sentido, em 1988 observam-se dois temas nas cartas enviadas ao *Jornal*: 1) um livro de Frei Beto em que ele defendeu o aborto; 2) uma discussão não diretamente relacionada como o tema deste trabalho, em que se discute a proibição da Farra do Boi – ritual típico do litoral catarinense em que se persegue, atíça e violenta um boi – e são utilizados argumentos relacionados ao aborto. Ambos não versam, especificamente, sobre mudanças nas leis brasileiras sobre o aborto, mas apenas o primeiro será brevemente abordado nessa análise, devido à pertinência da discussão trazida.

Em relação aos argumentos usados nas cartas, ainda que seja difícil definir o posicionamento de quem as escreveu apenas por algumas linhas, foi feito um esforço de indicar as principais inclinações apresentadas sobre o tema. Do total, 13 foram

consideradas como de inclinação contrária à descriminalização do aborto, 8 de inclinação favorável e 4 neutras (seja porque não abordam diretamente o tema, seja porque não deixam evidente uma argumentação sobre o tema da descriminalização).

Adentrando a análise das fontes, a carta enviada por uma leitora ao *Jornal do Brasil* em 4 de fevereiro de 1987, logo no início do período da ANC, argumenta com base no direito à vida, em oposição a médicos/as, que, conforme reportagem anteriormente publicado, haviam discutido o tema do aborto no 4º Encontro Nacional dos Conselhos Regionais de Medicina:

Quanto ao fato de ter sido a mulher violentada e engravidada por violência, quer se justificar o extermínio, pelo médico, de uma vida inocente e indefesa, ainda no ventre materno, violentando-se assim o espírito e a finalidade da medicina, o respeito à vida humana e, conseqüentemente, o Direito e a Justiça. Não é possível se evitar uma crueldade já praticada e repará-la com o sacrifício de uma vida inocente, mas, isto sim, proporcionando à mãe assistência médica, psicológica e espiritual adequadas. (...) A vida só a Deus pertence e ninguém poderá tirá-la (*Jornal do Brasil*, 4 fev. 1987).

O texto dialoga, assim, com notícia de 9 de janeiro de 1987, que tratava sobre o lóbi dos médicos, com o apoio de alguns parlamentares, no que tange a temas relacionados com os conselhos. O aborto, segundo a discussão apresentada no *Jornal do Brasil*, não teve um posicionamento unânime, salvo nos casos de deficiência comprovada do feto (*Jornal do Brasil*, 9 jan. 1987). Ainda assim, a carta questiona a decisão dos médicos, se opondo à possibilidade de ampla descriminalização do aborto com a Constituição, mas também aos casos má formação e até mesmo estupro. A autora apoia como solução para o problema do aborto a assistência médica, psicológica e espiritual para a pessoa gestante, pois, segundo ela, a vida pertence a Deus e não aos seres humanos. Por tanto, a violência do abuso não poderia justificar a interrupção da gestação, ressaltando, conforme a distinção feita por Dworkin (2003), o valor intrínseco da vida, em uma perspectiva sagrada.

Outra carta enviada ao *Jornal do Brasil* por uma leitora discute a questão da descriminalização do aborto, mas segue por caminhos diversos do da carta anterior. Sob o título de *Natalidade*, ela escreveu: “O que a classe pobre precisa e quer é a abertura do Inamps, para ligadura de trompas, vasectomia e até aborto” (*Jornal do Brasil*, 1 fev. 1987). O argumento principal trazido na carta é o da desigualdade no acesso à contracepção e ao aborto, prejudicando, dessa forma, as pessoas mais pobres, vistas como “coitadas”. Esse argumento também é central em outra carta, enviada por um leitor do jornal:

Não podemos fechar os olhos diante de fatos tão cristalinos. Todos os dias, milhares de “clínicas especializadas” no Brasil inteiro se superlotam de mulheres entre 12 e 45 anos para praticarem um aborto em qualquer fase da gravidez. Sem contar a camada menos favorecida da população, que não podendo pagar tão caro por essa “pequena cirurgia” ou “consulta”, como é denominado, tentam provocar o aborto com recursos próprios ou se entregam a curiosas, que praticam verdadeiros atos de vandalismo, encaminhando-as, então, aos Hospitais Públicos. (Jornal do Brasil, 23 mar. 1987).

O leitor ressalta, assim como a carta anterior, a questão da desigualdade no acesso ao planejamento familiar e ao aborto legal. Desse modo, ambos evidenciam que, mesmo quando há a preocupação com a descriminalização do aborto, percebe-se um olhar protecionista, em que o Estado um papel de controle, em detrimento da autonomia.

Nesse mesmo caminho vai a argumentação de uma leitora, que teve sua carta publicada em outubro de 1987. Ela inicia com a afirmação de que o crime do aborto seria cometido pela classe privilegiada, mas argumenta com um recorte de classe, quase afirmando que a pobreza é o principal argumento para a defesa da prática do aborto: "Crime, sim, da sociedade que impede que vidas indesejáveis sejam interrompidas ainda no útero materno, deixando para liquidá-las depois, por fome, deformação, maus tratos, falta total de recursos" (Jornal do Brasil, 21 out. 1987). Não por acaso, uma resposta é publicada em seguida, em 10 de novembro, destacando que a argumentação utilizada na carta anterior parece defender que os pobres sejam eliminados ainda no útero. Seriam, essas vidas, menos passíveis de luto?

Com isso, a discussão remonta para o controle sobre os corpos, e sobre a ideia de que algumas pessoas são menos dignas da vida que outras. Afinal, a defesa da vida nem sempre se estende, por exemplo, às pessoas pobres, racializadas e periféricas, como demonstra os argumentos utilizados nas cartas anteriormente analisadas. Mesmo entre pessoas favoráveis à descriminalização do aborto, desponta uma visão individualista e liberal do tema, que não se coaduna com a perspectiva mais complexa e ampla da proteção da vida precária (Butler 2015).

Entre leitores/as opositores da descriminalização, a defesa da vida também esbarra em contradições. Em 16 de junho de 1987, uma carta publicada no Jornal do Brasil fala em “embriocídio”, argumentando, assim como outras, para a defesa da vida embrionária. Curiosamente, esse argumento traz um contrassenso, pois o autor defende a pena de morte para médicos que realizam o aborto. Dessa forma, sobre as vidas que merecem ser vividas, para usar os termos de Judith Butler (2015), o peso maior recai

sobre a vida intrauterina, não havendo a mesma preocupação com a vida de um possível médico considerado como criminoso.

É relevante notar que as cartas correspondiam a um campo de debate, com críticas e análises ao que foi publicado no *Jornal do Brasil* em números anteriores, e também com diálogos entre as cartas. Exemplar desses aspectos é a carta de uma leitora, publicada em 16 de julho de 1987, que se inicia da seguinte forma: “Sobre o artigo ‘O respeito à vida’ de Dom José Freire Falcão (3/7/87), gostaria de tecer alguns comentários e **iniciar uma possível discussão**, através das “Cartas” sobre a questão” (*Jornal do Brasil*, 16 jul. 1987, grifos nossos). Em sua crítica ao artigo em questão, a autora da carta questiona se as mulheres não seriam consideradas como seres humanos, pois pareciam excluídas da argumentação em defesa da vida feita por Dom José Freire Falcão. Ela afirma, ainda, o problema da “perpetuação digna da espécie” como algo que “deve ser dividido entre a sociedade” e não apenas recair sobre as mulheres, se aproximando do argumento social, ético e político proposto por Butler (2015).

Talvez por se abrir a uma “possível discussão”, essa carta desencadeou um debate. Em 1º de agosto daquele ano, outro leitor do jornal teve sua carta publicada, contrargumentando sobre alguns dos pontos apresentados na missiva anterior, mas reforçando a importância da discussão entre diferentes posições acerca do tema. Esses diálogos são observados em outras ocasiões, como na carta de 19 de agosto de 1987, que faz menção a uma publicação anterior de 3 de agosto, concordando com os argumentos apresentados pela autora, que defendia o direito à vida desde a concepção. Na resposta, o autor apresenta argumentos semelhantes, com dados sobre o desenvolvimento embrionário: “ou a vida está acima de qualquer pretexto ou dentro em breve qualquer pretexto será suficiente para eliminá-la” (*Jornal do Brasil*, 19 ago. 1987).

Nesse sentido, os argumentos apresentados na carta de mais uma leitora do *Jornal do Brasil* lançam outras luzes para a questão do direito à vida. A carta é uma resposta a outra missiva enviada ao jornal, no dia 2 de fevereiro de 1988, por um religioso membro do Movimento em Defesa da Vida da Arquidiocese do Rio de Janeiro, na qual ele criticava o posicionamento de Frei Beto sobre o aborto (*Jornal do Brasil*, 2 fev. 1988). Em diálogo com este posicionamento, a leitora argumenta:

E as mulheres, senhor? São meras hospedeiras? Não se manifestam e não são levadas em conta? Por que não encarar a vida de uma mulher? Por que não admitir, por exemplo, que a mulher que faz um aborto está defendendo aquele que iria nascer, uma vez que ela não se julga em

condições de dar a vida? Pensa que tem resolvido jogar sobre as mulheres a pecha de seres assassinas de seus próprios filhos? // A continuidade da manipulação do útero das mulheres é incompatível com a democracia. (Jornal do Brasil, 22 mar. 1988, grifos nossos).

A leitora endossa a ideia de que a decisão de interromper uma gestação pode ser feita em defesa da vida, supondo que a gestante não se considere como “em condições de dar a vida”. Nota-se também que ela não dá justificativas econômicas ou emocionais para esta decisão, compreendendo a vida como algo que ultrapassa a ontologia do feto/embrião. Com tal abordagem, cabe pensar a força do argumento do direito à vida para além da oposição à IVG e questionar: *é possível defender, como propõe Judith Butler, a descriminalização do aborto e a vida ao mesmo tempo?*

Vale pontuar, contudo, que, a princípio, tal visão poderia ser usada por pessoas que são contrárias à descriminalização do aborto, entendendo que o feto/embrião seria, nesse caso, uma vida precária. Para refletir sobre essa possibilidade, a carta a seguir é exemplar. O documento trata da Constituinte e do debate feito, àquela época, pelos/as parlamentares, mas se articula com as análises propostas por Butler (2006, 2015) e evidencia, sobremaneira, o viés passional da discussão sobre a descriminalização do aborto no Brasil. Na carta, o leitor argumenta:

Seria mais justo, plausível e humano, que nossos parlamentares inserissem na nova Carta mecanismos de proteção à gestante e aos filhos pobres. A eles cabem criar condições para sobrevivência de nossas crianças e não simplesmente esconder a incompetência do Estado, adotando a cômoda ideia do aborto livre (Correio Braziliense, 4 mar. 1988).

Conforme a interpretação da carta, assim como foi visto em outras missivas, caberia ao Estado criar condições para que gestantes pobres não precisassem recorrer à IVG. Esse não é um argumento novo, mas, na carta em análise, vem acompanhado de uma proposta permeada de ironia e violência:

Trago aqui uma proposição para aqueles que defendem o aborto. Já que à mãe seria dado o direito de tirar a vida do nascituro, por que não retardar essa execução para depois que o filho nascesse? É muito simples: decorridos três meses do nascimento, depois que o filho tivesse à sua frente o calor do sol e da vida, sua mãe, após alimentá-lo no seio, se armaria de uma faca bem afiada e cortaria seus braços, jogando os na privada. As pequeninas pernas deveriam ser jogadas no lixo; a cabeça, os olhos e o coração cheio de vida seriam dados aos cachorros e aos gatos que comumente os pobres criam. Certamente, nenhuma mãe, após ter o

filho em seus braços, faria uma coisa dessas. Obviamente, censuraria veementemente o fato, classificando-o de homicídio repugnante e condenável. (Correio Braziliense, 4 mar. 1988).

A carta não demonstra qualquer preocupação com a vida das mães, sujeitas à violência da proposta, incluindo ainda alguns preconceitos contra as pessoas pobres, como se apenas elas recorressem ao aborto. Ademais, fica explícita uma defesa da vida que coloca, lado a lado, um homicídio violento e a decisão de interrupção de uma gestação.

Dessa forma, o debate sobre a descriminalização do aborto, tal qual o promovido no âmbito da ANC, muitas vezes se reduz a definições sobre a “vida em si mesma”, com um viés individual e liberal, mesmo em algumas argumentações favoráveis à descriminalização da IVG. A crítica de uma perspectiva, como visto em Butler (2006, 2015) e Sousa Santos et al (2010) se insere no contexto da Constituinte (1987-1988) no Brasil, assim como em outros cenários em que o debate jurídico sobre a despenalização do aborto se projeta, porque o direito à vida é, quase sempre, o argumento mais mobilizado, mas com pouca abertura para garantir as condições de sustentação da vida.

#### **4. Considerações Finais**

Recuperando alguns dos pontos analisados no artigo, destaca-se que as cartas, no contexto da Constituinte, demonstram a importância do argumento do direito à vida, bem como sua complexidade no debate sobre a descriminalização do aborto no Brasil. A partir dessa complexidade, é possível compreender que a aparente polarização entre pró-vida e pró-escolha não corresponde à realidade da discussão, algo que não se resume ao contexto histórico analisado, sendo perceptível até na atualidade.

As cartas muitas vezes reforçam uma oposição entre direito à vida e direito à escolha, mas também se aproximam, em alguns casos, do argumento de Butler sobre a vida precária, defendendo a dignidade da vida humana como um todo, a vida das mulheres que decidem realizar um aborto e a importância das condições materiais para que a vida se torne possível, escapando do debate sobre o “início da vida”.

Nessa perspectiva, os argumentos sobre o direito à vida trazidos nas cartas são interessantes. Em muitas delas, prevalece a visão de que a vida é um valor em si (objeção independente), mesmo quando o argumento tem fundamento técnico-jurídico. Também se projeta, tanto entre cartas favoráveis ou contrárias ao aborto, a ideia de que é necessário um suporte estatal, principalmente econômico, às mulheres para que não

optem pela interrupção da gestação. Prevalece ainda uma perspectiva individualista e liberal sobre o direito à vida, de modo que as intervenções tidas como necessárias partem do Estado em direção aos indivíduos. Desse modo, se observa que as opiniões dos/as leitores/as dos jornais brasileiros muitas vezes endossam o controle sobre os corpos, promovido pelo Estado.

Com as proposições de Butler acerca da vida precária, muitos desses pontos destacados na análise das cartas são problematizados, uma vez que a autora defende a defesa da vida e, ao mesmo tempo, a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, em uma abordagem social, política e ética. Para ela, é responsabilidade política de todas as pessoas a luta por condições de sustentação da vida. Destarte, tornar o mundo um lugar onde a vida pode florescer se torna o foco do debate, e não uma discussão sobre quando a vida surge e deve ser protegida.

Partindo dessas reflexões, é fundamental que se discuta sobre o direito à vida em perspectivas críticas, de modo a extrapolar a descriminalização jurídica do aborto, uma pauta já consolidada em vários países do mundo e em discussão no Brasil. Dito de outro modo, se o direito não é capaz de garantir às mulheres autonomia e a liberdade sexual e reprodutiva, a inclusão de novas formas de concepção do direito à vida, como defende Judith Butler, é uma das possibilidades para amplificar direitos e promover igualdades.

Por fim, o Brasil, onde a discussão sobre a descriminalização do aborto ainda é latente, tem a oportunidade de trazer para o debate outras interpretações sobre o direito à vida, possibilitando não apenas o acesso ao aborto como um direito sexual e reprodutivo, mas também pensando-o em suas relações com as desigualdades sociais e econômicas, bem como com a precariedade da vida no cenário contemporâneo.

### **Agradecimento**

O artigo é parte das reflexões da tese intitulada *Cartografia entre mares: aborto e secularização em linha de Portugal a Brasil*, realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## 5. Referências

- Butler, Judith. 2006. *Vida Precaria: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós, 2006. (Espacios del Saber).
- Butler, Judith. 2015. *Quadros de guerra*. Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- De Luca, Tânia Regina. 2008. “Fontes impressas. História dos, nos e por meios dos periódicos”. In *Fontes Históricas*, organizado por Carla Pinsky. 2 ed. São Paulo: Contexto.
- Diniz, Débora e Almeida, Marcos. 1998. Bioética e aborto. In *Iniciação à Bioética*, organizado por Sérgio Ibiapina Ferreira Costa, Gabriel Oselka e Volnei Garrafa. Brasília: Conselho Federal de Medicina.
- Dworkin, Ronald. 2003. *Domínio da vida: aborto, eutanásia e liberdades individuais*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freitas, Lúcia Gonçalves de. 2018. A decisão do STF sobre aborto de fetos anencéfalos: uma análise feminista de discurso. *Alfa*, rev linguíst (São José Rio Preto), jan;62(1):11–34. <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1804-1>.
- Galli, Beatriz. 2020. Desafios e oportunidades para o acesso ao aborto legal e seguro na América Latina a partir dos cenários do Brasil, da Argentina e do Uruguai. *Cad. Saúde Pública*, 36 Sup 1:e00168419. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00168419>.
- Madeiro, Alebrto P. e Diniz, Débora. 2016. Serviços de aborto legal no Brasil – um estudo nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(2), 563–572. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015212.10352015>.
- Rocha, Maria Isabel Baltar da. 2006. “A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese”. *Revista Brasileira De Estudos De População*, 23(2), 369–374. Disponível em <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/223>.
- Saliba, Thomé Elias. 2009. “Pequena história do documento. Aventuras modernas e desventuras pós-modernas”. In *O historiador e suas fontes*, pp. 309-328, organizado por Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca. São Paulo: Contexto.
- Sarmiento, Daniel. 2005. Legalização do Aborto e Constituição. *Mundo Jurídico*, [s. l], v. 7, n. 2, p. 01-51.
- Sousa Santos *et al.* 2010. *Cometi um crime?* Representações sobre a (i)legalidade do aborto. Porto: Afrontamento.

## 6. Fontes documentais

- Câmara dos Deputados. 1987. Carta das Mulheres. Acervo da Câmara dos Deputados. Consultado em <https://www2.camara.leg.br/atividade->

[legislativa/legislacao/Constituicoes Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf](http://legislativa/legislacao/Constituicoes%20Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf).

Câmara dos Deputados. 1988. Assembleia Nacional Constituinte. Emendas Populares. Acervo da Câmara dos Deputados. Consultado em <https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-258.pdf>.

Correio Braziliense, 4 mar. 1988. Vaidade: única razão para a sobrevivência do aborto. Biblioteca Nacional. Consultado em [http://memoria.bn.br/DocReader/028274\\_03/11\\_0193](http://memoria.bn.br/DocReader/028274_03/11_0193).

Jornal do Brasil, 9 jan. 1987. Médicos querem eutanásia legalizada na Constituinte. Biblioteca Nacional. Consultado em [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_10/130\\_28](http://memoria.bn.br/docreader/030015_10/130_28).

Jornal do Brasil, 1 fev. 1987. Natalidade. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Consultado em [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_10/131\\_841](http://memoria.bn.br/docreader/030015_10/131_841).

Jornal do Brasil, 4 fev. 1987. Contra o Aborto. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Consultado em [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_10/132\\_079](http://memoria.bn.br/docreader/030015_10/132_079).

Jornal do Brasil, 23 fev. 1987. Aborto. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Consultado em [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_10/133\\_354](http://memoria.bn.br/docreader/030015_10/133_354).

Jornal do Brasil, 16 jun. 1987. Aborto. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Consultado em [http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015\\_10/202843](http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/202843).

Jornal do Brasil, 16 jul. 1987. Aborto. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Consultado em [http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015\\_10/205316](http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/205316).

Jornal do Brasil, 1 ago. 1987. Aborto. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Consultado em [http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015\\_10/206638](http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/206638).

Jornal do Brasil, 3 ago. 1987. Aborto. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Consultado em [http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015\\_10/206926](http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/206926).

Jornal do Brasil, 19 ago. 1987. Direito à Vida. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Consultado em [http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015\\_10/208309](http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/208309).

Jornal do Brasil, 21 out. 1987. Aborto. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Consultado em [http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015\\_10/213881](http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/213881).

Jornal do Brasil, 10 nov. 1987. Aborto. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Consultado em [http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015\\_10/215646](http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/215646).

Jornal do Brasil, 2 fev. 1988. Aborto. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Consultado em [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_10/156911](http://memoria.bn.br/docreader/030015_10/156911).

Jornal do Brasil, 22 mar. 1988. Aborto. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Consultado em [http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015\\_10/226615](http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/226615).



## **AUTORES**

**Adara Karyne Carneiro Cortés**

Bacharel em Direito pelo Instituto de Ciências Jurídicas – ICJ da Universidade da Amazônia (UNAMA). Pós-graduanda em Direito Penal e Criminologia pela Faculdade CERS. Belém/PA - Brasil. Advogada. Email: adara.cortes.ac@gmail.com

**Andressa Dahmer Colbalchini**

Psicóloga. Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: andressacolbalchini@gmail.com.

**Christina de Salles Juchem**

Psicóloga clínica, graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e especialista em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS, Psichristina@gmail.com

**Clodine da Conceição**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Tecnologias das Linguagens, pela Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus V, Santo Antônio de Jesus. Email: cloo.conceicao@gmail.com. A maior parte do artigo foi escrito da minha perspectiva, em primeira pessoa, com pequenas intervenções de Sally Inkpin, orientadora e parceira dos trabalhos.

**Edina da Silva Ferreira**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Cuiabá-MT, Brasil. sedina188@gmail.com. Bolsista CAPES-FAPEMAT.

**Emilly Joyce Oliveira Lopes Silva**

Doutora em Ciências Humanas – Estudos de Gênero pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH-UFSC), com período de estágio doutoral realizado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC). Integra o Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Saúde, Sexualidade e Relações de Gênero (NUSSERGE) e atua também como editora na Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Florianópolis, SC, Brasil. É professora colaboradora no Instituto Federal do Paraná (IFPR).

**Geilson Pereira Silva**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFMA).  
geilsonpsilva@gmail.com.

**Jorgie Santos Rozsanyi Calháu**

Pós-Graduande em Antropologia Cultural e Social pela Faculdade FOCUS. Licenciade em Dança pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Goiânia/GO. j.rozsanyi@gmail.com

**Juliana Costa Vargas**

Mestre em Políticas Públicas em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).  
Email: julianavargas1609@gmail.com

**Lucas de Oliveira Alves**

Psicólogo. Psicanalista. Doutorando em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: lukass.oliveira@hotmail.com.

**Monique Cristina Henares Batista**

Psicóloga. Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: moniquehenares@gmail.com.

**Rafael Rodrigues Pereira**

Professor de Língua Portuguesa e redação. Mestre em Ciências da Comunicação pela UFP - Universidade Fernando Pessoa - Portugal, especialista em Produção e Práticas Jornalísticas na Contemporaneidade pela Faculdade Cásper Líbero, graduado em jornalismo pela Universidade Cruzeiro do Sul e em Letras pela FFLCH - Universidade de São Paulo. E-mail: rarpereira@gmail.com

**Raphaella Freitas Petkovic**

Licenciada, Mestre e Doutora em Comunicação (ênfase em Gênero e Sexualidade) pela Universidade Paulista (UNIP). Foi aluna especial do Doutorado em Psiquiatria da FMUSP, na área de Psiquiatria Social. Possui diversas graduações nas áreas de Educação (Letras,

Sociologia, Pedagogia, Ciências da Religião), Saúde (Ciências Biológicas, Educação Física) e Gestão (Recursos Humanos e Administração). cursando Bacharelado em Saúde pelo Centro Universitário UNINTER. Possui diversas pós-graduações nas áreas de Sexualidade, Psicologia, Saúde e Educação. Professora do Centro Paula Souza desde 2011, tendo sido Orientadora Educacional, Coordenadora de Curso e Coordenadora do Programa Novotec Expresso. Atualmente está lotada na ETEC e FATEC de São José do Rio Preto.

### **Sally Inkpın**

Professora Adjunta do curso de Licenciatura em Letras, Língua Inglesa e Literaturas, da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus V, Santo Antônio de Jesus. Email: sally.pinh@gmail.com

### **Silvana Maria Bitencourt**

Pós-Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires; Doutora em Sociologia Política pela UFSC, Professora Associada do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Mato Grosso, campus Cuiabá. E-mail silvanasocipufmt@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3183-373X>.

### **Sirlene Mota Pinheiro da Silva**

Docente do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE/UFMA). Doutora em Educação (USP). sirlene.mota@ufma.br.

### **Soraia Araújo**

Mestre em Serviço Social, psicóloga do Centro de Referência de Atendimento de Mulheres em situação de violência-CREMV/Prefeitura Municipal de Florianópolis, socidaaraujo@gmail.com

### **Sylvia Cristina Toledo Gouveia**

Doutora em Literatura e Estudos Interartes pela Universidade de Brasília – UnB. Mestre em Literatura e Outras Artes pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Bacharel em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Licenciada em Letras pela Universidade de Brasília – UnB. Brasília/DF. toledoygouveia@gmail.com

**Quebrando Barreiras: Gênero, Identidade e Transformação** é uma obra que mergulha nas complexidades da identidade de gênero e na jornada de autodescoberta. Através de relatos inspiradores e reflexões profundas, o livro explora os desafios enfrentados por pessoas que desafiam normas impostas pela sociedade, mostrando como a aceitação e a autenticidade podem transformar vidas.

Com uma abordagem sensível e informativa, a obra discute a importância da representatividade, do respeito e da inclusão em diferentes contextos. Mais do que um livro, Quebrando Barreiras é um convite à empatia e à compreensão, incentivando leitores a desconstruírem preconceitos e a celebrarem a diversidade.



Editora  
**UNIESMERO**

ISBN 978-655492106-0



9 786554 921060